



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

MAYARA CRISTINA APARECIDO SANTOS

**“NEGROS, A VIDA NÃO TEM COTAS”:**  
UMA ANÁLISE DISCURSIVA SOBRE GRAFITOS EM  
BANHEIROS DE UNIVERSIDADES À LUZ DO  
PENSAMENTO FOUCAULTIANO

---

LONDRINA  
2023

MAYARA CRISTINA APARECIDO SANTOS

**“NEGROS, A VIDA NÃO TEM COTAS”:**  
UMA ANÁLISE DISCURSIVA SOBRE GRAFITOS EM  
BANHEIROS DE UNIVERSIDADES PÚBLICA À LUZ DO  
PENSAMENTO FOUCAULTIANO

Trabalho de Dissertação apresentado à  
Universidade Estadual de Londrina - UEL, como  
requisito para a obtenção do título de Mestre em  
Estudos da Linguagem.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Rosemeri Passos  
Baltazar Machado.

Co-orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Priscila Céspedes  
Cupello.

Londrina  
2023

Santos, Mayara Cristina Aparecido Santos.

“NEGROS, A VIDA NÃO TEM COTAS” :UMA ANÁLISE DISCURSIVA SOBRE OS GRAFITOS EM BANHEIROS DE UNIVERSIDADES À LUZ DO PENSAMENTO FOUCAULTIANO / Mayara

Cristina Aparecido Santos Santos. - Londrina, 2023.114 f.

Orientador: Rosemeri Passos Baltazar Machado.

Coorientador: Priscila Céspedes Cupello.

Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, 2023.

Inclui bibliografia.

1. Racismo, Discurso, Universidade, Grafitos de banheiro - Dissertação. I. Passos Baltazar Machado, Rosemeri . II. Céspedes Cupello, Priscila. III. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem. IV. Título.

CDU 8

MAYARA CRISTINA APARECIDO SANTOS

**“NEGROS, A VIDA NÃO TEM COTAS”:**

UMA ANÁLISE DISCURSIVA SOBRE GRAFITOS EM BANHEIROS DE  
UNIVERSIDADES À LUZ DO PENSAMENTO FOUCAULTIANO

Trabalho de Dissertação apresentado à  
Universidade Estadual de Londrina - UEL,  
como requisito para a obtenção do título de  
Mestre em Estudos da Linguagem.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Orientador Rosemeri  
PassosBaltazar Machado  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

---

Prof. Dr. Nilton Milanez  
Universidade Estadual da Bahia - UEB

---

Profa. Dra. Isabel Cristina Cordeiro  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Londrina, 24 de novembro de 2023.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus que já havia preparado o caminho ainda antes que eu desejasse trilhá-lo.

Agradeço à Universidade Estadual de Londrina que me abriu as portas para acesso ao conhecimento.

À minha banca pela disposição em me conceder os conselhos que tornaram meu trabalho ainda melhor.

Aos professores responsáveis pela minha formação acadêmica e humana. Em especial, minha orientadora Rosemeri Passos Baltazar Machado, pessoa de excepcional conhecimento e admirável humanidade. E a minha co-orientadora Priscila Céspedes Cupello, responsável por me ajudar a trilhar áridos caminhos focaultianos.

Ao meu irmão Natanael, à minha avó Josefa e à minha tia Miriam, que me apoiaram em todas as minhas decisões, e mesmo distantes, sempre estiveram comigo.

À minha amiga Vanira, companheira de aprendizagem nessa jornada acadêmica, que acreditou no meu potencial em momentos em que até eu mesma desacreditei.

E a todos os meus irmãos, pretas e pretos, que me antecederam e lutaram por nossa liberdade e por nossos direitos, sem os quais eu não poderia ter alcançado essa posição privilegiada. A luta continua.

SANTOS, Mayara Cristina Aparecido. **“Negros, a vida não tem cotas”**: uma análise discursiva sobre os grafitos em banheiros de universidades à luz do pensamento foucaultiano. 2023. 117 folhas. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2023.

## RESUMO

Embora a universidade seja considerada um local progressista, ainda é possível vermos manifestações de racismo no ambiente acadêmico. Sob a fundamentação teórica dos estudos da Análise do Discurso, com enfoque no viés do pensador Michel Foucault, objetivamos refletir sobre os enunciados racistas expressos em grafitos encontrados nos banheiros de universidades públicas brasileiras, entre os anos de 2015 a 2018. A metodologia de pesquisa busca observar as regularidades do discurso racista, colocando o pesquisador como parte do processo discursivo, cujos atravessamentos são responsáveis pelos efeitos de sentidos provocados por esses dizeres. A análise discursiva, à luz do pensamento foucaultiano, é pautada na observação das regularidades enunciativas que caracterizam uma determinada formação discursiva. Sendo assim, não se limita a identificar o racismo manifesto, mas busca compreender as condições de possibilidade que o envolve, isto é, procura olhar o surgimento do dizer em sua singularidade formativa e, assim, discutir a necessidade de se abordar não apenas a questão do racismo, mas principalmente do antirracismo. Foram identificados, nos enunciados selecionados, mecanismos ligados à lógica do sistema da biopolítica e da necropolítica, bem como dizeres que suscitam reflexões sobre o papel da educação na reprodução da desigualdade social e racial. As pichações em banheiros possibilitam o acesso à intimidade dos indivíduos, em que os sujeitos, por meio do anonimato, se expressam a respeito daquilo que é recorrente na sociedade.

**Palavras-chave:** Racismo. Discurso. Universidade. Grafitos de banheiro.

SANTOS, Mayara Cristina Aparecido. **“Negros, la vida no tiene cuotas”**: un análisis discursivo de los grafitis en baños universitarios a la luz del pensamiento foucaultiano. 2023. 117 hojas. Disertación (Programa de Posgrado en Estudios de Idiomas) – Universidad Estatal de Londrina, Londrina, 2023.

## RESUMEN

Aunque la universidad es considerada un lugar progresista, aún es posible ver manifestaciones de racismo en el ambiente académico. Bajo la base teórica de los estudios de Análisis del Discurso, centrándonos en el sesgo del pensador Michel Foucault, pretendemos reflexionar sobre las afirmaciones racistas expresadas en los grafitis encontrados en los baños de las universidades públicas brasileñas, entre los años 2015 a 2018. La metodología de investigación busca observar las regularidades del discurso racista, ubicando al investigador como parte del proceso discursivo, cuyos cruces son los responsables de los efectos de sentido que provocan estos dichos. El análisis discursivo, a la luz del pensamiento de Foucault, se basa en la observación de regularidades enunciativas que caracterizan una determinada formación discursiva. Por lo tanto, no se limita a identificar el racismo manifiesto, sino que busca comprender las condiciones de posibilidad que lo rodean, o sea, busca mirar el surgimiento del decir en su singularidad formativa y, así, discutir la necesidad de abordar no sólo el tema del racismo, pero principalmente del antirracismo. En los enunciados seleccionados se identificaron mecanismos vinculados a la lógica del sistema biopolítico y necropolítico, así como dichos que suscitan reflexiones sobre el papel de la educación en la reproducción de la desigualdad social y racial. Los grafitis en baños permiten acceder a la intimidad de los individuos, en los que los sujetos, a través del anonimato, se expresan sobre lo recurrente en la sociedad.

**Palabras clave:** Racismo. Discurso. Universidad. Grafiti de baño.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – Mapas das regiões .....	47
<b>Figura 2</b> – Grafito na UFSM.....	55
<b>Figura 3</b> – Grafito na Unicamp.....	56
<b>Figura 4</b> – Grafito no Mackenzie.....	62
<b>Figura 5</b> – Grafito encontrado na UPF.....	63
<b>Figura 6</b> – Viva o C.C.C.....	69
<b>Figura 7</b> – Grafito na faculdade de direito de São Bernardo.....	71
<b>Figura 8</b> – Grafito na UFBA.....	72
<b>Figura 9</b> – Grafito na UEC .....	74
<b>Figura 10</b> – Grafito na UFABC .....	78
<b>Figura 11</b> – Grafito na UFMG .....	90
<b>Figura 12</b> – Grafito na universidade Mackenzie .....	97
<b>Figura 13</b> – Grafito na UFPR.....	100

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	14
<b>1      CAPÍTULO I – O ARQUIVO DIGITAL</b>	20
1.1      O MÉTODO ARQUEOLÓGICO	23
1.1.1    As Unidades do Discurso	24
1.1.2    Enunciado	27
1.1.3    O Sujeito em Foucault	30
1.1.4    As Formações Discursivas	33
1.1.5    Discurso e História	37
1.2      O ARQUIVO DIGITAL	40
1.2.1    O <i>Corpus</i> de Pesquisa	40
1.2.2    Seleção e Organização	44
<b>2      CAPÍTULO II – MORTE AOS NEGROS</b>	48
2.1      RAÇA E RACISMO	50
2.2      DESIGUALDADE SOCIAL E DESIGUALDADE RACIAL	57
2.3      BIOPOLÍTICA E RACISMO DE ESTADO	63
2.4      RACISMO E EUGENIA	68
<b>3      CAPÍTULO III– OS ESCRAVOS LETRADOS</b>	76
3.1      “NEGROS, A VIDA NÃO TEM COTAS”: EDUCAÇÃO E DESIGUALDADE	77
3.2      “FACULDADE É COISA SÉRIA, PARA POUCOS”: SOBRE AS UNIVERSIDADES	88
3.3      “FORA PT! E DEVOLVAM OS PRETOS PARA A SENZALA”: A EXPANSÃO UNIVERSITÁRIOANO GOVERNO PETISTA	96
3.4      PRIVILEGIADO? O NEGRO NO ESPAÇO ACADÊMICO	103
<b>CONSIDERAÇÕES.....</b>	110
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	114

## 1 INTRODUÇÃO

O povo brasileiro se constitui por uma grande multipluralidade de raças, ou seja, é formado por grandes grupos étnicos. Contudo, mesmo com essa diversidade, ainda há discriminações raciais, principalmente no que se refere ao negro e ao indígena. Por serem oriundos de uma realidade desvalorizada e explorada de escravidão sentem as mais diversas manifestações de racismo que ainda imperam no agir e no pensar do povo brasileiro. Sendo assim, é indubitável que vem se tornando cada vez mais aparente a necessidade de se discutir sobre o tema racismo em todas as esferas sociais.

É fato que, mesmo após a escravização, o reflexo desse sistema de exploração ainda produz um racismo que alimenta as estruturas da sociedade, manifestando-se não só nas relações sociais, mas também por meio das instituições públicas e privadas. Nesse sentido, embora a universidade pública seja uma instituição reconhecida por seu caráter progressista, ainda vemos manifestações racistas dentro dessas instituições por meio de vários veículos comunicativos. Todavia, certos gêneros discursivos obtêm mais ênfase e são, conseqüentemente, mais documentados e estudados, enquanto outros são negligenciados, dentre eles, os grafitos<sup>1</sup> de banheiros. Tais manifestações da linguagem são prontamente apagadas e repudiadas, o que não permite uma reflexão mais profunda sobre o assunto, resultando em reincidência. Isso nos leva a perceber que a solução vai além de apagar a materialidade discursiva. Logo, enquanto as condições propiciam que esses dizeres permaneçam acontecendo, permanecerão sendo reproduzidos.

Dadas essas considerações, esta pesquisa se propôs a analisar os grafitos de cunho racistas encontrados em banheiros de universidades brasileiras, no período compreendido entre os anos 2015 a 2018, buscando identificar elementos que possibilitem uma análise das condições de possibilidade que caracterizam os enunciados selecionados. Segundo o pesquisador Silvio Almeida, autor do livro *Racismo estrutural*, “O racismo é parte da estrutura social e, por isso, não necessita de intenção para se manifestar [...]” (ALMEIDA, 2019 p.52). Da mesma forma, os discursos não se concebem apenas em dizeres isolados em determinados contextos, mas carregam condições políticas, históricas e sociais que determinam sua

---

<sup>1</sup> Optamos por utilizar o termo "Grafitos de banheiro" para designar todas as inscrições (escritos, símbolos, desenhos) deixadas nas paredes dos banheiros públicos.

singularidade enunciativa. Além disso, discutir sobre a temática do racismo no Brasil não é uma tarefa simples, não apenas pela delicadeza do próprio assunto, mas principalmente pela relutância em se falar abertamente sobre o tema. A resistência em tocar feridas antigas faz com que discutir racismo ainda seja um tabu, como se não ser ou não se considerar racista já bastasse. Nesse sentido, a busca por respostas e justificativas para um racismo que nos atormenta cotidianamente acaba também por reverberar em nossa vida acadêmica. Isto é, não é tão simples fugir da temática, principalmente quando ela nos acompanha para onde quer que sigamos: em noticiários, nas ruas, nas escolas, e sim, também dentro das universidades.

O interesse em trabalhar essa temática por intermédio do método arqueológico foucaultiano deve-se ao fato dele não ser apenas uma interpretação propriamente dita, mas é um descobrimento, um exercício de reflexão, construção e desconstrução. Segundo o filósofo francês, o discurso está sempre atrelado às práticas discursivas e, sendo assim, no seu processo reflexivo, ele observa como a sociedade moderna forma um sistema e um modo de vida que exclui certas pessoas em detrimento de outras. O racismo torna-se, assim, um objeto incitante de análise, pois visa-se além de identificar que aquele dizer é ou não racista, mas entender os atravessamentos discursivos que permitiram que aqueles dizeres fossem considerados como tal. Além disso, para se entender essas mudanças sociais, Foucault (2008) enfatiza a necessidade inegável de também voltar um olhar para a história. O fato de o racismo persistir ainda na sociedade contemporânea não ocorre por acaso, mas devemos olhar a história e observar quais as condições de possibilidade que tornam possíveis, lamentavelmente, haver ainda manifestações como essas sendo reproduzidas em nossa sociedade.

Ademais, dentro dos estudos discursivos, quando surge o questionamento de “quem fala”, não pensamos em alguém que se encontra fora da linguagem, isto é, em um sujeito pré-discursivo, como um indivíduo universal e neutro. Ao contrário, a linguagem permite não apenas saber quem fala em um determinado discurso, mas também entender que o sujeito se constitui por intermédio das palavras que o atravessam. Essa concepção altera toda a forma de se pensar a linguagem e reitera a importância dos estudos discursivos para compreendermos todas as práticas da vida social. Já que se não somos a origem dos dizeres, mas somos por eles atravessados e constituídos, olhando as condições do surgimento de um determinado dizer ou de um não dizer, ou ainda, do silêncio, é possível obtermos diversas

respostas e variados sentidos.

Ao decorrer de nossa pesquisa, por exemplo, uma voz emergirá, não uma voz neutra, mas atravessada, inserida dentro de um recorte de gênero, raça, classe social, letramento etc. O resultado obtido é produto direto de sua vivência. Portanto, esses elementos não só contribuem para a reflexão sobre essa temática, como fornecem diretrizes, elegem caminhos, ignoram outros, priorizam alguns autores em relação a outros. Logo, o produto da pesquisa torna-se o resultado de algo além da vivência na vida acadêmica.

A própria não consciência de uma identidade negra, no sentido de um letramento racial, construída ao longo da vida, pode indicar um silenciamento composto pela falta de representatividade e acanhamento de uma negritude que, muitas vezes, é silenciada a ponto de não atravessar os indivíduos que mais dela necessitam. Despertar-se diante da compreensão de que estamos em um recorte de gênero, raça, posição social, é despertar-se para si mesmo dentro de uma realidade anuviada pela ignorância do não-saber. Ou seja, letramento racial é extremamente importante para uma pessoa negra, pois se refere ao desenvolvimento de uma consciência crítica e compreensão aprofundada das questões relacionadas à raça, ao racismo, à história e cultura afrodescendente. Esse tipo de letramento capacita indivíduos a reconhecer e enfrentar as injustiças raciais, além de empoderá-los para desafiar estereótipos negativos e promover a igualdade racial.

Ademais, um dos pontos necessários a serem frisados é que, embora surja cada vez mais a necessidade de se conceber uma ideia de identidade negra unigênita, forte, compartilhando os mesmos valores, crenças e objetivos, nem sempre, esse é um bom caminho. Porque, ao mesmo tempo que despertar para essa identidade pode ser benéfico e extremamente necessário para se pensar em soluções para um problema em comum, pensar nessa possibilidade é, também, descaracterizar a pluralidade que nos torna únicos em características e essencialmente humanos. Em palavras simplórias: não se pode pedir a um branco que fale em nome de todos os brancos, da mesma forma a um negro que fale em nome de todos os negros.

Consideramos importante destacar que a voz que fala nessa pesquisa é uma entre tantas outras, que podem ou não compartilhar os mesmos valores, expectativas, crenças, ou mesmo a própria concepção do que é construir um movimento antirracista. Portanto, quando trazemos o termo “negro” nessa pesquisa, pensamos em um ponto em comum: estar em uma mesma posição de vulnerabilidade

quanto ao racismo que se impõe no nosso cotidiano. Mas nunca deixando de considerar e deixar de ter em vista que, compartilhando ou não da mesma raça, nossas diferenças são o que nos tornam únicos.

Expressas essas considerações iniciais, consideramos que o racismo não se constitui um problema meramente ligado à moral do indivíduo, mas se estabelece de uma forma estrutural e dá sentido à reprodução de violência e das desigualdades. E, da mesma forma, tendo em vista que os discursos são as principais ferramentas para se compreender as condições de possibilidade que levam o indivíduo à construção do seu dizer, acreditamos que as especificidades oriundas dos estudos discursivos puderam fornecer respostas a questionamentos que nortearam o processo de pesquisa, tais como: como dizeres que têm por base o preconceito e a discriminação ainda permanecem circulando, dado que a universidade é considerada progressista, dedicada ao desenvolvimento da sociedade como um todo? A educação é mesmo revolucionária ou assume um papel que, por vezes, garante a reprodução dessas desigualdades? Quais condições históricas e políticas contribuem para que discursos reacionários, tal como o discurso racista, permaneçam circulando ainda na sociedade contemporânea?

Com o intuito de responder tais questionamentos, este estudo teve como objetivo principal analisar o racismo discursivo expresso em grafitos de banheiros de universidades, pelo viés teórico da análise de discurso e dos estudos discursivos de Foucault. Para esse trabalho, pensamos também em três objetivos específicos: primeiramente, refletir sobre o processo de produção da pesquisa e da escrita, visando compreender o pesquisador enquanto parte do processo discursivo, isto é, tomando-o como um sujeito subjetivado e atravessado e que, ao mesmo tempo, é norteador do processo de seleção, construção e análise. Além disso, tendo em vista que os discursos são derivados de processos históricos e contexto político, objetivamos abordar a temática do racismo e suas relações com a desigualdade social e a noção de “limpeza racial” que estão presentes nos discursos racistas encontrados em nosso corpus. É válido lembrar que o nosso corpus é composto por imagens de grafitos racistas, extraídos de jornais eletrônicos. A opção de se trabalhar com a mídia digital deveu-se pelo motivo de os grafitos em banheiros públicos serem um material fugidivo que é prontamente apagado e repudiado pelas instituições, sendo elementos de difícil coleta presencial. Por fim, diante disso, propusemos também a reflexão a respeito do papel da educação como instrumento de mobilidade social, explorando, sobretudo, o espaço universitário.

A organização do trabalho norteou-se a partir desses objetivos, sendo

assim, cada capítulo teve como princípio atender a um objetivo específico. No capítulo I, falamos sobre a abordagem teórico-metodológica proposta pelos estudos discursivos foucaultianos. Discorremos sobre a teoria e como se deu o processo de seleção e organização do corpus teórico. No capítulo II, discutimos mais sobre a temática do racismo inserido em um contexto político. Para isso, tratamos o tema conforme vem sendo abordado e suas correlações com o conceito de racismo de Estado em Foucault (2005). Além disso, nesse mesmo capítulo, quando comentamos a respeito da noção de limpeza racial, também apresentamos algumas considerações de Mbembe (2018), que aborda o conceito de necropolítica, importante, principalmente, para a compreensão daquilo que deve ser a base desses estudos: a resistência.

No capítulo III, desenvolvemos mais a despeito do papel da educação em relação ao racismo, visto que a universidade é uma instituição responsável por promover a educação em uma sociedade. Após isso, finalizamos com as considerações finais, levantando problemáticas que poderão ser aprofundadas e discutidas em projetos posteriores no campo das ciências humanas, deixando recomendações para futuros pesquisadores. Lembramos que o intuito desse trabalho não foi solucionar o problema do racismo, mas sim de fomentar essa recorrente problemática de nossa sociedade, promovendo visibilidade do tema, através de dizeres expressos em um gênero pouco convencional, mas sempre atual e presente na vida dos sujeitos: o grafite de banheiro.

É válido ressaltar que, quando se discute o racismo no meio acadêmico e educacional, também acabamos por refletir sobre o nosso próprio comportamento e compromisso, enquanto cidadãos. É salutar estar atento à maneira pela qual a violência racial afeta os indivíduos na sociedade, sobretudo, dentro do sistema educacional, visto que a educação tem o papel de contribuir ativamente para o exercício da cidadania. É importante nos questionarmos constantemente, ainda mais no que se refere ao papel da educação e de seus agentes frente a essas desigualdades?

Refletir caminhos para que a educação prossiga em conformidade com a igualdade é não só combater o racismo, como também enfatizar os valores da negritude, ou seja, promover a valorização da identidade e da trajetória histórico-cultural dos negros, como criar um ambiente escolar que garanta um pertencimento desses indivíduos nesses espaços. Embora não haja segregação legal, ainda vemos diferenças nas posições sociais, como o acesso de negros a posições de comando e poder, devido a uma construção histórica desprivilegiada. Logo, é necessário rever o espaço da educação compreendendo-a como um lugar em que se valoriza as culturas e diversidades como um todo. Talvez devesse ser esse o objetivo principal a permear não

só a universidade e o conhecimento nela produzido, mas igualmente toda a sociedade, pois só assim, de fato, poderemos pensar em políticas públicas de ações afirmativas.

## 1 CAPÍTULO I – O ARQUIVO DIGITAL

Nesse primeiro capítulo, explanamos com maior profundidade não somente a fundamentação teórica que motivou e conduziu esse processo analítico, mas também como a própria metodologia de pesquisa está intrínseca nessa teoria. Objetivamos construir um capítulo que contemplasse tanto a teoria quanto o método, demonstrando como um atua e exerce influência sobre o outro. A abordagem teórica influi no desenvolvimento da pesquisa guiando as etapas metodológicas, direcionando o olhar do pesquisador, desde a seleção do *corpus* às escolhas dos autores trabalhados e às análises dos materiais coletados constituindo, assim, o nosso arquivo digital.

O capítulo se organizou em duas etapas. Primeiramente, no tópico “O método arqueológico”, nos propomos a falar sobre o pensamento foucaultiano na análise do discurso. Segundo Marcondes (2010), Michel Foucault (1926-1984) foi um dos mais importantes e originais pensadores franceses do século XX, sua obra teve um grande impacto não somente para a filosofia, como também na história, na psicologia e nas ciências sociais. A obra *História da loucura* (1961) inicia uma série de análises históricas que, desde o primeiro momento, foram denominadas “arqueológicas” pelo próprio filósofo, que questionou, na referida obra, a interpretação tradicional sobre o saber psiquiátrico. Posteriormente, em *Arqueologia do saber* (1969), Foucault discorre a respeito da construção de seu próprio pensamento filosófico. Como ele exemplifica:

A unidade dos discursos sobre a loucura não estaria fundada na existência do objeto "loucura", ou na constituição de um único horizonte de objetividade; seria esse o jogo das regras que tornam possível, durante um período dado, o aparecimento dos objetos: objetos que são recortados por medidas de discriminação e de repressão, objetos que se diferenciam na prática cotidiana, na jurisprudência, na casuística religiosa, no diagnóstico dos médicos, objetos que se manifestam em descrições patológicas, objetos que são limitados por códigos ou receitas de medicação, de tratamento, de cuidados (FOUCAULT, 2008, p. 37).

Com foco para a Arqueologia, optamos por trabalhar conceitos propostos abordados nesta obra, justamente porque nos importa esse olhar para o objeto, não em busca de uma origem, mas sim das regularidades que permitem a

sua existência. Entretanto, segundo Machado (2007), é válido ressaltar que a arqueologia não se trata de um método que pode ser aplicado em diferentes objetos da mesma maneira, como um instrumento pronto e acabado que gerará análises empíricas, mas irá variar em princípios e objetivos.

Não se deve pensar, no entanto, que se trata de um método cujos princípios básicos possibilita, pela aplicação a diferentes objetos de pesquisa, uma série de análises empíricas. Se pode ser considerada um método, a arqueologia caracteriza-se pela variação constante de seus princípios, pela permanente redefinição de seus objetivos, pelas mudanças no sistema de argumentação que a legitima e justifica (MACHADO, 2007, p. 50).

Já na concepção de Marcondes (2010), o método arqueológico tem como ponto de partida uma necessidade de reinterpretção da história, procurando explorar os pressupostos que abrangem a construção de determinados saberes em um dado período histórico, relativizando-os. Essa metodologia procura dar conta das mudanças, rupturas, transições entre as diferentes formações discursivas em diferentes períodos.

Por fim, tendo explorado a teoria e a abordagem metodológica que a teoria orienta, no tópico “O arquivo digital”, abordamos sobre o próprio processo de pesquisa, seleção e organização do *corpus*, isto é, a aplicação do método ao objeto selecionado: os escritos racistas. Segundo Djamila Ribeiro (2019), houve a construção do mito da hegemonia racial fazendo com que o racismo, no Brasil, ocorra de maneira velada, como se já tivéssemos superado os conflitos raciais através da miscigenação da nossa população. Como menciona a filósofa, citando, inclusive, a obra *Casa grande & Senzala* como uma das obras de maior influência na propagação deste mito:

É verdade que o Brasil é diferente, mas nada é mais equivocado do que concluir que por isso não somos um país racista. É preciso identificar os mitos que fundam as peculiaridades do sistema de opressão operado aqui, e certamente o da democracia racial é o mais conhecido e nocivo deles. Concebido e propagado por sociólogos pertencentes à elite econômica na metade do século XX, esse mito afirma que no Brasil houve a transcendência dos conflitos raciais pela harmonia entre negros e brancos, traduzida na miscigenação e na ausência de leis segregadoras. O livro *Casa-grande & senzala*, de Gilberto Freyre, tornou-se um clássico mundial com a exportação dessa tese (RIBEIRO, 2019, p. 18-19).

Devido a isso, instigou-nos a busca por uma materialidade discursiva que comportasse o racismo de forma mais explícita, nos conduzindo a uma pesquisa que encontrou um ambiente fértil na escrita latrinária. Por serem protegidos pelo sigilo e o anonimato, os grafitos de banheiro propiciam o acesso a pensamentos e ideais retrógrados que não seriam permitidos tão facilmente em outros ambientes.

Em nossa pesquisa, os grafitos de banheiro foram extraídos de notícias publicadas em jornais eletrônicos e tiveram um recorte temporal entre os anos de 2015 e 2018. Esse recorte não se deu por acaso, mas é relevante ressaltar que esse foi um período de intenso debate político, o que, por sua vez, fomentou o surgimento de discussões ideológicas entre os partidos políticos concorrentes. Portanto, o confronto político também culminou com o aumento da frequência dos grafitos sobre essa temática. Nesse contexto, ideais que não fizeram parte do debate em aberto aparecem expressos em espaços menos convencionais.

Interesses políticos e, sobretudo, a inconformidade que esses movimentos mais radicais despertaram levou-os também a serem, mais frequentemente, noticiados. É meritório destacar que todos os jornais eletrônicos que divulgaram esses casos expressaram suas opiniões de desaprovação e inconformidade. As notícias também expuseram as notas de repúdio das universidades, bem como os relatos de inconformismo por parte dos alunos.

Sendo assim, é perceptível que, nesses embates políticos, até mesmo o ambiente do banheiro público torne-se arena para o conflito de pensamentos. No estudo de Barbosa (1982), intitulado *Grafitos de banheiro: a literatura proibida*, por exemplo, feito através da pesquisa em banheiros de 40 instituições ao redor do Brasil, durante o ano de 1982, vemos que a política foi um dos temas mais recorrentes dos autores dos grafitos de banheiro, aparecendo com uma frequência de 12,3%, vindo logo abaixo do tópico da sexualidade, que apareceu em 70,5% dos casos. No que se refere à temática do racismo, o assunto foi inserido na categoria política. Essa escolha se deveu ao fato de que a maioria dos escritos racistas, encontrados no estudo do referido autor, estavam ligados a partidos políticos de extrema-direita. Esses escritos estavam sempre relacionados a incitações sexistas, conservadoras, radicais e violentas.

Nos grafitos encontrados em nossa pesquisa, quase quarenta anos

depois, a semelhança é instigante. Vemos que ainda é notável a frequência de manifestações racistas e sexistas ligadas também a movimentos políticos mais conservadores. Lamentavelmente, mudam-se os partidos, e até mesmo os indivíduos, mas os ideais permanecem os mesmos.

### 1.1 O MÉTODO ARQUEOLÓGICO

Como mencionado, essa pesquisa se propôs a analisar os discursos racistas expressos em grafitos de banheiros de universidades públicas. Para isso, recorreremos aos estudos da Análise de Discurso (AD) e dos estudos discursivos de Foucault, um teórico que se consagrou como um grande nome dessa corrente teórica, por intermédio dos seus estudos filosóficos. Reiteramos que optamos em seguir um viés alimentado pela luz do pensamento foucaultiano não só pelas contribuições que o autor trouxe para o campo discursivo, mas também por sua diversidade de estudo, que inclui também outras temáticas de nosso interesse, tais como o racismo. A respeito do método arqueológico Giacomoni & Vargas (2010) ponderam que:

A arqueologia do Saber não é apenas a formulação de um método destas pesquisas anteriormente realizadas, e muito menos apenas uma proposta para as próximas pesquisas. Ele encerra uma fase, até certo ponto dotada de características próprias. O interesse de Foucault centra-se no discurso real, pronunciado e existente como materialidade. A definição de todo seu método se construirá na definição dos principais objetos: o discurso. Para uma visão mais completa das formas de diálogo entre os pares de conceitos e as formulações das ciências empíricas e a filosofia (GIACOMONI & VARGAS, 2010, p.119).

Discorreremos sobre as contribuições do pensamento foucaultiano trazendo alguns conceitos a respeito da linguagem, pertinentes e contribuintes para o desenvolvimento do campo dos estudos discursivos, com os quais Foucault trabalha para elaborar o que ele denomina como método arqueológico e que foram também essenciais para o desenvolvimento da nossa pesquisa. Segundo Rocha (2013):

Neste sentido, a arqueologia é um “domínio de investigação” ao invés de ser uma disciplina, encontrando o seu material não em livros científicos, filosóficos ou justificações religiosas, mas, até em se

partindo deles, na procura de se entender como esses discursos foram possíveis, juntamente com as “práticas” igualmente operadas (ROCHA, 2013, p. 48-49).

No livro *Vocabulário de Foucault*, Edgardo Castro (2004), complementa a definição de arqueologia nas seguintes palavras:

A arqueologia não se ocupa dos conhecimentos descritos segundo seu progresso em direção a uma objetividade, que encontraria sua expressão no presente da ciência, mas da episteme, em que os conhecimentos são abordados sem se referir ao seu valor racional ou à sua objetividade. A arqueologia é uma história das condições históricas de possibilidade do saber. Essas dependeriam da “experiência desnuda da ordem e de seus modos de ser” (CASTRO, 2004, p. 39).

É válido rememorar que estabelecemos um recorte apenas dos elementos que consideramos pertinentes para serem utilizados na análise dos enunciados selecionados. Nesse sentido, como menciona Rocha (2013), a arqueologia foucaultiana se propõe a distinguir o conceito de “saber”, de forma que estabeleça condições de possibilidades de teorias, opiniões e práticas. Nessa diferenciação, sobretudo, em relação aos denominados “conhecimentos”, encontrados em livros científicos, filosóficos, religiosos, entre outros.

### 1.1.1 As Unidades do discurso

Podemos considerar que o discurso se configura em uma rede de enunciados que possibilitam uma significação. Em *A arqueologia do saber*, Michel Foucault (2020) admoesta que a prática discursiva não pode ser confundida como uma atividade racional, ou como a competência de um sujeito falante.

Um conjunto de regras anônimas e históricas, sempre determinadas no tempo espaço, que definiram em uma dada época, e para uma área social, econômica, geográfica, ou linguística dada, as condições de exercício da função enunciativa” (FOUCAULT, 2020, p. 144).

Sendo assim, segundo Foucault (2008), todo discurso nasce de uma retomada, de um já-dito. Não simplesmente pela retomada a um texto escrito, mas

por elementos que configuram o rastro de sua existência. Para o autor, há um silêncio, não unicamente significando vazio, mas no sentido do que lhe é prévio e do que configura as articulações das possibilidades de formulação de um discurso.

Nesse sentido, os domínios de um discurso, embora imensos, podem ser definidos. O discurso é o conjunto de enunciados efetivos, sejam eles escritos ou falados, inseridos em sua dispersão de acontecimentos, cada qual dentro de sua própria instância. Nas palavras do filósofo:

Supõe-se, assim, que tudo que o discurso formula já se encontra articulado nesse meio-silêncio que lhe é prévio, que continua a correr obstinadamente sob ele, mas que ele recobre e faz calar. O discurso manifesto não passaria, afinal de contas, da presença repressiva do que ele diz; e esse não-dito seria um vazio minando, do interior, tudo que se diz (FOUCAULT, 2008, p. 28).

Além disso, o campo dos acontecimentos discursivos, para Foucault, é o conjunto finito das únicas sequências linguísticas que tenham sido formuladas, podem ser inumeráveis e ultrapassar a capacidade de registro, mas, ainda assim, constituem um conjunto finito. Nas palavras do autor:

Eis a questão que a análise da língua coloca a propósito de qualquer fato de discurso: segundo que regras um enunciado foi construído e, conseqüentemente, segundo que regras outros enunciados semelhantes poderiam ser construídos? A descrição de acontecimentos do discurso coloca uma outra questão bem diferente: como apareceu um determinado enunciado, e não outro em seu lugar? (FOUCAULT, 2008, p. 30).

Dessa forma, o discurso não é um fenômeno de tradução verbal de algo que foi formalizado em outro lugar, mas nele busca-se o campo de regularidades que o constituem. Ademais, o discurso também é o responsável por demarcar as posições de subjetividade, à medida que suas construções são elaboradas. O sujeito que se percebe fonte de seu dizer não se faz presente numa análise voltada aos aspectos das práticas discursivas, ao contrário, o discurso é um conjunto de enunciados em que pode ser constatada a dispersão desse sujeito. Isso significa que

o sujeito não é a origem de seu dizer, mas está sendo constituído, envolto nas teias construídas por esses dizeres. Um dizer depois de proferido encontra espaços que, por vezes, o próprio sujeito que o diz desconhece. É um espaço, marcado na exterioridade, em que uma rede de lugares distintos se desenvolve.

Essa tentativa de simbolização é o que permite que o indivíduo procure entender não só o mundo como a si mesmo. Entretanto, a necessidade do homem de tentar reduzir o mundo à sua própria racionalidade será alvo de críticas do filósofo. Ou seja, Foucault (1997) distingue o seu método de escavação ao de interpretação. Tendo em vista que, enquanto o de interpretação faz vir à tona uma montanha de significações, a profundidade que se objetiva permanece encoberta. Nesse sentido, o que o homem considera por verdade, de acordo com sua criação de mundo racional, seria apenas a superfície do mundo que se expõe.

É que o intérprete deve ir pessoalmente até ao fundo como um escavador, o movimento de interpretação é pelo contrário, o duma avalanche cada vez maior, que permite que por cima de si se vá despregando a profundidade de forma cada vez mais visível; e a profundidade torna-se então um segredo absolutamente superficial [...]. À medida que o mundo se revela mais profundo aos olhos do homem, damos-nos conta de que o que significou profundidade no homem, não era mais do que uma brincadeira de crianças (FOUCAULT, 1997, p. 19).

Nessa citação, em *Nietzsche, Freud y Marx*, Foucault (1997) relata que a interpretação, diferente da escavação, pode ser perigosa e ilimitada, adquirindo um carácter inacabado, advindo de disputa de forças. Temos sempre um movimento permanente de sobreposição de interpretações. O símbolo torna-se um espaço de jogo de enfrentamentos e redes de interpretações que nos são impostas por ele. Essa definição de Foucault se assemelha à visão nietzschiana sobre o ato de simbolizar, isto é, a tentativa de o homem se apossar do mundo, por meio da linguagem.

A “coisa em si” [como sendo precisamente a verdade pura e sem consequência], enquanto objeto para aquele que cria uma linguagem, permanece totalmente incompreensível e absolutamente indigna de seus esforços. Esta designa somente as relações entre os homens e as coisas e para exprimi-las ele pede o auxílio das metáforas mais audaciosas. Transpor uma excitação nervosa numa imagem! Primeira metáfora (NIETZSCHE, 2019, p. 14).

Ou seja, Nietzsche (2019) menciona que acreditamos possuir o saber sobre as coisas, todavia, não temos mais do que metáforas das coisas, metáforas que não correspondem às entidades originais. O filósofo vai questionar a despeito das concepções de verdade formadas pelo homem, indagando se a linguagem seria a expressão dessa realidade e que as coisas não coincidem com as designações atribuídas pelo homem. Certamente o que interessou também a Foucault (2008) foi o além do ato de significar, não desconsiderando o papel da língua. Para ele, os discursos são feitos de signos, mas o que fazem é mais do que utilizar signos para designar coisas. Os discursos são irreduzíveis à língua e até mesmo ao ato da fala. E é esse “mais” que é preciso aparecer, analisar e descrever.

### 1.1.2 Enunciado

A análise discursiva pretende compreender a singularidade de um determinado enunciado de acordo com a situação que possibilitou o seu surgimento. Trata-se de estabelecer limites e correlações com outros enunciados e de mostrar que outras formas de enunciação são excluídas. Isto é, “deve-se mostrar por que não poderia ser outro, como exclui qualquer outro, como ocupa, no meio dos outros e relacionado a eles, um lugar que nenhum outro poderia ocupar” (FOUCAULT, 2020, p. 34).

Em outras palavras, segundo Castro (2004), a análise arqueológica dos enunciados não os remete a uma instância fundadora, mas apenas a outros enunciados para mostrar suas correlações, suas exclusões, entre outros. Logo, o enunciado no sentido foucaultiano é uma proposição ou uma frase considerada desde o ponto de vista de suas condições de existência. Diferentemente dos linguistas, que trabalham com enunciados e os descrevem, nesse caso, trata-se de descrever como aconteceu o surgimento de tais enunciados.

Para Foucault (2008), o enunciado é o produto que relaciona a língua e o seu sentido. É um acontecimento que liga sua materialidade discursiva de um lado e, de outro, as condições de sua existência, abrindo um campo de memória que o possibilita tomar o que já foi dito e o repetir, transformar, reativar. Além disso, não se liga unicamente às situações que o provocam, mas, ao mesmo tempo, se liga aos enunciados que o sucedem, em uma rede discursiva infinda. Segundo Giacomoni & Vargas (2010), a respeito dos enunciados, podemos contemplar as seguintes

observações:

Se não existe uma forma única, é preciso então descrever uma coexistência destes enunciados dispersos visando buscar sua articulação e determinar as regras que permitem a existência de enunciações diversas. Estas regras remetem a questões como: 1) quem fala?; quem, entre todos os sujeitos falantes possui legitimidade para enunciar; 2) de quais lugares institucionais ele obtém o seu discurso?; de qual lugar advém tanto os objetos e enunciados quanto sua legitimidade (no caso da medicina em nossa sociedade, estes lugares são o hospital, o laboratório, a biblioteca, dentre outros.); 3) que posições o sujeito ocupa em relação aos domínios ou grupos de objetos?; como estes percebem, observam, descrevem, ensinam, etc. Estes três questionamentos põem o discurso novamente em um jogo de relações, uma prática que articula status, lugares e posições e, em plena expressão discursiva, produz um campo de regularidades para as diversas (e dispersas) posições de subjetividade (GIACOMI & VARGAS, 2010, p. 125).

Posto isso, o processo arqueológico promove uma maneira de descrever os acontecimentos discursivos, buscando unidades que compõem o discurso. Logo, o acontecimento discursivo torna-se a condição de existência do discurso, isto é, as condições de possibilidade que ligam os enunciados e as práticas discursivas. As relações entre enunciados, por vezes, podem escapar da consciência do autor, ou mesmo não possuírem o mesmo autor, ou possuírem autores que não se conheçam. Isso acontece porque, como já mencionado, as modalidades da enunciação não estão relacionadas a um sujeito específico, nem ao sujeito racional (proposto pela filosofia) ou ao sujeito gramatical (proposto pelas análises sistemáticas da língua).

Para o filósofo, é necessário olhar o espaço em que se desenvolvem os acontecimentos discursivos, não fechando-os em si, mas descrevendo seu jogo de relações. Como menciona Foucault:

Fazer aparecer, em sua pureza, o espaço em que se desenvolvem os acontecimentos discursivos não é tentar restabelecê-lo em um isolamento que nada poderia superar; não é fechá-lo em si mesmo; é tornar-se livre para descrever, nele e fora dele, jogos de relações (FOUCAULT, 2020, p.35).

Logo, o nível enunciativo de formulação, em oposição ao nível

gramatical, depende de um referencial que será um conjunto responsável por definir as possibilidades de aparecimento e delimitação. Seu valor de verdade estará condicionado por lugares, condições, campos de emergência, instância de diferenciação dos indivíduos ou dos objetos postos em jogo. Para Foucault (2020), é através da relação com variados domínios de possibilidade que um enunciado faz de um ou mais símbolos uma frase a que se pode atribuir um sentido e, assim, recebendo ou não um valor de verdade.

Outra característica importante na definição do conceito de enunciado é que ele não pode ser exercido sem a existência de um domínio associado. Isto é, diferentemente do texto que depende de um suporte material, físico, sonoro ou visual, o enunciado se distingue pela sua dependência apenas do domínio em que se instaura. Sendo assim, o enunciado não funciona de maneira independente, mas é exercido não só pela referência que faz ao seu domínio, mas também fazendo parte de um conjunto, ou seja, exercendo sua função sempre em relação aos outros. Como aponta o filósofo:

Qualquer enunciado se encontra assim especificado: não há enunciado em geral, enunciado livre, neutro e independente; mas sempre um enunciado fazendo parte de uma série ou de um conjunto, desempenhando um papel no meio dos outros, neles se apoiando e deles se distinguindo: ele se integra sempre em um jogo enunciativo, onde tem sua participação, por ligeira e ínfima que seja (FOUCAULT, 2020, p. 120).

Soma-se a isso outro elemento a ser destacado: a materialidade de um enunciado. Não é apenas uma variação, ou uma mudança no reconhecimento, mas é parte constitutiva do enunciado, seu sentido dela também depende. Logo, a materialidade é parte constitutiva de um enunciado, que garante a sua singularidade. O enunciado possui uma substância que, caso modificada, modifica também sua própria identidade. Para o autor, “a enunciação é um acontecimento que não se repete; tem uma singularidade situada e datada que não se pode reduzir” (FOUCAULT, p.123). Sendo assim, todo o enunciado é único, as condições de seu acontecimento são partes essenciais que determinam sua significação.

### 1.1.3 O Sujeito em Foucault

Outro conceito basilar para a compreensão de um processo discursivo é o conceito de sujeito. Foucault trabalha com a noção de sujeito derivado de uma relação de discursos e permeados por relações de significação e poder. Logo, compreendemos que o homem, ao dar sentido ao mundo, acaba dando sentido a si mesmo. A posição que o sujeito ocupa em um determinado discurso é a posição que transforma os indivíduos em sujeitos, não só pela construção da imagem que ele estabelece de si, mas também pela imagem que constrói do outro, no interior de suas relações sociais. Em *O vocabulário de Foucault*, Edgardo Castro (2004, p. 407) traz a seguinte definição para sujeito, através da relação com os modos de subjetivação:

Em clara oposição à tradição cartesiana, Foucault sustenta que o sujeito "não é uma substância". É uma forma, e esta forma não é, sobretudo nem sempre, idêntica a si mesma". O que Foucault entende aqui por "forma" depende, precisamente, de que ela não é idêntica a si mesma. Com efeito, o problema do sujeito é, para Foucault, o problema da história da forma-sujeito.

Essas posições são assumidas pelos sujeitos que são inseridos/constituídos por meio de um processo histórico. Dessa forma, essa definição vai contra a concepção de sujeito cartesiano<sup>2</sup>, que é aquele que é capaz de pensar e agir por si mesmo. Tomando, por exemplo, um dos enunciados encontrados: "Lugar de negro é na senzala", nessa oração, temos uma alusão a um período histórico bem demarcado. Sendo assim, o sujeito, que não é fonte, mas é parte integrante das condições de possibilidade desse dizer, está atravessado por uma construção histórica que o situa em um local singular do processo discursivo. Em outras palavras, o conjunto de discursos produzidos, não só no presente, mas também no passado, é o que vai subjetivando e dessubjetivando os indivíduos de acordo com as posições por eles assumidas no interior da prática discursiva. A análise dos enunciados para

---

<sup>2</sup> Entendemos por sujeito cartesiano o sujeito que se pauta sob características racionais e metódicas. Esse conceito advém do filósofo francês René Descartes (1596-1650), que foi considerado parte da corrente do racionalismo, isto é, pela valorização da ação de pensar de forma subjetiva e científica. Diferentemente dessa visão teórica, o objetivo da análise discursiva para Foucault é descentrar-se do sujeito e remeter-se à palavra.

essa teoria não questiona quem fala, mas concede à palavra a sua liberdade soberana. Segundo Foucault:

A análise dos enunciados se efetua, pois, sem referência a um cogito. Não coloca a questão de quem fala, se manifesta ou se oculta no que diz, quem exerce tomando a palavra sua liberdade soberana, ou se submete sem sabê-lo a coações que percebe mal. Ela situa-se, de fato, no nível do "diz-se" - e isso não deve ser entendido como uma espécie de opinião comum, de representação coletiva que se imporia a todo indivíduo, nem como uma grande voz anônima que falaria necessariamente através dos discursos de cada um; mas como o conjunto das coisas ditas, as relações, as regularidades e as transformações que podem aí ser observadas, o domínio do qual certas figuras e certos entrecruzamentos indicam o lugar singular de um sujeito falante e podem receber o nome de um autor. "Não importa quem fala", mas o que ele diz não é dito de qualquer lugar. É considerado, necessariamente, no jogo de uma exterioridade (FOUCAULT, 2020, p. 150).

Por conseguinte, o conceito de sujeito em análise do discurso não diz respeito ao sujeito gramatical ou substancial, mas irá se referir ao lugar do sujeito que fala no discurso, visto que ele não é a fonte do dizer. Para Brandão(2006), Foucault considera que o conceito de sujeito é uma função vazia, podendo ser preenchida por diversos indivíduos, isto é, um espaço a ser ocupado por meio do processo discursivo.

Dessa forma, se o sujeito é uma função vazia, um espaço a ser preenchido por diferentes indivíduos que o ocuparão ao formularem o enunciado, devesse rejeitar qualquer concepção unificante do sujeito. O discurso não é atravessado pela unidade do sujeito e sim pela sua dispersão; dispersão decorrente das várias posições possíveis de serem assumidas por ele no discurso (BRANDÃO, 2006, p. 35).

Assim, os sujeitos estão inseridos no âmbito das condições de possibilidade e são marcados por suas relações uns com os outros. Eles não permanecem iguais, mas variam e modificam os dizeres ao mesmo tempo que são por eles modificados.

É um lugar determinado e vazio que pode ser efetivamente ocupado por indivíduos diferentes; mas esse lugar em vez de ser definido de uma vez por todas e de se manter uniforme ao longo de um texto, de um livro ou de uma obra de arte, varia – ou melhor, é variável o bastante para poder continuar, idêntico a si mesmo, através de várias

frases, bem como para se modificar a cada uma. (FOUCAULT, 2020, p.115-116).

No âmbito de um processo de simbolização, é pertinente refletir sobre o papel ambivalente do sujeito, no qual ele atua como criador e, simultaneamente, é moldado por essa criação. Em outras palavras, ele desempenha tanto o papel de observador quanto o de objeto observado. Contudo, é importante destacar que essa simbolização ocorre dentro dos padrões alcançados por uma determinada prática discursiva com raízes na história, o que influenciará a forma como será construída ou compreendida. Dessa forma, essa perspectiva prioriza tais regularidades como meio de compreender, inclusive, a subjetividade própria desse sujeito. Nas palavras do autor:

O discurso, assim concebido, não é a manifestação, majestosamente desenvolvida, de um sujeito que pensa, que conhece, e que o diz: é, ao contrário, um conjunto em que podem ser determinadas a dispersão do sujeito e sua descontinuidade em relação a si mesmo (FOUCAULT, 2020, p. 66).

Consequentemente, renuncia-se à ideia de um discurso como forma de expressão desse sujeito, isto é, de tradução verbal, a análise arqueológica busca regularidades que compõem outras formas de subjetividade. Esse afastamento do sujeito em relação ao seu objeto assemelha-se à citação de Nietzsche (2019) sobre a tentativa do ser humano de apreender o mundo por meio da linguagem, quando na verdade, para ele, o que temos são apenas metáforas.

Acreditamos possuir algum saber sobre as coisas propriamente, quando falamos de árvores, cores, neve e flores, mas não temos, entretanto aí mais do que metáforas das coisas, as quais não correspondem absolutamente às entidades originais. Assim como é evidente que uma folha não é nunca completamente idêntica à outra, é também bastante evidente que o conceito de folha foi formado a partir do abandono arbitrário destas características particulares e do esquecimento daquilo que diferencia um objeto de outro (NIETZSCHE, 2019, p.14-15).

Com isso, compreendemos que não só é ignóbil a tentativa de reduzir o mundo ao que o homem compreende dele por intermédio de sua linguagem, como também a compreensão de si mesmo não pode ser limitada a isso. Nesse sentido, importa a posição que o sujeito ocupa na ordem do discurso, nessa rede de relações discursivas, ou em suas interdições, pois é essa posição que transforma os indivíduos

em sujeitos. Essas posições assumidas pelos sujeitos atravessados por esses discursos, inseridos/constituídos através da história, iniciam a construção de sua subjetividade.

#### 1.1.4 As Formações Discursivas

Diferentemente de Pêcheux, teórico que também se interessava em analisar o discurso e trabalhava a noção de formação discursiva por processos de identificação atrelados às formações ideológicas, para Foucault, as formações discursivas guiam a maneira de se enxergar os objetos e suas contradições, isto é, nascem da prática discursiva. Segundo Courtine (2009, p. 69):

O termo formação discursiva aparece em 1969 com a *Arqueologia do Saber*, fora do domínio da AD [análise do discurso], nos trabalhos de M. Foucault, neste vasto e fecundo questionamento sobre as condições históricas e discursivas em que se constituem os sistemas de saber.

Na obra foucaultiana, ao lançar a definição do que seria uma formação discursiva, Foucault (2020) inicia trazendo algumas hipóteses levantadas por ele e, também, refutadas por ele, posteriormente. A primeira hipótese é que os enunciados, mesmo em diferentes lugares no tempo e de formas variadas, formariam um conjunto quando se referem a um mesmo objeto.

Sobre essa primeira hipótese, o filósofo admite que um mesmo objeto (como por exemplo, a loucura) não é constante o bastante para definir um sistema de formação que seja constante. Isso porque um mesmo objeto não permanece conservado, mas se altera, na medida em que as relações sociais e históricas se modificam. Da mesma forma, todos os enunciados selecionados em nossa pesquisa se remeteriam ao objeto: racismo, formando um conjunto que garantiria seu significado independente das condições que possibilitaram sua existência. Entretanto, isso seria dizer que todo enunciado racista obedeceria à mesma estrutura e significado independentemente do tempo e da forma, o que não é verdade, visto que falas racistas eram consideradas normalizadas em determinados períodos históricos, nem mesmo sendo vistas como tais, devido à configuração da sociedade escravocrata.

Complementando essas ideias, em *O vocabulário de Foucault*,

Edgardo Castro (2004) tem semelhante leitura acerca das categorias discursivas no método arqueológico:

A arqueologia, que se situa a si mesma dentro desse marco de renovação do conhecimento histórico, tem uma dupla tarefa. Por um lado, livrar-se daquelas categorias com as quais tradicionalmente assegurou, para além de todo acontecimento, a continuidade do pensamento, da razão, do saber: autor, obra, livro. Por outro lado, elaborar categorias próprias, as que permitam pensar a descontinuidade na ordem do discursivo (CASTRO, 2004, p. 137).

A segunda hipótese é que a definição de um grupo de relações entre enunciados poderia estar ligada à *forma e encadeamento*. A ideia de haver um estilo próprio que se ligaria à definição de uma organização que poderia dar conta de descrever um determinado grupo de enunciados mostrou-se insuficiente. Isso porque, ao citar o exemplo da medicina, é possível notarmos que ela não obedece a um estilo único, a uma prática única, mas compõe um *corpus* de conhecimento que é diverso em si mesmo. Abrange também um deslocamento, visto que o discurso médico de hoje envolve práticas e definições que outrora não eram possíveis de serem enquadradas enquanto práticas medicinais. Era necessária, então, uma definição que possibilitasse abarcar não só as diferenças históricas, como também suas dispersões. Como caracteriza o filósofo (2020, p. 42):

Seria preciso caracterizar e individualizar a coexistência desses enunciados dispersos e heterogêneos; o sistema que rege sua repartição, como se apoiam uns nos outros, a maneira pela qual se supõem ou se excluem, a transformação que sofrem, o jogo de seu revezamento, de sua posição e de sua substituição.

Como terceira hipótese, Foucault (2020) indaga se não poderia estabelecer um grupo de enunciados de acordo com o sistema de conceitos que poderiam permanecer inalterados. O autor cita o exemplo da gramática e de conceitos que circulam dentro desse domínio de conhecimento. Entretanto, admite que novos conceitos surgem e são incorporados, por vezes, fazendo referência ao seu domínio de origem, às vezes partindo de conceitos já inseridos em outros. Não seria interessante buscar uma organização de conceitos gerais, mas sim analisar o quadro que permitiu o aparecimento de tal conceito e sua dispersão.

A última hipótese levantada é que o agrupamento dos enunciados

poderia ser explicado de acordo com a identidade e a persistência dos temas. Todavia, em uma mesma temática pode-se trabalhar conceitos diferentes, tipos de análises diversas. Logo, não estaria no tema a possibilidade de individualização de um discurso, visto que os discursos obtêm sua significação quando estabelecem relações com outros discursos, pois sabemos tratar-se de uma prática social. Do ponto de vista do autor, uma maneira mais assertiva de determinar as regularidades de uma formação discursiva é, mais do que procurar dentro do tema a possibilidade do discurso, demarcar a dispersão do ponto de escolha, garantindo um “*campo de possibilidades estratégicas*” (FOUCAULT, 2020, p. 45).

Para Brandão (2006), Foucault entende que os discursos são uma dispersão, formados por elementos que não correspondem a nenhum princípio de unidade, mas que permitem, contudo, analisá-los em suas singularidades. Assim, para descrever essa dispersão, é necessário estabelecer regras que conduzam à formação dos discursos. De acordo com a autora, são essas regras que caracterizariam uma formação discursiva:

Essas regras que determinam, portanto, uma "formação discursiva" se apresentam sempre como um sistema de relações entre objetos, tipos enunciativos, conceitos e estratégias. São elas que caracterizam a "formação discursiva" em sua singularidade e possibilitam a passagem da dispersão para a regularidade. Regularidade que é atingida pela análise dos enunciados que constituem a formação discursiva (BRANDÃO, 2006, p. 33).

Identificando a definição proposta pelo filósofo sobre as formações discursivas, surge a necessidade de descrever, entre os enunciados, um sistema de dispersão que não procura isolar os enunciados para descrever sua estrutura interna, mas estuda suas formas de repartição. Como descrito por Foucault (2020, p. 47):

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva*.

Nesse sentido, Brandão (2006) é assertiva ao dizer que Foucault considera o discurso um conjunto de enunciados que remetem a uma mesma formação discursiva. Segundo ela:

[...] Para Foucault, a análise de uma formação discursiva consiste, então, na descrição dos enunciados que a compõem. A noção de enunciado em Foucault é contraposta à noção de proposição e de frase (unidades, respectivamente, constitutivas da lógica e da linguística da frase), concebendo-o como a unidade elementar, básica, que forma um discurso. O discurso seria concebido, dessa forma, como uma família de enunciados pertencentes a uma mesma formação discursiva (BRANDÃO, 2006, p. 33).

Conforme supramencionado, é importante destacar que as formações discursivas (FDs) não são blocos marcados pela imobilidade, isto é, formas estáticas que se impõem ao exterior do discurso e definem suas possibilidades. Ou mesmo organizações formuladas pelos indivíduos, com a finalidade de servir às suas determinações, dentro de suas relações sociais, catalogando os dizeres, mas sim, um sistema que reside no próprio discurso, ou no limite de suas fronteiras. Tal sistema de formação, obedece a esses limites e são eles que definem as regras de sua existência.

As regras possibilitam a prescrição do que deve ser correlacionado em uma prática discursiva, para que essa prática faça referência a tal objeto, conceito, ou para que organize uma estratégia. Sendo assim, não sendo as formações discursivas (FDs) blocos imóveis, as práticas discursivas são o que modificam os domínios com os quais elas se relacionam. Nas palavras de Foucault:

Mas, inversamente, as práticas discursivas modificam os domínios por elas relacionados. Por mais que se esforçassem em instaurar relações específicas que só podem ser analisadas em seu próprio nível, essas relações não exercem seus efeitos apenas no discurso; inscrevem-se também nos elementos por elas articulados uns com os outros (FOUCAULT, 2020, p. 89).

Ademais, ao enxergar o discurso em qualquer sociedade, compreendemos que o discurso é controlado por suas respectivas normas e os procedimentos de exclusão, o que Foucault (1996) denomina de interdições discursivas. Portanto, qualquer um não pode falar de qualquer coisa, devido a um protocolo social. A ordem do discurso corresponderia a essas normas e regras que regulam os dizeres. Essas normas viabilizam que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, por exemplo, ou que qualquer um não pode falar de qualquer coisa. Fica mais claro quando pensamos nas relações de poder que regem a sociedade e possibilitam legitimações a certos sujeitos e a outros não. Para o autor, a formação do discurso pode fazer parte dessas condições e, inversamente, tais

posições de controle fazem parte dessa formação discursiva.

A formação regular do discurso pode integrar, sob certas condições e até certo ponto, os procedimentos do controle (é o que se passa, por exemplo, quando uma disciplina toma forma e estatuto de discurso científico); e, inversamente, as figuras do controle podem tomar corpo no interior de uma formação discursiva (assim, a crítica literária como discurso constitutivo do autor): de sorte que toda tarefa crítica, pondo em questão as instâncias do controle, deve analisar ao mesmo tempo as regularidades discursivas através das quais elas se formam; e toda descrição genealógica deve levar em conta os limites que interferem nas formações reais (FOUCAULT, 1996, p. 66).

A linguagem do “politicamente correto”, por exemplo, também nos ajuda a perceber essas “regras invisíveis” que regem os dizeres em sociedade. Os avanços da tecnologia possibilitaram um maior acesso aos dizeres e isso trouxe mudanças na forma de se absorver o que está sendo dito. Sendo assim, os estudos que viabilizam uma análise de discursos são importantes à medida que nos possibilitam refletir sobre objetos, os quais esses dizeres tentam silenciar, além de levantar questionamentos e reflexões sobre o que está sendo dito.

#### 1.1.5 Discurso e História

Ao se pensar o discurso, enquanto processo ligado às práticas sociais, o próprio conceito de história também passou a ser revisitado durante os estudos do método arqueológico. Para Mazière (2007), a história, sob a forma do texto histórico, foi um dos primeiros objetos da análise do discurso, a qual, por sua vez, herdou do filósofo francês Michel Foucault a sua concepção de história.

Enquanto os encontros com a sociologia e a sociolinguística, conflituosos no início, só vão se pacificar uns quinze anos depois, a história, sob a forma do texto histórico, foi um dos primeiros objetos da AD, e os historiadores, desde o início, colaboraram enormemente para o estabelecimento de suas categorias. É certo que a AD, desde os anos 1970, é contestada a partir do próprio interior da disciplina “história” como um aparato de leitura muito técnico, muito pesado. A isso se acrescenta que a AD surge como a herdeira de Foucault, em quem a história dominante não confia (MAZIÈRE, 2007, p. 89-90).

A história abordada por Foucault (2020), em *Arqueologia do saber*,

não é uma história isenta de perspectiva. Para ele, é um sistema de construção de fatos que peca, muitas vezes, em excluir certos relatos com o intuito de obedecer a determinados interesses. Portanto, é necessário entender que a história pode ser abordada por diferentes concepções. Por exemplo, quando pensamos nas problemáticas da história retratada nos livros didáticos, cuja ausência da história do negro sobre a própria escravização é o que se faz presente, mascarando um racismo estrutural ocasionado pelo silenciamento dessas figuras.

Diante disso, entendemos que a história, na camada da superfície, possui várias camadas antecessoras, não é imóvel e tão pouco tem um sistema fechado em si. Assim, justifica-se questionarmos o porquê de, por tanto tempo, o ser humano ter eleito determinadas histórias em detrimento de outras, as histórias que foram contadas e as que foram e continuam sendo silenciadas e esquecidas. Sendo assim, a história é, para uma sociedade, uma maneira de dar *status* e elaboração à massa documental da qual ela não se separa. Segundo Foucault:

É preciso desligar a história da imagem com que ela se deleitou durante muito tempo e pela qual encontrava sua justificativa antropológica: a de uma memória milenar e coletiva que se servia de documentos materiais para reencontrar o frescor de suas lembranças; ela é o trabalho e a utilização de uma materialidade documental (livros, textos, narrações, registros, atas, edifícios, instituições, regulamentos, técnicas, objetos, costumes etc.) que apresenta sempre e em toda a parte, em qualquer sociedade, formas de permanências, quer espontâneas, quer organizadas (FOUCAULT, 2008, p. 7-8).

Nesse caso, a crítica do filósofo é assertiva ao dizer que o trabalho do historiador é ficcional, pois a lógica é criada para dar sentido ao que você sabe que vai acontecer. Isto é, quando o historiador vai dar sentido, ele já sabe o que vai acontecer, ele tenta dar coerência aos acontecimentos, tenta organizá-los. Ao contrário disso, Foucault pensa em uma história que é ininterrupta e alinear.

Uma história que não seria escansão, mas devir; que não seria jogo de relações, mas dinamismo interno; que não seria sistema, mas árduo trabalho da liberdade; que não seria forma, mas esforço incessante de uma consciência em se recompor e em tentar readquirir o domínio de si própria, até as profundezas de suas condições; uma história que seria, ao mesmo tempo, longa paciência ininterrupta e vivacidade de um movimento que acabasse por romper todos os limites (FOUCAULT, 2020, p.16).

É sabido que começamos a falar sobre o mundo a partir de conceitos que são criados por determinados indivíduos, ou seja, é necessário atentarmos em como certos autores deram repercussão à forma de vermos o mundo. Foucault critica os historiadores por falarem sobre o mundo, sobre uma época, a partir de um rosto, de relações homogêneas, pois é assim que a história vai criando verdades e todas as outras coisas ditas contra isso são desconsideradas. Atribuindo a culpa ao estruturalismo, ele acrescenta que muitos historiadores que estão produzindo história nem sequer passam a criticar o seu próprio processo de produção.

[...] já há bastante tempo que os historiadores identificam, descrevem e analisam estruturas, sem jamais se terem perguntado se não deixavam escapar a viva, frágil e fremente "história". A oposição estrutura-devir não é pertinente nem para a definição do campo histórico nem, sem dúvida, para a definição de um método estrutural (FOUCAULT, 2008, p. 13).

Produzir determinada verdade sobre um período acaba se tornando hegemônico, isto é, formando núcleos de saberes e de poderes. Sendo assim, tudo o que não obedecia ao contínuo o historiador se encarregava de suprimir, e isso pode até mesmo ocasionar problemas teóricos, deixando lacunas. As reflexões de Foucault (2008) nos provocam a questionarmos como acreditamos em determinadas verdades expressas por certos pesquisadores sem nem nos questionarmos quanto a isso.

Semelhantemente à leitura de Brandão (2006), para ela, Foucault rompe com a ordem clássica que considerava a história um contínuo, há um deslocamento para uma nova visão que estabelece uma nova concepção histórica pautada na descontinuidade.

Rompendo com essa ordem clássica que via a história como um discurso do contínuo, do desenrolar previsível do Mesmo, Foucault instaura uma nova visão da história como ruptura e descontinuidade, construindo-se uma série de mutações inaugurais onde não há lugar para um projeto divino ou humano. Atribuindo à instância singular do discurso um estatuto privilegiado, para ele, a matéria de uma análise histórica descontínua é o evento na sua manifestação discursiva sem referência a uma teleologia a uma subjetividade fundadora [...] (BRANDÃO, 2006, p. 34).

Nesse sentido, entram em jogo o que Foucault chama de efeitos de verdade, isto é, os episódios históricos são sempre acontecimentos discursivos,

retratados sob perspectivas, tornando-os interpretações e não fatos. Como complementa a leitura de Ragusa (2011), a arqueologia é o método que permite construir uma narrativa histórica, não fechada em si, mas que permite conhecer as práticas discursivas ao longo da história, envoltas no espaço da dispersão e singularidade de existência.

## 1.2 O ARQUIVO DIGITAL

Como mencionado, segundo Foucault (2008), o processo arqueológico não pretende encontrar nos dizeres uma lei oculta, uma origem recoberta que o pesquisador teria que libertar, ou ainda modelos concretos compostos por uma teoria geral. Ao invés disso, trata-se de desenvolver uma dispersão, nunca presa a um centro absoluto. Como o próprio nome diz, trata-se um procedimento de justaposição de camadas, cavando camadas para baixo, mesmo sem pretensão de encontrar a origem. Importa, entretanto, saber quais condições possibilitaram que aquele discurso tenha surgido de determinada maneira e não de outra.

Nesse sentido, abordamos considerações sobre o processo de seleção e organização do nosso *corpus* de pesquisa, tendo em vista que, não só as análises, mas o próprio processo de seleção bibliográfica, isto é, o material utilizado e o silenciado, obedecem a um atravessamento discursivo do sujeito pesquisador, e isso reverbera no procedimento de uma análise que se construirá de uma certa maneira.

Nesse tópico, objetivamos levantar mais clareza a respeito do *corpus* de pesquisa. Organizamos da seguinte forma: primeiramente, uma discussão a respeito das especificidades do gênero discursivo, tendo em vista as características específicas que esse veículo de comunicação possui. Depois, falamos a respeito das imagens selecionadas e, para isso, realizamos uma tabulação dos dados de acordo com o nome da universidade, o centro acadêmico, o curso, o Estado, o ano da reportagem, o site em que foi publicada e o tipo de instituição (pública ou privada).

### 1.2.1 O *Corpus* de Pesquisa

Como mencionado, o interesse em pesquisar manifestações mais

explícitas de racismo conduziu a um *corpus* de pesquisa composto por grafitos de banheiros de universidades, isto é, escritos, desenhos e símbolos encontrados em banheiros. Também chamado de escrita latrinária, o grafito de banheiro é uma forma de expressão que permite a observação de posições e pensamentos que não seriam possíveis de serem visualizados em outras formas de manifestações linguísticas. É uma intrigante via de acesso à intimidade dos indivíduos. Em *Grafitos de banheiro: a literatura proibida*, Barbosa (1984) menciona que o ambiente do banheiro público é um lugar solitário, secreto, interrogador e clandestino. Embora seja um espaço designado para as necessidades fisiológicas, também pode atuar como veículo de expressão pessoal. Ou seja, o banheiro é um “território sujo e livre, que parece oferecer-nos segurança, anonimato, intimidade; o banheiro é um dos locais onde mais se produzem grafitos em nossa sociedade” (BARBOSA, 1984, p. 77).

Entretanto, o comportamento de escrever em paredes não é novo. Desde os primórdios da humanidade, o ser humano utilizou a escrita nas paredes como forma de expressão. Os desenhos rupestres eram marcados em superfícies de cavernas e abrigos. Segundo Damião e Teixeira (2009), as superfícies nas quais os escritos eram realizados, e que hoje denominamos como paredes, eram formadas pela natureza e apenas fechavam o espaço, mas não havia divisão. Contudo, com a necessidade de privatização das propriedades, o indivíduo se viu forçado a buscar métodos de isolamento de espaço, separando, assim, o público do privado. Segundo os autores, quando o homem dividiu as propriedades por meio das paredes ele, ao mesmo tempo, também foi responsável pela sua própria divisão para com o mundo. “[...] a parede representa um dispositivo de retirada do convívio com semelhantes e é ainda um aparelho de exclusão. A parede delimita o interno e o externo, a posse e a coletividade” (DAMIÃO & TEIXEIRA, 2009, p. 03).

Não obstante, o ser humano busca quebrar esse isolamento recorrendo à parede como forma de comunicação, com o intento de estabelecer um elo com o outro. Esse recurso de comunicação atravessa os limites estabelecidos pelas paredes, sem que elas necessitem serem propriamente derrubadas. Para Teixeira (2004), a palavra escrita e veiculada por meios legitimados pela sociedade tem sido bastante documentada e analisada, entretanto, a palavra não oficial, produzida e veiculada em suportes que não foram compostos para essa finalidade, ainda é marginalizada, negligenciada e, conseqüentemente, pouco documentada e estudada.

A autora ressalta, contudo, a importância de seu estudo, que também é uma das muitas práticas do comportamento humano. No que se refere ao racismo, o discurso racista que geralmente ocorre de maneira velada em outros meios de comunicação, tal como os grafitos de banheiro, é expresso de forma explícita por meio da materialidade discursiva, possibilitando o acesso a pensamentos que outrora estavam encobertos.

No Brasil, de modo geral, os estudos que envolvem as escritas em muros e paredes procuram distingui-las segundo categorias, tais como: grafito, grafite, pichação e pixo. O grafite e a pichação são práticas que nasceram dentro de uma produção cultural urbana, entretanto, o grafite costuma ser aceito, enquanto a pichação é considerada crime. Para Damião e Teixeira:

A pichação é uma espécie de grafito, a qual é executada utilizando-se tinta – em geral, spray –, produzindo dizeres ou desenhos em muros, ou paredes. No Brasil, a prática recebeu mais de uma alcunha para designá-la, incluindo, além de pichação, os termos grafitti e grafitagem. Por diversos fatores, tais como projetos sociais que visavam o estímulo dessa forma de expressão, busca da antissegregação, ou mesmo resgate de jovens da delinquência, a pichação e o grafitti passaram a ser vistos como um tipo de manifestação cultural e artística (DAMIÃO; TEIXEIRA, 2009, p. 4).

Sendo assim, certos movimentos sociais utilizam os desenhos em paredes como forma de expressão e arte. Alguns, inclusive, por intermédio dessa prática, promovem projetos sociais que procuram realizar a inclusão de jovens marginalizados, através de atividades de resgate da delinquência. O fato é que essa prática de expressão da linguagem ainda desperta muitas polêmicas e dificuldades de classificação. Embora o objetivo dessa pesquisa não seja adentrar nessa questão, é importante, ao menos, distinguir essas formas de expressão para contextualizar o âmbito e o objeto de estudo. Teixeira (2004), em sua tese, afirma que a prática de escrita em paredes de banheiros públicos é uma subcategoria da prática de escrever em paredes, e esta, por sua vez, é uma subcategoria do próprio ato de escrever. Segundo a autora:

Nesse sentido, grafitos de banheiro, também conhecidos como escritas latrinárias, correspondem a palavras, frases ou desenhos feitos por indivíduos de ambos os sexos em banheiros públicos. Majoritariamente, as mencionadas inscrições são produzidas nas portas e paredes das cabines dos banheiros, como também, eventualmente, em outras superfícies que permitam a escrita. Esse

tipo de produção configura uma subcategoria do ato de escrever em paredes de maneira geral (TEIXEIRA, 2004 *apud* DAMIÃO; TEIXEIRA, 2009, p.4).

Portanto, o banheiro é um local de dedicação ao corpo na sua mais natural condição, íntimo e privativo. Os grafitos de banheiros públicos atuam como uma forma de comunicação subversiva aos veículos próprios à escrita, porém, ainda assim, é um veículo de comunicação em massa como qualquer outro. Por isso, assim como o racismo, temáticas polêmicas relacionadas à política, drogas, religião e sexualidade são corriqueiras nesses espaços. As normas da sociedade, que atuam como forma de repressão e manipulação do corpo, fazem do banheiro um espaço livre de censuras externas e um “painel anônimo de confidências sobre a cultura, sociedade e, inclusive, o próprio indivíduo” (DAMIÃO E TEIXEIRA, 2009, p. 4). Logo, segundo os autores, o estudo dos grafitos pode proporcionar um acesso mais preciso para alguns resultados.

Em outras palavras, as escritas latrinárias correspondem a um recurso de documentação de atitudes, modos de pensar e hábitos discursivos populares, uma vez que são produzidas espontaneamente pelas pessoas, despreocupadas com a observação e avaliação de outrem. Os conteúdos resultam das mais variadas motivações, desde o desejo de registrar a presença, até apoio ou indignação de fundo político. Desse modo, os grafitos de banheiro permitem que os comportamentos, crenças e atitudes sejam medidos de forma não intrusiva, visto que são produções livremente emitidas, oferecendo, portanto, a vantagem de estarem menos sujeitos a vieses e censuras de um observador e, conseqüentemente, proporcionando resultados mais precisos (SCHREER; STRICHARTZ, 1997 *apud* DAMIÃO e TEIXEIRA, 2009, p. 4).

Por conseguinte, para Barbosa (1984, p. 194), o banheiro, através da produção de grafitos, “em sua sujidade, propicia manifestações inconvenientes se apresentadas em outro lugar, sem limites aparentes de censura externa e acessível a todos, torna-se um palco discreto de confidências.” Assim sendo, o banheiro é um lugar onde o sujeito se desnuda, não só nas vestimentas, como também no que se refere ao seu psicológico. Lá, é onde ele se revela e deixa extravasar seu pensamento nu e cru nas paredes. Todavia, embora seja um lugar íntimo e particular, naquele instante, é também um veículo de comunicação aberto, o qual possibilita o exercício de um diálogo de amplo alcance, tendo o poder de atingir diversos tipos de pessoas, que podem tanto contrapor-se aos seus dizeres, quanto assentir com eles,

proporcionando aos autores o conforto e a segurança de saberem que não estão sozinhos em seus posicionamentos ideológicos.

No que concerne à temática do racismo, dentro das universidades, o grafito é uma forma de manifestação da linguagem, a qual possibilita o acesso a pensamentos de notório preconceito, contrastante aos padrões morais aceitáveis de nossa época. Por intermédio dos grafitos, é exequível a constatação de dizeres que não poderiam ser observados em outros espaços, sobretudo, no espaço dos debates acadêmicos.

### 1.2.3 Sobre a Seleção e a Organização

Diante de um racismo à brasileira, que acontece de forma velada e onde o mito da hegemonia racial mascara as desigualdades estruturais, buscamos uma forma de racismo mais aberta e direta, ao mesmo tempo que surge o ideário de que não há racismo no Brasil, mas ainda vemos um extermínio da população negra brasileira. Os negros ainda ocupam os lugares mais desprivilegiados da sociedade brasileira, levando-nos a perceber que o cerne da questão não é mais se há racismo ou não, mas onde é possível vê-lo de forma mais declarada. Surgiu, assim, a necessidade de um *corpus* no qual pudéssemos ver o racismo operando de maneira livre de censura. Sabemos que as pichações dão voz a diversas causas minoritárias e, por isso, podem ser consideradas atos revolucionários, todavia, ainda sem tocar no aspecto de contravenção<sup>3</sup> de tal ato, devemos atentar para o fato de que elas também são práticas sociais, as quais, muitas vezes, garantem o sigilo e anonimato de seus praticantes.

Escolhidas a temática, optamos por uma busca virtual. Sabemos que, conforme a Lei Afonso Arinos (Lei 1390/51 de 3 de julho de 1951), proposta por Afonso Arinos de Melo Franco (1905-1990) e promulgada por Getúlio Vargas em 3 de julho de 1951, a discriminação racial no Brasil é proibida. Sendo assim, os grafitos de cunho racista são logo repudiados e apagados, tornando

---

<sup>3</sup> Ao contrário do grafite, no Brasil, a pichação é considerada como crime ambiental, nos termos do artigo 65 da Lei 9.605/98 (Lei dos Crimes Ambientais), que estipula pena de detenção de 03 meses a 01 ano, e multa, para quem pichar ou por qualquer meio conspurcar edificação ou monumento urbano (<https://csmadvocaciacriminal.jusbrasil.com.br>).

um material fugidio. Até mesmo em sites, como pudemos ver em alguns momentos de nossa pesquisa, é um *corpus* que frequentemente sai do ar, é excluído, encoberto. Quando não, são acompanhadas por notas de repúdio das instituições, ou mesmo de pessoas que utilizam as próprias paredes para estabelecerem sua recusa àquele dizer, o que não impede que os casos voltem a ocorrer. O que despertou uma atenção especial, entretanto, foi a frequência desses escritos em universidades, um ambiente que é tido como progressista e revolucionário. Dessa forma, com o intuito de sanar algumas hipóteses tanto sobre o racismo, quanto pela relação do racismo com as universidades, estabelecemos o nosso recorte: grafitos em banheiros de universidades brasileiras.

A pesquisa das imagens iniciou-se no ano de 2020 por meio das palavras-chave “Pichação” e “Racismo”. Primeiramente, optamos por realizar a busca das imagens de forma virtual, pois tratava-se de um período pandêmico. Além disso, como já dito, os dizeres racistas costumam ser uma materialidade que é facilmente apagada, devido ao seu caráter ofensivo. Na época, muitos grafitos em universidades apareceram noticiados nos resultados das buscas, a maioria em banheiros, o que nos conduziu a estabelecer o recorte dos enunciados expressos apenas em banheiros. Além do exposto, é relevante destacar que em algumas reportagens a indicação de pertinência aos banheiros femininos ou masculinos não foi mencionada. Diante dessa carência de informação substancial, optamos por não incorporar essa dimensão em nossas avaliações.

Com o passar do tempo, algumas notícias também saíram fora do ar, restando somente o que havia sido arquivado. Portanto, realizamos uma tabulação do material coletado. A classificação foi feita por nome da instituição, centro ou curso, Estado, ano, site e tipos de instituição, conforme quadro abaixo:

**Quadro 1** – Classificação dos grafitos

Universidade	Centro acadêmico/Curso	Estado	Ano	Site	Tipos de instituição
Universidade Presbiteriana Mackenzie	Direito	São Paulo	2015	NoticiasR7.com	Privada
Universidade de Campinas (UNICAMP)	Filosofia e ciências humanas	São Paulo	2016	NoticiasR7.com	Pública
Universidade federal de Santa Maria (UFSM)	Biblioteca central	Rio Grande do Sul	2019	g1.globo.com	Pública
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)	Estudos da linguagem e geociência	São Paulo	2018	Noticiasr7.com	Pública
Universidade Presbiteriana Mackenzie	Ciências sociais e aplicadas	São Paulo	2016	falauniversidades.com.br	Pública
Universidade Federal da Bahia (UFBA)	Administração	Bahia	2018	bahianoticias.com.br	Pública
Faculdade de direito de São Bernardo do Campo (FDSBC)	Direito	São Paulo	2018	dgabc.com.br	Privada
Universidade Federal do Paraná (UFPR)	Medicina	Paraná	2017	brasil247.com	Pública
Universidade Federal do ABC (UFABC)	Não informado	São Paulo	2015	justificando.com	Pública
Universidade de Passo Fundo (UPF)	Não informado	Rio Grande do Sul	2018	rduirapuru.com.br	Privada
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	Centro de atividades didáticas	Minas Gerais	2018	em.com.br	Pública

**Fonte:** próprio autor

Como expresso no quadro acima, percebemos que a maioria dos sites relataram grafitos realizados entre os anos de 2015 a 2018, principalmente no ano de 2018, isto é, o período eleitoral. Pensando nisso, é justificável a quantidade de referências político-partidárias, pois a polarização *direita* e *esquerda* fomentou os debates presidenciais que aconteceram em 2018. Além disso, os centros de pesquisa que foram informados nas matérias dos sites também foram incluídos, percebemos uma multiplicidade de centros, desde os cursos da área de humanas, tais como história e ciências sociais, até os cursos de ciências biológicas, tais como

medicina e biologia. Apesar da multiplicidade de centros, observa-se de modo geral que áreas de estudo de alta concorrência e maior potencial remunerativo, tais como Medicina (39,9%), Engenharia (40%), Odontologia (38,7%) e Direito (43,8%), continuam a apresentar uma proporção menor de matrículas de estudantes negros. Essa conclusão é derivada de um artigo veiculado no portal *oglob*<sup>1</sup>

Mesmo com pouco material de análise e um curto período de recorte, nos surpreendeu o fato de haver bem mais recorrências em universidades públicas do que em privadas. Vemos que, embora as universidades públicas sejam frequentemente associadas a ideais progressistas e à defesa dos direitos igualitários, a realidade é mais complexa. A presença de discursos e enunciações que não condizem totalmente com as expectativas ideológicas, mesmo em cursos reconhecidos por defenderem esses direitos, pode ser atribuída a influência de diferentes ideologias políticas da época. Além disso, ideia de que as universidades públicas são unicamente associadas à esquerda não captura completamente a complexidade das instituições acadêmicas, visto que são formadas por múltiplos ideários, progressistas e retrógrados.

Ademais, em relação às universidades privadas, embora possam estar inseridas em contextos econômicos diferentes e terem estruturas de financiamento distintas, também é importante notar que a representatividade dos estudantes negros não é determinada exclusivamente pela imersão econômica. Algumas universidades privadas também adotam políticas de diversidade e inclusão. O Programa Universidade para Todos (ProUni), por exemplo, é um programa do governo brasileiro criado com o objetivo de facilitar o acesso de estudantes de baixa renda a instituições de ensino superior privadas do país. O ProUni oferece bolsas de estudo integrais (100%) e parciais (50%) para cursos de graduação em universidades e faculdades particulares. Mais oportunidades para que negros ingressem no ensino superior, ocasionando mais discursos de injúria racial.

Portanto, é essencial considerar que as instituições acadêmicas, sejam elas públicas ou privadas, são espaços complexos e multifacetados, onde diferentes ideias, perspectivas e realidades se entrelaçam. A diversidade de discursos e posicionamentos refletem as complexidades das sociedades em que as universidades estão inseridas.

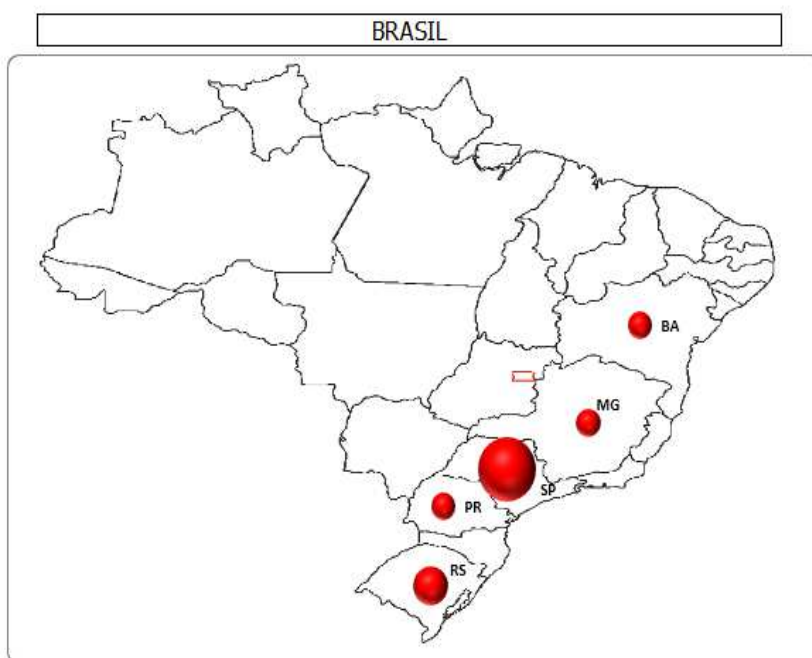
O espaço geográfico também pode desempenhar um papel

---

<sup>1</sup> Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/negros-sao-maioria-na-universidade-publica-mas-nao-nos-cursos-concorridos-24089329> Acesso em: 19 de julho de 2023.

significativo na maior ou menor frequência de apresentação de discursos racistas no Brasil. Vários fatores estão envolvidos nessa relação complexa, e é importante considerar aspectos históricos, sociais e culturais que moldaram as diferentes regiões do país. Por isso, outra característica que deve ser destacada é a região em que apareceram as notícias, majoritariamente na região sul e sudeste (10), salvo a universidade da Bahia (1). Como elaborado no gráfico abaixo:

**Figura 1** – Mapa das regiões



**Fonte:** próprio autor

É importante enfatizar que generalizações sobre regiões inteiras podem ser problemáticas e não refletem a realidade completa. As regiões sul e sudeste do Brasil são diversas em termos de cultura, história e composição étnica. Portanto, não é correto afirmar que essas regiões têm mais casos de racismo de forma absoluta. No entanto, é possível abordar alguns fatores que podem contribuir para a percepção de que o racismo pode ser mais evidente em determinadas áreas dessas regiões.

A concentração populacional e urbanização é um dos fatores. As regiões sul e sudeste são mais densamente povoadas e altamente urbanizadas, o que pode levar a uma maior diversidade étnica e contato entre grupos diferentes. Essa convivência pode, por vezes, ampliar conflitos raciais, manifestando-se em casos de racismo mais visíveis. Além disso, há o fator da herança histórica, pois durante o período colonial e escravista, a escravidão foi mais intensa no Nordeste e em algumas áreas do Sudeste e Sul do Brasil, o que pode ter deixado marcas mais profundas em relação a questões raciais nessas regiões.

Há também o fator da estratificação social, pois as regiões sul e sudeste do Brasil possuem economias mais desenvolvidas e são centros industriais e financeiros do país. Isso pode levar a uma maior estratificação social e perpetuação de desigualdades raciais, sendo que grupos raciais minoritários podem ser mais vulneráveis por essa disparidade. Em resumo, o racismo é um fenômeno que ocorre em todo o Brasil, independentemente da região. No entanto, certos fatores específicos em cada região podem influenciar a percepção de sua presença. É essencial combater o racismo e promover a igualdade em todas as áreas do país por meio de políticas públicas, educação antirracista e conscientização de toda a sociedade.

Ademais, não podemos desconsiderar que as regiões sul e sudeste, possuem o maior número de universidades. Segundo a reportagem do site *Exame.com*<sup>2</sup>, as regiões sul e sudeste do Brasil se destacam como as principais áreas que abrigam a maior quantidade de estudantes presenciais de cursos de permanência no país. Essa realidade pode ser explicada por uma série de fatores que favorecem essas regiões como centros educacionais, como densidade populacional e dinamismo econômico e industrial. Consequentemente, mais universidades pode influenciar na ocorrência de mais casos, visto que nosso enfoque aborda o racismo em universidades.

Observamos também a respeito dos sites em que encontramos essas notícias, são sites de pequenas mídias, isto é, sites de jornais regionais, salvo o site *notícias R7*, portal do grupo Record, e o g1, portal do grupo Globo. Logo, percebemos que não é um assunto que interessa às grandes mídias, a menos não com a relevância e a frequência que o assunto merece ser destacado. Naverdade, frequentemente, vemos casos de racismo e injúria racial noticiados em grandes jornais brasileiros, ou ainda, com o advento do mundo digital, nas mídias sociais. Todavia, não é tão comum vermos esse racismo discursivo que ocorre no meio acadêmico, tanto o de maneira velada, quanto o mais aberto, ser exposto por essas mesmas mídias. Trata-se de racismo, porém em alguns lugares é notado, já em outros, ignorado.

Segundo Barbosa (1984), a escrita latrinária é recorrentemente expressa por meio de *slogans*, isto é, divulgada por intermédio de frases concisas, marcantes e incisivas, as quais intuem e apregoam ideais ou atitudes. Os grafitos selecionados possuem essa mesma especificidade. Logo, ao fazer uso dessas frases curtas, os sujeitos expressam mensagens com o intuito de instigar, incitar, convocar, protestar ou exaltar temas polêmicos. Sobre os grafitos de banheiro, o referido autor

---

<sup>6</sup> Disponível em: <https://exame.com/brasil/so-3-estados-abrigam-45-das-vagas-em-faculdades-do-brasil/>  
Acesso em: 10 de julho de 2023.

acrescenta.

Seria mais exato considerá-los veículos de *determinadas manifestações culturais marginalizadas* (como certos tipos – nem todos – de mensagens pornográficas, confissões afetivas e existenciais, *slogans* políticos etc.). [...] De fato, grande parte dos produtores de grafitos são “pessoas ou grupos sob forte pressão social”, que não encontram abrigo em outros veículos. (BARBOSA, 1984, p. 80).

Portanto, o fomento da discussão entre partidos políticos concorrentes ocasionou dizeres que ficaram de fora em debates abertos e foram expressos por meio de grafitos. Interesses políticos e, sobretudo, a inconformidade que esses dizeres despertaram levou-os também a serem mais frequentemente noticiados. Essas expressões que são, muitas vezes, negligenciadas, acabam por revelar as várias facetas de um racismo que permanece sendo reproduzido até mesmo em espaços socialmente considerados progressistas, revolucionários e, até mesmo, “evoluídos”, refúgio de mentes inteligentes, tal como o espaço universitário.

## 2 CAPÍTULO II – MORTE AOS NEGROS

O tema da morte é sem dúvida um dos itens que mais chamaram a atenção nos enunciados expressos, não só pelo peso da temática em si, mas pelo ódio transmitido por meio das palavras encontradas. O ódio ao próximo que culmina no desejo de morte é a faceta mais extrema do racismo, embora não seja a única. Principalmente no campo dos estudos discursivos, pensar em discurso racista vai além de saber como identificá-lo, é refletir a respeito das condições que possibilitam o seu surgimento.

O racismo ainda é um dos elementos que compõem a estrutura da sociedade brasileira, tendo uma relação direta com as condições de trabalho, renda, emprego e escolaridade dos indivíduos. Por conseguinte, sendo um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade, quando pensamos em manifestações racistas encontradas no cotidiano, por via de relações interpessoais, podemos compreender que isso é apenas o reflexo de algo mais profundo que se desenvolve nas bases políticas e econômicas da sociedade.

Embora tenha ganhado força nos últimos anos, a discussão sobre raça e racismo não é de agora, mas advém de um longo processo histórico. Em linhas gerais, o debate sobre raça no Brasil iniciou com teóricos, tais como Sílvio Romero (1851-1914) e Nina Rodrigues (1862-1906), que tinham o pensamento antropológico, o qual implicava na ideia de atraso do brasileiro em relação ao homem europeu. Esse ideário era a marca de um determinado período histórico: o evolucionismo. Como menciona Gonzalez (1988):

Nesse mesmo período (segunda metade do século XIX), o racismo se constituía como a 'ciência' da superioridade euro cristã (branca e patriarcal), na medida em que estruturava o *modelo ariano* de explicação (Bernal, 1987) que viria a ser não só o referencial das classificações triádicas do evolucionismo positivista das nascentes ciências do homem, como ainda hoje direciona o olhar da produção acadêmica ocidental (GONZALEZ, 1988, p. 71).

Segundo Carvalho *et al.* (2012), o mestiço, naquela época, era interpretado como um tipo indesejado, já que o cruzamento entre raças ocasionaria defeitos na herança biológica dos indivíduos. Já outros autores viam o Brasil como um portador da mestiçagem e acreditavam que o homem branco poderia promover um processo de embranquecimento da população e, assim, "civilizá-la". O autor comenta

que, segundo o já citado *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre, a miscigenação começa a ser vista de maneira positiva. Na obra, é enfatizada a ideia de que a miscigenação promoveu um processo de democratização social. Para o mencionado autor, a miscigenação racial construiria uma harmonia entre as raças. Logo, a mistura entre raças seria o elemento de promoção social e o mestiço a obra máxima e resultado da democratização do povo brasileiro. Atualmente, alguns teóricos, tais como os brasileiros Silvio Almeida (2019), Djamila Ribeiro (2019), Lélia Gonzalez (1988), produziram obras que objetivaram a desconstrução dessa errônea imagem de democracia racial que por anos promoveu a ideia de que, devido à miscigenação, não haveria racismo no Brasil.

Considerando tais informações, neste capítulo, abordamos algumas considerações sobre o que é racismo, exemplificando certos conceitos que estão sendo desenvolvidos, sobretudo, pelo campo das ciências sociais. Logo após, falamos sobre o conceito de racismo em Foucault (2005) e, para tal, utilizamos as correlações estabelecidas pelo filósofo entre as concepções de racismo de Estado e a biopolítica. Para esse filósofo, o racismo de Estado deve ser entendido como uma estratégia da biopolítica. Ele enfatiza que a fragmentação das raças fortificou a oposição binária e foi uma estratégia muito utilizada durante a conquista colonial. Nas relações de poder, inclusive, essa combinação passa a estar presente, de modo que a população é também governada levando-se em conta suas características biológicas.

É o que também menciona Barros (2018), quando argumenta que, para Foucault, o discurso da guerra de raças fundamentaria a conquista e subjugação de uma raça por outra. Além disso, Barros acrescenta que existe também aquele racismo dirigido ao corpo da própria sociedade à qual o sujeito pertence. Nas palavras do autor:

A fragmentação biológica, considerada como estratégia do racismo de Estado, colabora aos propósitos da biopolítica se compreendermos que a população é alvo direto de suas ações. Tanto a biopolítica, se consideramos um marco mais abrangente, quanto o racismo de Estado, caso preferamos uma estratégia específica daquela, podem ser considerados formas de gestão da população (BARROS, 2018, p. 5).

Subsequentemente, tratamos sobre a noção de limpeza racial que tem origens no discurso científico da hierarquia das raças, e como é trazida nos

grafitos de hoje, estabelecendo, inclusive, ligações com outros períodos da história em que se buscou a exclusão de uma raça, tal como o período do nazismo. Ademais, dado que, segundo Mbembe (2018, p. 23), “a soberania é a capacidade de definir quem importa e quem não importa, quem é ‘descartável’ e quem não é”, é justificável a recorrência no discurso racista, que se considera superior e tem a necessidade de subjugar as pessoas negras a duas posições: “subalternidade” ou “inexistência”. Nesse contexto, o indivíduo que considera o outro uma ameaça vê nesse outro um inimigo a ser aniquilado, por essa razão o discurso de morte é recorrente. Além disso, sobretudo na política em que se promove a vida, a morte se torna um elemento ainda mais simbólico.

## 2.1 RAÇA E RACISMO

Em uma perspectiva etnológica, a palavra *raça*, segundo o dicionário Aurélio (2000), possui os seguintes significados: 1. O conjunto dos ascendentes e descendentes de uma família, tribo ou povo, com origens comuns; 2. O conjunto de indivíduos cujas características corporais são semelhantes e transmitidas por hereditariedade, embora possam variar de um indivíduo para o outro; 3. Divisão de uma espécie de animal provinda do cruzamento de indivíduos selecionados para manter ou aprimorar determinados caracteres. Percebe-se que os dois primeiros significados são de ordem social, enquanto o terceiro é de ordem biológica. Entretanto, nem sempre essas distinções estiveram muito claras. O conceito de raça começou a ser utilizado no campo das ciências biológicas, por meio da categorização de determinados animais em espécies. Foi somente com o decorrer dos anos que esse conceito passou a englobar também os seres humanos.

No estudo de Mendes (2012), observa-se que o termo *raça* se originou da palavra *ratio* e significa “ordem cronológica”. A palavra surgiu nos estudos biológicos do mundo animal. Esse termo estendeu-se para a categorização dos seres humanos somente por volta do século XVI. Em vista disso, o conceito de raça pôde ser entendido como um conjunto de traços biológicos e psicológicos que interligam ascendentes e descendentes de uma mesma linhagem. Na época, buscava-se refletir sobre a variabilidade da espécie humana, assimilando a diversidade física dos seres humanos a fatores climáticos, locativos e externos aos indivíduos, o que, segundo

esses estudos, poderiam promover ou retardar o processo de civilização. Esses estudos biológicos contribuíram para o fortalecimento da ideia de supremacia de certas raças em relação às outras, o que viria a conduzir, posteriormente, os processos de dominação e exploração de povos cuja cultura era considerada primitiva. Segundo o antropólogo:

Os autores do século das luzes não fizeram mais do que desenvolver uma ideologia que serviu aos intuítos da sociedade europeia, em que o homem civilizado é oposto ao homem selvagem, por vezes reduzido à qualidade de “primitivo”. E assim se legitimava o domínio colonial. O fascínio pela diferença física levou ao estabelecimento de divisões da espécie humana e à multiplicação do número de tipos raciais, o que relembra a falsa e mística ideia dos “povos eleitos” (MENDES, 2012, p. 103).

Como ressalta também o professor e filósofo Silvio Almeida (2019), o termo *raça* não é um termo estável, mas está sempre relacionado às circunstâncias históricas. Foram as circunstâncias históricas de expansão mercantilista do século XVI, por exemplo, que forneceram um sentido específico à ideia de raça. Sentido este que, por conta de uma filosofia iluminista, fundamentou as observações que estabeleceram o homem europeu como o *homem civilizado*, enquanto todas as culturas não condizentes foram classificadas como *selvagens* ou *primitivas*. Por isso:

Raça não é um termo fixo, estático. Seu sentido está inevitavelmente atrelado às circunstâncias históricas em que é utilizado. Por trás da *raça* sempre há contingência, conflito, poder e decisão, de tal sorte que se trata de um conceito *relacional e histórico*. Assim, a história da raça ou das raças é a história da constituição política e econômica das sociedades contemporâneas (ALMEIDA, 2019, p. 24-25, grifo do autor).

Essa divisão entre os considerados homens civilizados e homens selvagens reverberou em uma disputa entre raças que atribuiu ao homem europeu o direito soberano de matar. Não mais como invasores, mas como desbravadores de uma terra selvagem com a nobre tarefa de levar “civilização” àqueles considerados “primitivos”. Como menciona Mbembe (2018):

Por todas essas razões, o direito soberano de matar não está sujeito a qualquer regra nas colônias. Lá, o soberano pode matar a qualquer momento ou de qualquer maneira. A guerra colonial não está sujeita a normas legais e institucionais. Não é uma atividade codificada

legalmente. Em vez disso, o terror colonial se entrelaça constantemente com um imaginário colonialista, caracterizado por terras selvagens, morte e ficções que criam efeito de verdade. (MBEMBE, 2018, p. 21).

O antropólogo e filósofo francês Lévi-Strauss<sup>5</sup> (1970) teceu importantes considerações acerca dos estudos de raça e história. Esses estudos também auxiliaram a compreensão sobre o conceito de raça e de como seu sentido veio se movimentando diante das diversidades culturais e dos processos históricos e sociais. Primeiramente, ele esclarece que nenhum estudo científico pôde afirmar superioridade ou inferioridade de uma raça em relação à outra, mas cada um desses grupos étnicos, enquanto tais, proporcionou contribuições específicas ao patrimônio em comum. Em segundo lugar, ele estabelece que é importante distinguir o que seria a noção puramente biológica de *raça* e a noção psicológica e sociológica da *cultura humana*. Ou seja, quando se fala das relações de diferenças entre raça e civilizações, essas especificidades se dão, em maior escala, devido a fatores e circunstâncias geográficas e históricas do que a contribuições fisiológicas e anatômicas dessas populações. Para o autor:

[...] Um aspecto igualmente importante da vida da humanidade, a saber, que esta não se desenvolve sob o regime de uma uniforme monotonia, mas através de modos extraordinariamente diversificados de sociedades e de civilizações; esta diversidade intelectual, estética, sociológica não está ligada por nenhuma relação de causa e efeito àquela que existe, no plano biológico, entre determinados aspectos observáveis dos agrupamentos humanos - é-lhe apenas paralela num outro terreno (LÉVI-STRAUSS, 1970, p. 232).

Outro ponto de vista desenvolvido no estudo de Lévi-Strauss (1970) diz respeito às origens culturais que se deram através de agrupamentos. Esses agrupamentos não foram realizados de maneira uniforme, mas diversificada, o que acabou originando uma pluralidade cultural que excedeu a quantidade de raças. Ou seja, a diversidade racial deve ser compreendida mediante aos seus eventos

---

<sup>7</sup> Lévi-Strauss foi um antropólogo, professor e filósofo francês considerado o fundador da antropologia estruturalista. É importante ressaltar a existência de discrepância entre a corrente teórica Lévi-Strauss (ideia de estrutura enquanto sistema que antecede a qualquer experiência) e a de Foucault, considerado pós-estruturalista, repensando o estruturalismo enquanto um "a priori" sem pré-determinantes diferentemente de seu antecessor. Apesar das diferenças, as concepções sobre raça, cultura e história, adotadas no trabalho, respondem bem ao interesse do estudo e não entram em contradição com nenhuma posição assumida no desenvolvimento da pesquisa.

históricos, a sua distribuição geográfica e à própria diversidade cultural. Logo, não há como o próprio ser humano não se prender à percepção de sua própria raça e trazer todos os signos nela atribuídos socialmente, e, por isso, não se pode falar sobre desigualdades raciais sem levar também em conta as desigualdades das culturas humanas. Entende-se que todo esse movimento, ligado às relações étnico-raciais, embora seja relacionado à construção identitária de indivíduos, encontra-se também intrínseco à esfera pública.

Segundo o *Dicionário de Conceitos Históricos*, há duas concepções para a ideia de raça: uma em termos científico-acadêmico, isto é, que considera haver apenas uma raça humana. E o outro é o do imaginário social, para o qual ainda há diferenças raciais, ainda que exista a presença da miscigenação. Nas palavras de Silva (2015, p. 346):

Se a ciência hoje tende a afirmar que só existe uma única raça humana, o conceito de diferenças raciais está tão arraigado na sociedade brasileira que talvez ainda demore bastante tempo para que essa nova crença científica seja incorporada ao senso comum.

Logo, para ele, a noção de raça diz respeito a certo conjunto de atributos biológicos comuns a um determinado grupo humano, essa noção viu seu ápice no mundo científico no século XIX. Já na idade moderna, a palavra era conhecida por representar uma linhagem, bem como justificar o pertencimento à mesma. No viés religioso, acreditava-se que haveria apenas uma descendência humana, a vinda de Abraão. Entretanto, o etnocentrismo sempre esteve presente, por exemplo, durante a perseguição dos judeus na Europa desde o fim do Império Romano.

Para Silva (2015), a ideia da existência de variadas raças veio com os autores iluministas, responsáveis por cunharem as primeiras doutrinas racialistas. Já no século XVIII, a hipótese racial poligenista emergiu, defendendo a existência de diversas raças humanas. Nessa época, o racialismo não era ainda o racismo, tal como o conhecemos, pois as diferenças biológicas não eram consideradas definitivas para o evolucionismo. Posteriormente, no século XIX, o racialismo definia a raça como um grupo humano com membros que possuíam características em comuns. Somando-se a isso, que as diferenças físicas acarretavam diferenças mentais hereditárias.

Consequentemente, sistema de valores universal acabou classificando as raças como superiores e inferiores. Ao decorrer dos estudos sobre

raça, surgiu a Antropologia Física, primeira ciência a estudar a variedade de raças e de seres humanos, levando ao surgimento de uma disciplina que pretendia estabelecer as características psicológicas de cada raça com base na medição do tamanho do cérebro. Tal disciplina hoje se encontra totalmente desacreditada, porém, naquela época, influenciou muitos pensadores sociais. Teorias como essa desenvolveram uma eugenia que enaltecia a pureza das raças, favorecendo a suposição da existência de raças superiores e inferiores. Como alega o referido autor, essas mesmas teorias foram a base científica do racismo.

Ao refletirmos sobre o racismo, é válido destacar as diferenças que o racismo tem de outras categorias de preconceito, as quais também são associadas à ideia de raça, ou seja, o *preconceito* e a *discriminação*. Atualmente, não é incomum presenciarmos casos em que essas três categorias se confundam, emergindo ainda mais dúvidas que interferem na compreensão da dimensão do próprio conceito de racismo.

O preconceito, por exemplo, trata-se de uma opinião concebida sobre determinada pessoa ou grupo sem que haja uma razão ou alguma informação válida previamente adquirida para que isso ocorra. O preconceito racial, embora também associado à raça, movimenta outras bases ideológicas, e que, não necessariamente pode estar ligado à alguma discriminação. Por exemplo, o ideal popular de que os orientais são bons em matemática é composto por um estereótipo que tem por base características raciais. Isso acontece sem que haja propriamente uma discriminação em questão. Como esclarece Almeida (2019, p. 32), “O preconceito racial é o juízo baseado em estereótipos acerca de indivíduos que pertencem a um determinado grupo racializado, e que podem ou não resultar em práticas discriminatórias”.

Já a *discriminação racial* diz respeito às relações de poder que proporcionam para determinados grupos, racialmente identificados, um tratamento diferenciado. Almeida (2019) distingue a discriminação racial em *direta* e *indireta*. A *discriminação direta* é aquela em que se faz uma atribuição de um tratamento desvantajoso, de maneira que se tem a intenção de discriminar, ou seja, um “repúdio ostensivo” a determinados grupos devido a sua condição racial. A discriminação indireta, por sua vez, ocorre quando uma situação específica de determinados grupos, racialmente categorizados, é ignorada.

Essa forma de discriminação indireta frequentemente ocorre sob a ideia de uma neutralidade racial, sem que se considere a existência de desigualdades

significativas. Essa categoria de discriminação é muito presente em culturas como a do Brasil, onde o racismo é mais velado e a ideia de uma equidade racial é pregada como forma de apagar as desigualdades historicamente construídas. Segundo Almeida, em culturas em que essa discriminação se prorroga por muito tempo, pode ocorrer um fenômeno chamado *estratificação social*, em que o percurso de vida desses grupos é afetado, bem como suas oportunidades de ascensão social.

Já o racismo, de um modo geral, é um sistema que afirma a superioridade de um grupo racial sobre outros. Em *O que é racismo*, escrito pelo historiador e professor Joel Rufino dos Santos (1984), tem-se que o racismo, tal como é compreendido hoje, é uma forma de preconceito baseada em características fenotípicas de determinado grupo em relação a outros. Nos enunciados extraídos de nossa pesquisa, vemos que o racismo aparece através de uma demonstração de repúdio não a um indivíduo específico, mas destinado a um grupo de pessoas com características físicas em comum, como podemos ver a seguir:

**Figura 2** – Grafito na UFSM



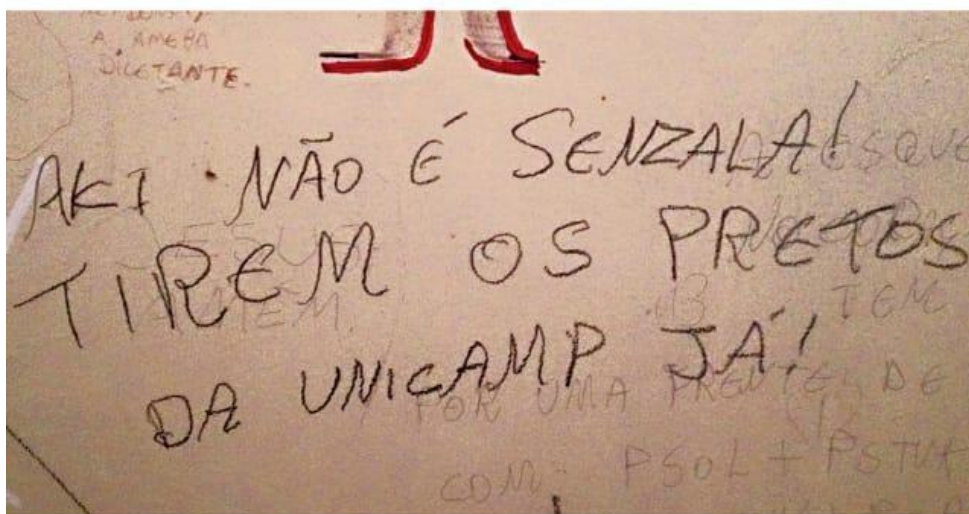
**Fonte:** <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2019/04/26/policia-federal-investiga-novo-caso-de-pichacao-com-conteudo-racista-na-ufsm.ghtml> Acesso em: 20 de novembro de 2022.

É importante lembrar que, ao lançar mão dessa prática, o indivíduo atua na exclusão do outro, por meio de violências e abusos. Há um apego ao falso senso de superioridade, por meio de uma prática de

depreciação do outro e do mito da supremacia racial, que ainda atua nos modos de construção da subjetivação de alguns indivíduos. Essa noção de superioridade racial, que é reproduzida nos enunciados não é nova, mas é um vestígio da estratégia que, segundo González (1988), é a mesma que serviu para internalizar a superioridade do colonizador pelos colonizados, por meio de práticas de dominação, sujeição disciplinar aos saberes. “Quando se analisa a estratégia utilizada pelos países europeus em suas colônias, verifica-se que o racismo desempenhará um papel fundamental na internalização da ‘superioridade’ do colonizador pelos colonizados” (GONZÁLEZ, 1988, p. 72).

Sendo assim, não é surpreendente que haja a retomada de termos utilizados no período escravocrata, estabelecendo uma alusão à posição anteriormente ocupada pelos negros nesse obscuro período da nossa história. Logo, palavras como “senzala” reaparecem nos dizeres, como vemos, mais uma vez, na imagem a seguir:

**Figura 3** – Grafito na Unicamp



**Fonte:** <https://noticias.r7.com/educacao/usp-leste-tem-novas-pichacoes-racistas-preto-tem-que-morrer-1205201577> Acesso em: 20 de novembro de 2022

Segundo Santos (1984), o racismo obteve filiações do colonialismo e atingiu extremos com o surgimento do capitalismo financeiro, como no caso do nazifascismo alemão (1933-45), que ocasionou o extermínio de milhões de judeus. Em países que não foram colônias, como no caso da Inglaterra e França, o historiador diz que o racismo tem base na divisão de trabalho e na disputa social. Sendo assim, tanto as referências à escravização que apareceram nos enunciados acima, quanto as referências ao período nazista são esperadas, dado a história de como o racismo

vem operando. E Almeida (2019) também propõe uma leitura semelhante:

Racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens e privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam (ALMEIDA, 2019, p. 32).

Portanto, o racismo é um fenômeno social que ocorre de maneira sistemática. É pautado na crença de que indivíduos que possuam determinadas características se tornem superiores ou inferiores em relação a outros, crença que advém de antigas correntes teóricas e que reverbera até hoje em certos ideais. Além disso, percebe-se que, embora também envolva preconceito, não se trata unicamente de um ato discriminatório, mas o racismo é algo mais profundo que está nas bases da sociedade contemporânea, reproduzindo-se no cerne das relações sociais.

## 2.2 DESIGUALDADE SOCIAL E DESIGUALDADE RACIAL

Segundo Bourdieu (2007), o racismo velado e encoberto pelo mito da democracia racial tem sido o enfoque dos novos pesquisadores do campo. Isso porque o mito de uma hegemonia racial derivada da miscigenação brasileira, por muitos anos, fomentou o ideário de que a nação seria menos preconceituosa por essa razão. Embora muitos ainda compartilhem dessa crença, com o crescimento dos estudos raciais, percebemos que, mesmo amplamente miscigenado, o Brasil não é menos racista do que os outros. Para Bourdieu, essa forma de racismo mascarado seria, por sua vez, ainda mais perversa, visto que é dissimulado e negado.

A maior parte das pesquisas recentes sobre a desigualdade étnico-racial no Brasil, empreendidas por americanos e latino-americanos formados nos Estados Unidos, esforçam-se em provar que, contrariamente à imagem que os brasileiros têm de sua nação, o país das três tristes raças (indígenas, negros descendentes dos escravos, brancos oriundos da colonização e das vagas de imigração europeias) não é menos racista do que os outros (BOURDIEU, 2007, p. 22).

Outro apontamento importante diz respeito à identidade racial brasileira, que estaria organizada em um princípio flexível que acarretaria uma dificuldade de classificação, afastando-se da dualidade étnica de “preto” e “branco”, isto é, não só diante de vários traços físicos, como também mediante a uma

observação na oposição de classe, renda e educação, surgem várias categorizações intermediárias, o que leva à construção de uma identidade negra brasileira mais dificilmente medida, principalmente quando em comparação a outros países. Devido a isto, é também comum a quantidade de nomenclaturas dadas aos negros de pele clara, tais como “moreno”, “mestiço”, “mulato”, “pardo”, o que não ocorre tão frequentemente em outros lugares, por exemplo. Como menciona Bourdieu:

Sendo assim, no Brasil, a identidade racial define-se pela referência a um *continuum* de ‘cor’, isto é, pela aplicação de um princípio flexível ou impreciso que, levando em consideração traços físicos como a textura dos cabelos, a forma dos lábios e do nariz e a posição de classe (principalmente, a renda e a educação, engendram um grande número de categorias intermediárias) mais de uma centena foram repertoriadas no censo de 1980 e não implicam ostracização radical nem estigmatização sem remédio (BOURDIEU, 2007, p. 23).

Com isso, entendemos que as condições sociais e materiais também são características importantes a serem levadas em conta na construção de uma identidade étnica, ou seja, não se desprende somente de características fenotípicas, embora esteja intimamente também ligada a elas. Logo, a consciência de classe não pode ser pensada isoladamente das questões raciais. As classes se dividem em subgrupos e o racismo opera de maneiras diferentes, agindo de acordo com a pluralidade de seus membros. Almeida (2019, p. 187) complementa esse raciocínio com as seguintes palavras: “não existe consciência de classe sem consciência do problema racial. Historicamente, o racismo foi e ainda é um fator de divisão não apenas entre as classes, mas também no interior das classes.” Não se trata apenas de cor, mas a desigualdade social está ligada à desigualdade racial e à própria falta de consciência de classe.

É fato que os mais de trezentos anos de escravização aos negros ocasionaram desigualdades sociais para os seus descendentes. Após a abolição, não houve políticas públicas que integrassem o negro nas novas regras de trabalho assalariado. Os antigos senhores ficaram livres das responsabilidades para com os escravos e não houve quem assumisse esse papel. Para o sociólogo Florestan Fernandes (2008, p. 29):

A desagregação do regime escravocrata e senhorial se operou, no Brasil, sem que se cercasse a destituição dos antigos agentes de trabalho escravo de assistência e garantias que os protegessem na

transição para o sistema de trabalho livre. Os senhores foram eximidos da responsabilidade pela manutenção e segurança dos libertos, sem que o Estado, a Igreja ou qualquer outra instituição assumisse encargos especiais, que tivessem por objeto prepará-los para o novo regime de organização da vida e do trabalho. O liberto se viu convertido, sumária e abruptamente, em senhor de si mesmo, tornando-se responsável por sua pessoa e por seus dependentes, embora não dispusesse de meios materiais e morais para realizar essa proeza nos quadros de uma economia competitiva.

Além disso, ao mesmo tempo, passou-se a incentivar a entrada de trabalhadores imigrantes europeus no país. Esses trabalhadores assalariados vieram com o intuito de exercer as funções que eram desempenhadas até então pelos escravizados. Segundo Maringoni (2011), entre os anos de 1871 e 1880, houve a imigração de 219 mil pessoas. Na próxima década, esse número passou para 525 mil. No fim do século XIX, logo após a abolição, esse número já era de cerca de 1,13 milhões de imigrantes. Atualmente, ainda se levantam teorias de que o intuito era o “embranquecimento” da população. Entretanto, o que se pode afirmar é que a imigração foi um projeto político que contribuiu para a miscigenação do povo brasileiro, e essa miscigenação até hoje contribui para o fortalecimento da errônea ideia de que há hegemonia racial no Brasil, atuando como uma máscara para as desigualdades raciais.

Em *Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil*, Carlos Hasenbalg (2005) atenta para o fato de que os poucos movimentos negros que reivindicaram ações integracionistas na pós-abolição não causaram comoção pública, ao passo que as iniquidades raciais persistiram sem repressões severas. O autor afirma que as problemáticas relacionadas às questões raciais sempre estiveram submersas numa falsa concepção de que não haveria problemas raciais no Brasil. Como mencionado, o mito da democracia racial, por muitos anos, foi uma questão de orgulho nacional, ainda hoje é compartilhado por uma expressiva parcela da sociedade brasileira. Essa ideia se afirmou, pois nunca houve conflitos raciais abertos – diferentemente dos Estados Unidos, por exemplo.

A ascensão social do negro e do indígena nunca esteve bloqueada por princípios legais, tal como a segregação racial (do referido país). Devido a isso, ainda é fortemente difundida a ideia de uma raça brasileira, na qual o critério racial não é relevante para definir as oportunidades de qualquer cidadão, entretanto, com o evento da pós-escravização, a desigualdade racial e a desigualdade social sempre

estiveram atreladas, de forma que, depois da lei áurea, devido à ausência de políticas públicas, o negro passou a ocupar as posições sociais menos favorecidas da sociedade brasileira. Sendo assim, eventos como a “revolta da vacina”<sup>6</sup> e a “revolta da chibata”<sup>7</sup>, embora tenham sido compostos, majoritariamente, por negros, não tiveram por foco a questão racial, mas a insatisfação popular e a busca por melhorias das condições sociais dos menos favorecidos envolvidos.

A estrutura social que carrega não só problemas étnico-raciais, como também de ordem sexual e de classe, impera nas instituições um reflexo dessas desigualdades, sendo necessário que essas instituições se posicionem dentro desse sistema, atuando de maneira ativa contra essas desigualdades, através de medidas como as ações afirmativas, por exemplo. Segundo Almeida (2019, p. 48):

Em uma sociedade em que o racismo está presente na vida cotidiana, as instituições que não tratem de maneira ativa e como um problema de desigualdade racial irão facilmente reproduzir as práticas racistas já tidas como “normais” em toda a sociedade. [...] As relações do cotidiano no interior das instituições vão reproduzir as práticas sociais corriqueiras, dentre as quais, o racismo, na forma de violência explícita ou de microagressões – piadas, silenciamento, isolamento etc. Enfim, sem nada fazer, toda a instituição irá se tornar uma correia de transmissão de privilégios e violências racistas e sexistas.

De maneira geral, apesar de alguns progressos em determinadas conversas, no que diz respeito às disparidades sociais, é evidente que essa configuração continua prejudicando de forma adversa a população não branca. Isso resulta em uma posição menos privilegiada na sociedade brasileira, sujeitando-a a situações de desrespeito aos direitos de cidadania e violações aos princípios dos direitos humanos.

A jornalista Natália Afonso (2019), aponta em uma reportagem para o jornal eletrônico UOL uma perspectiva quantitativa, realizando um levantamento de dados sobre algumas posições ocupadas pela população negra. Na reportagem em questão, segundo dados do IBGE<sup>8</sup>, vemos então: baixo índice de negros (as) em cargos públicos ou cargos de gerência; maioria nas mortes por arma de fogo; as taxas de pobreza e de pobreza extrema são maiores entre a população negra.

---

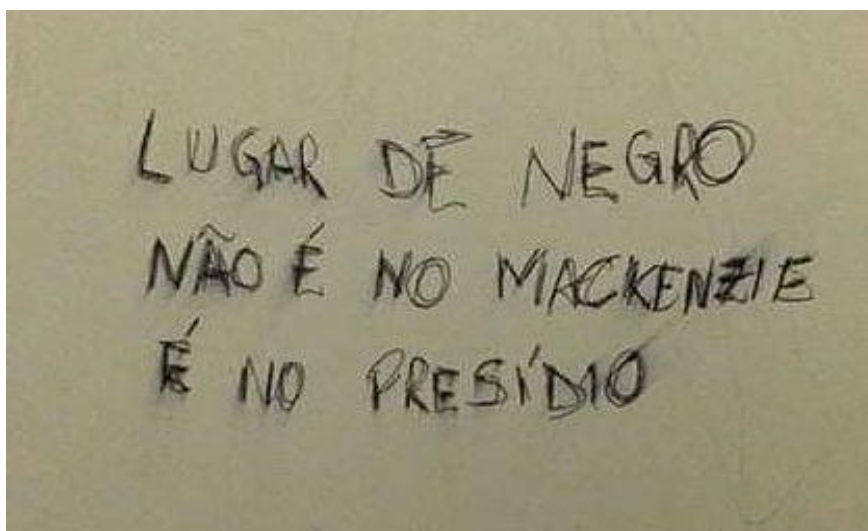
8 Revolta popular que ocorreu em 1904. Motivada pela insatisfação popular com a campanha de vacinação obrigatória. O movimento autoritário e violento que originou a revolta da vacina, além de um projeto sanitário, visava também reformas modernizadoras no Rio de Janeiro, onde houve a demolição de centenas de edifícios e várias pessoas pobres se viram desalojadas.

9 Motim realizado por membros da marinha brasileira em novembro de 1910. O movimento ocorreu pela insatisfação dos marinheiros pelos castigos físicos sofridos. Essa forma de punição era dedicada a membros mais baixos da marinha, postos ocupados por negros e recém libertos.

Soma-se a isso, quando se trata de poder aquisitivo, os negros também ainda são minoria. A renda média domiciliar de pretos e pardos era de R\$ 934,00, em 2018. No mesmo ano, os brancos ganhavam em média R\$ 1.846,00. Paralelamente, temos baixa representatividade dos negros em cargos políticos. A soma de deputados federais, estaduais e vereadores brancos, é de quase 80%. Já os pretos e pardos somam pouco mais de 20%. A mesma desigualdade vale para o sistema judicial, em que os brancos são a maioria de 83,67%, enquanto os pardos atingem o percentual de 14,29% e pretos de 1,02%. É importante ressaltar que os indígenas apareceram nessa estatística com o percentual de 0,0% de representatividade. Os negros também são a maior parte entre as vítimas de homicídios e compõem mais de 60% da população carcerária do país.

Esses levantamentos são importantes para identificarmos que os lugares sociais são bem demarcados quando se trata de relações raciais. Todavia, também é válido ressaltar que, quando se fala de desigualdades e/ou privilégios, não se fala somente de percentuais, ou somente da relação de determinados grupos em relação a outros, mas é necessário entender que esses grupos são compostos por pessoas, com histórias, identidades e não só características físicas.

Ademais, quando nos deparamos com um enunciado racista, temos uma clara expressão de como o negro é repudiado em determinados espaços valorizados em nossa sociedade. Vemos como ainda impera uma visão preconceituosa, pautada na desigualdade social que designa a eles, lugares desprivilegiados, como pobreza extrema, criminalidade, etc., tal como na imagem a seguir:

**Figura 4** – Grafito no Mackenzie

**Fonte:** <https://sasp.org.br/noticias/jornal/estudantes-denunciam-pichacao-racista-em-faculdade-de-direito-de-sp/> Acesso em: 15 de novembro de 2022

Falar de diferenças sociais é refletir sobre o lugar ocupado pela população negra no Brasil, pois é ela que ocupa esses espaços sociais desfavorecidos, porém é importante perceber que as diferenças, especificidades e particularidades também constituem a nossa identidade. Ou seja, junto ao direito à igualdade deve também surgir o direito à diferença, lugar onde cabe o preconceito. Nas palavras de Souza Santos (2003, p. 56):

Temos o direito a ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito a ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades.

Por fim, entendemos que o racismo, enquanto fenômeno social, opera de acordo com a sociedade em que se instaura, logo, desigualdade social e racial se entrecruzam. Essa forma de racismo à brasileira, encoberto por uma ficção de hegemonia racial, é o fruto dos movimentos históricos pós-abolicionistas que reverberam não só nas estruturas sociais e econômicas, como também no pensamento coletivo sobre as questões étnico-raciais do povo brasileiro. Nesse contexto, em uma sociedade cujo racismo ocorre de maneira velada, colocar essa questão em discussão é uma forma crucial de combate ao preconceito e às desigualdades. Ainda assim, é importante levar em conta que preservar o direito à igualdade é também preservar o direito às diversidades, pois elas são responsáveis

por constituir nossas identidades.

a. A BIOPOLÍTICA E RACISMO DE ESTADO

Segundo Foucault (2005), no livro *Em defesa da sociedade*, no sistema da biopolítica, o poder se desloca, formando dispositivos que estão centrados na população, isto é, a forma de domínio exerce o poder sobre a vida. Considerando a lógica da biopolítica, o racismo de Estado pode ser uma estratégia para o exercício do poder sobre o corpo social. Esse Estado acaba por se servir da raça, da eliminação e purificação dela, para o exercício de seu poder. Sendo assim, é justificável que um dos temas recorrentes nos enunciados encontrados seja o tema morte, tal como expresso na figura 5. Além da temática, a lembrança do estilo de caligrafia, juntamente com o movimento de sua escrita, evoca novamente as características angulares e retas do emblema associado ao nazismo (suástica), um sistema político autoritário e violento que compartilha a mesma ideologia de erradicação e purificação da figura a seguir.

**Figura 5** – Grafito na UPF



**Fonte:** <https://rduirapuru.com.br/policia/upf-apura-pichacoes-racistas-e-de-odio-em-banheiro-do-campus-i-de-passo-fundo/> Acesso em: 15 de novembro de 2022

A biopolítica organiza os viventes, conduz preocupações com o cuidado da saúde, educação, natalidade e trabalho, buscando formas de movê-los seguindo os interesses do poder. Para Foucault (2005), essa forma de governar é mais que disciplinar, é um conjunto de estratégias que tem como intuito manter a relação de dominação da população, estando ligada a todas as relações da vida social. Não se trata unicamente de agir sobre os corpos dos seres vivos, mas manter em equilíbrio os aspectos voltados à população. Na leitura de Barros (2018, p. 60) sobre o filósofo francês: “A biopolítica faz medições, estimativas, e cálculos, não se trata de agir sobre o corpo dos indivíduos, mas manter um equilíbrio e uma otimização de aspectos voltados à vida da população.”

Entretanto, essa mesma política da vida atua em paradoxo com o exercício das mortes causadas pelo próprio Estado, pois mesmo em uma política de aprimoramento da vida, pode-se causar mortes, como nos regimes totalitários, por exemplo. A lógica do racismo, expresso na imagem anterior, é a mesma que opera no interior do Estado, onde se promove uma divisão política que tem por base uma divisão biológica. Essa relação causa uma positividade entre a morte do outro e a minha vida. Para isso, é necessário que o outro represente perigo, isto é, seja visto como uma raça degenerada e anormal, que pode representar um impedimento para o crescimento de uma raça superior e sadia.

Segundo o autor, na teoria clássica da soberania, o direito da vida e da morte era um atributo fundamental. Ter esse direito implicava que os soberanos poderiam fazer morrer e deixar viver. O efeito do poder soberano sobre a vida só se exerce a partir do momento em que o soberano pode matar. Nesse sentido, o direito da vida só é exercido porque se tem o poder de autorizar a morte. Nas palavras de Foucault, “O direito de soberania é, portanto, o de fazer morrer ou de deixar viver. E depois, este novo direito que se instala: o direito de fazer viver e de deixar morrer” (FOUCAULT, 200, p. 287).

Para o filósofo francês, durante a segunda metade do século XVIII, surgiu uma nova tecnologia de poder, diferente do poder disciplinar, porém que não o desconsidera ou elimina. Diferentemente da disciplina que se dirige ao corpo, essa nova forma tenta reger a multiplicidade dos homens, na medida em que essa multiplicidade forma uma massa global que é afetada por processos próprios da vida, tais como, nascimento, produção, doença e, também, a morte. Diferente do poder disciplinar que é individualizante, o poder da biopolítica é massificante. Não lida nem com a sociedade, nem com o indivíduo-corpo, mas com um corpo múltiplo, isto é, com a noção de população.

Logo, depois de uma primeira tomada de poder sobre o corpo que se fez consoante o modo da individualização, temos uma segundatomada de poder que, por sua vez, não é individualizante, mas que é massificante, se vocês quiserem, que se faz em direção não do homem-corpo, mas do homem-espécie. Depois da anátomo-política do corpo humano, instaurada no decorrer do século XVIII, vemos aparecer, no fim do mesmo século, algo que já não é uma anátomo-política do corpo humano, mas que eu chamaria de urna "biopolítica" da espécie humana (FOUCAULT, 2005, p. 289).

Essa nova tecnologia se instala por meio de um conjunto de processos que controlam a proporção de nascimentos, óbitos, reprodução, fecundidade, entre outros. Áreas, como a medicina, por exemplo, vão ter uma função maior de higiene pública, centralizando a informação e a normalização dos saberes produzidos. Da mesma forma, outro problema importante a ser pensado por esse sistema é o indivíduo que cai em consequência fora do campo da capacidade, da atividade. Ou ainda, acidentes e enfermidades e anomalias, que exigirão uma política responsável por abarcar os mecanismos necessários para a segurança e a seguridade coletiva.

Foucault (2004), em *O nascimento da clínica*, por exemplo, se propôs a elaborar uma arqueologia do olhar médico, por meio de relações históricas que permitiram determinadas formações discursivas na modernidade. Questões sobre o saber, sobre o corpo, a vida e a morte foram discutidas. Diferente do que é comumente propagado, osurgimento da medicina, a partir da clínica, é uma ideia falaciosa. Antes, a medicina já era exercida, era mais relacionada ao que sofria e a solução de seu sofrimento, ouseja, frisava-se mais o indivíduo. A clínica formou um campo estruturado dentro do campo da medicina. Quando surgiram as pandemias, por exemplo, ela exigiu que desfocasse a atenção de certos membros mais ricos e abrangesse todos os seus membros.

É válido lembrar que foi um longo processo que passou por várias etapas. O discurso médico opera na mudança do enfoque do 'si' para o 'consigo', do 'doente' para a 'doença'. Começou-se a pensar que talvez houvesse um elemento externo e o doente passou a ser um intermediário entre a doença e a solução. Com isso, houve uma desumanização, na que o sujeito era um hospedeiro.

[...]As figuras da dor não são conjuradas em benefício de um conhecimento neutralizado, foram redistribuídas no espaço em que se cruzam os corpos e os olhares. O que mudou foi a configuração surda em que a linguagem se apoia, a relação de situação e de postura entre o que fala e aquilo de que se fala (FOUCAULT, 2004, p. VII).

No que antes tínhamos a doença como algo natural e contranatural (acidente que acomete o indivíduo), alterou-se para uma constância que se relaciona entre a vida e a morte, agora pertencendo às duas, a doença se individualizou e se especializou. O discurso médico tenta fazer a doença falar, o corpo falar, e isso implica em um processo que torna a doença aberta à investigação e ao olhar médico. Nasce uma medicina que se dá como uma ciência que trabalha em prol da humanidade, acreditando em sua potência e a valorizando, compreendendo como funciona o seu corpo, entendendo as causas de sua morte etc., buscando distanciar-se da morte, e a utilizando como promoção da vida, por intermédio dos estudos anatômicos. Com isso, percebemos que a biopolítica opera em todas as relações sociais, até mesmo na medicina. Ela busca mecanismos para a promoção da vida, não uma vida em específico, mas o bem-estar de um corpo coletivo.

Não é exatamente com a sociedade que se lida nessa nova tecnologia de poder (ou, enfim, com o corpo social tal como o definem os juristas); não é tampouco com o indivíduo-corpo. É novo corpo: corpo múltiplo, corpo com inúmeras cabeças, se não infinito pelo menos necessariamente numerável. E a noção de "população". A biopolítica lida com a população, e a população como problema político, como problema a um só tempo científico e político, como problema biológico e como problema de poder, acho que aparece nesse momento (FOUCAULT, 2005, p. 293).

Além disso, o filósofo destaca a importância de se compreender a natureza dos fenômenos que são levados em consideração dentro do sistema da biopolítica. Podemos perceber, primeiramente, que se trata de fenômenos coletivos, que aparecem por meio dos seus efeitos políticos e econômicos; em segundo lugar, podem ser vistos como aleatórios e imprevisíveis, quando vistos de maneira individual, mas que ganham importância no plano coletivo. Por último, são fenômenos que se desenvolvem em sua duração. Na leitura de Souza (2017) sobre Foucault, a biopolítica surge como uma forma de governo que torna eficaz e gerenciável o controle das vidas:

Nesse sentido, a biopolítica surge contemporaneamente como uma forma de governo que não pretende reprimir ou negar a vida, mas

torná-la eficiente, gerenciável, produtiva e lucrativa, e as principais instituições modernas que se propuseram a “cuidar” da vida foram o Estado e o mercado. O mercado nunca ocultou seu principal e único objetivo: aproveitar a vida como recurso humano biológico para aumentar a lucratividade dos processos produtivos – o capitalismo nos mostra isso a todo instante (SOUZA, 2017, p. 16).

Por conseguinte, o grande poder da soberania, que consistia em poder fazer morrer, aparece agora com a tecnologia do biopoder, um biopoder que opera sobre a população pela forma de fazer com que se obtenha um equilíbrio, de otimizar um estado de vida. Um poder que opera por meio da regulamentação e que consiste em fazer viver e deixar morrer. Dentre algumas medidas que podem dar conta de suprir as necessidades de que se incube esse sistema biopolítica, segundo Foucault, estão os sistemas de seguro-saúde ou de seguro-velhice, regras de higiene, higiene da família, escolaridade, pressões sobre a sexualização e, conseqüentemente, à procriação, entre outros.

Ora, agora que o poder é cada vez menos o direito de fazer morrer e cada vez mais o direito de intervir para fazer viver, e na maneira de viver, e no "como" da vida, a partir do momento em que, portanto, o poder intervém sobretudo nesse nível para aumentar a vida, para controlar seus acidentes, suas eventualidades, suas deficiências, daí por diante a morte, como termo da vida, e evidentemente o termo, o limite, a extremidade do poder (FOUCAULT, 2005, p. 295-296).

Além disso, como esperado, a morte nessa biopolítica aparece como um objeto indesejado. Segundo o filósofo, o poder exercido por esse sistema aparece concretamente nessa desqualificação da morte, pensar em um desejo de morte nesse sistema torna-se algo bem mais significativo. Percebe-se que não mais se vê ritualizações públicas da morte, desde o fim do século XVIII. A morte deixou de ser uma cerimônia da qual participavam os indivíduos de forma aberta e tornou-se algo mais privado, aquilo que se procura esconder, quase que uma razão de vergonha, ou de derrota. A razão da morte tornar-se aquilo que se esconde está numa transformação das tecnologias do poder que se exerce através do domínio da vida. Por isso, ela torna-se indesejada, porque ela está do lado de fora em relação ao poder, o que extrapola o seu domínio. Além disso, o “deixar morrer” o qual o biopoder se incube não é sobre a morte em si, mas sim sobre a mortalidade.

Todavia, como essa tecnologia de poder que coloca a vida com o objetivo de prolongar sua duração vai exercer o direito de matar? É o que o autor vai

questionar no decorrer de sua explanação. Que papel tem a morte dentro dessa política? Apesar de ser objeto de rejeição, a morte encontrará outro papel dentro da lógica da biopolítica. Como questiona o filósofo: “Como esse poder que tem essencialmente o objetivo de fazer viver pode deixar morrer? Como exercer o poder da morte, como exercer a função da morte, num sistema político centrado no biopoder?” (FOUCAULT, 2005, p. 304). É na resposta a essa questão que Foucault atribuiu ao racismo a função de interventor, mecanismo capaz de dar lógica para a morte no domínio da vida.

Como também complementa Almeida (2019), ao retomar Foucault, identificando no racismo o fator que estabelece essa linha divisória:

O racismo estabelecerá a linha divisória entre superiores e inferiores, entre bons e maus, entre os grupos que merecem viver e os que merecem morrer, entre os que terão a vida prolongada e os que serão deixados para a morte, entre os que devem permanecer vivos e o que serão mortos. E que se entenda que a morte aqui não é apenas a retirada da vida, mas também é entendida como a exposição ao risco da morte, a morte política, a expulsão e a rejeição (ALMEIDA, 2019, p. 115).

Na leitura de Almeida (2019), acerca de Foucault, o racismo tem duas funções ligadas ao poder do Estado: a primeira é fragmentar o contínuo biológico da espécie humana, estabelecendo uma hierarquização das raças; já a segunda, é estabelecer uma relação positiva com a morte do outro, isto é, a morte daquele que eu caracterizo como adversário, degenerado, anormal etc. Entretanto, é importante destacar que essa morte deve garantir a segurança do indivíduo e das pessoas próximas a ele, garantindo o pleno desenvolvimento do grupo ao qual esse indivíduo pertence.

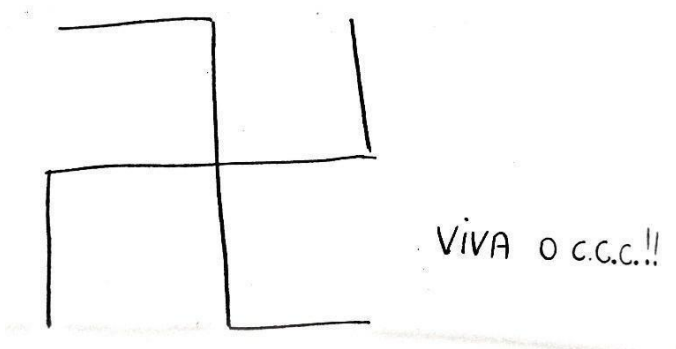
## 2.5 RACISMO E EUGENIA

Nos grafitos racistas encontrados em universidades, é nítida a presença de vozes demarcadas, as quais nos remetem a determinados períodos históricos. Esse movimento de retomada é o que possibilita que os sentidos se construam, isto é, a história é o elemento que possibilita o espaço de discordância e concordância, não só a reprodução como a ressignificação desses dizeres. Por exemplo, o conhecimento

do período escravocrata pode ser usado tanto para justificar a permanência da posição do negro enquanto inferior ao branco, tal como a visão de grupos segregacionistas pregam, como também para tomarmos conhecimento das desigualdades e injustiças historicamente construídas e proceder com a devida reparação histórica. Logo, embora opostos, tanto o discurso racista quanto o discurso antirracista retomam uma mesma base histórica, um mesmo conhecimento de origem compartilhado.

É importante também atentar para a utilização de elementos simbólicos nos grafitos, visto que eles operam como representação desses movimentos históricos e comportam uma gama de entendimentos compartilhados sobre os eventos ocorridos na época. Em algumas imagens, há a presença do símbolo da suástica, por exemplo, como menção ao período dos regimes ditatoriais, mais especificamente, ao nazismo. Fazer uso desse símbolo não é novidade entre os autores anônimos dos grafitos de banheiro. Na figura abaixo, podemos observar que, no estudo sobre os grafitos, realizado por Barbosa, já era possível ver representações dessa noção extremista.

**Figura 6 – Viva o C.C.C.<sup>3</sup>**



**Fonte:** Barbosa, 1984, p.144

Como citado no tópico anterior, a biopolítica gerencia as vidas ao mesmo tempo em que determina qual vida deve ser excluída. Para Mbembe (2018), esse controle é o que ocasiona uma subdivisão da população em grupos, gerando

---

<sup>3</sup> A sigla C.C.C, embora não seja mencionada na obra de Barbosa (1984), possivelmente se refere ao Comando de Caça aos Comunistas (CCC), um grupo paramilitar de extrema direita ativo durante a ditadura civil-militar no Brasil. Surgiu em 1963, formado por estudantes conservadores das universidades de São Paulo, visando combater o comunismo por meio de ações violentas. O CCC ganhou notoriedade em 1968. Atuou por todo o Brasil, praticando terrorismo e perseguição. Embora inicialmente tenha visado estudantes de esquerda, o grupo evoluiu para uma organização paramilitar. Com o AI-5 e a repressão estatal, o CCC diminuiu suas atividades na mídia, ressurgindo em 1977 antes de se dissolver. Suas ações controversas e o papel na repressão da ditadura são objeto de investigação histórica. Disponível em: <https://www.brasildefatores.com.br/2020/10/14/artigo-ccc-jovens-anticomunistas-e-torturadores> Acesso em: 07 de agosto de 2023.

uma divisão entre uns e outros. A tal controle é atribuído o nome de racismo.

A formulação de Foucault, o biopoder, parece funcionar mediante a divisão entre as pessoas que devem viver e as que devem morrer. Operando com base em uma divisão entre os vivos e os mortos, tal poder se define em relação a um campo biológico – do qual toma o controle e no qual se inscreve. Esse controle pressupõe a distribuição da espécie humana em grupos, a subdivisão da população em subgrupos e o estabelecimento de uma censura biológica entre uns e outros. Isso é o que Foucault rotula com o termo (aparentemente familiar) de ‘racismo’” (2018, p. 13).

Nessa lógica, é justificável que se tenha nos grafitos uma referência ao período nazista, visto que foi um dos períodos em que mais podemos ver a lógica da biopolítica sendo exercida através do racismo. O autor ainda acrescenta:

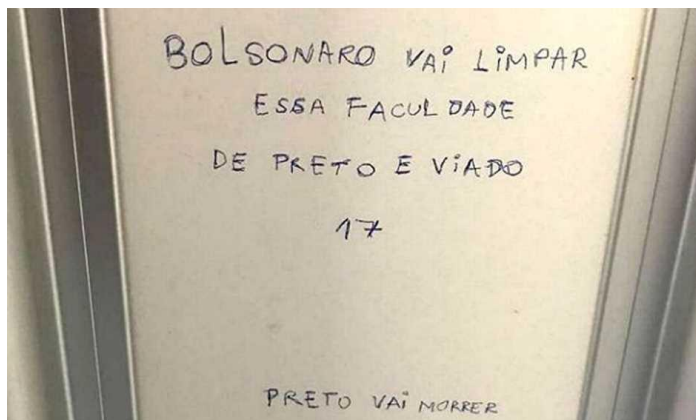
Com efeito, em termos foucaultianos, racismo é acima de tudo uma tecnologia destinada a permitir o exercício do biopoder, “este velho direito soberano de matar”. Na economia do biopoder, a função do racismo é regular a distribuição da morte e tornar possíveis as funções assassinas do Estado. Segundo Foucault, essa é a “condição para a aceitabilidade do fazer morrer” (MBEMBE, 2018, p. 13).

Por intermédio dessa fragmentação, ao Estado é permitido buscar estratégias para promoção da vida de uma determinada raça em relação às outras. Como menciona Barros (2018):

A partir da fragmentação do *continuum* biológico e da oposição binária entre as raças, é possível compreender a atuação do racismo de Estado ao buscar estratégias de governo para a proteção de algumas raças em detrimento de outras. Já não fazemos todos parte de um mesmo grupo. O corpo social é dividido de forma que suas partes passam a ocupar posições opostas, ao ponto de atentarem contra a própria vida umas das outras (BARROS, 2018, p. 13).

Nos enunciados encontrados nos grafitos, vemos uma constante retomada do termo “limpar” e “limpeza”, atribuindo ao novo governo a função de estabelecer a hegemonia racial da universidade por meio da retirada dos considerados “indesejados”. A higiene racial, em determinados períodos da história, como o nazismo, propôs estabelecer mecanismos que busquem uma seleção do Estado aos seres humanos com o que sejam consideradas as melhores capacidades físicas e intelectuais para as próximas gerações, como podemos ver na imagem a seguir:

**Figura 7**– Grafito na faculdade de direito de São Bernardo

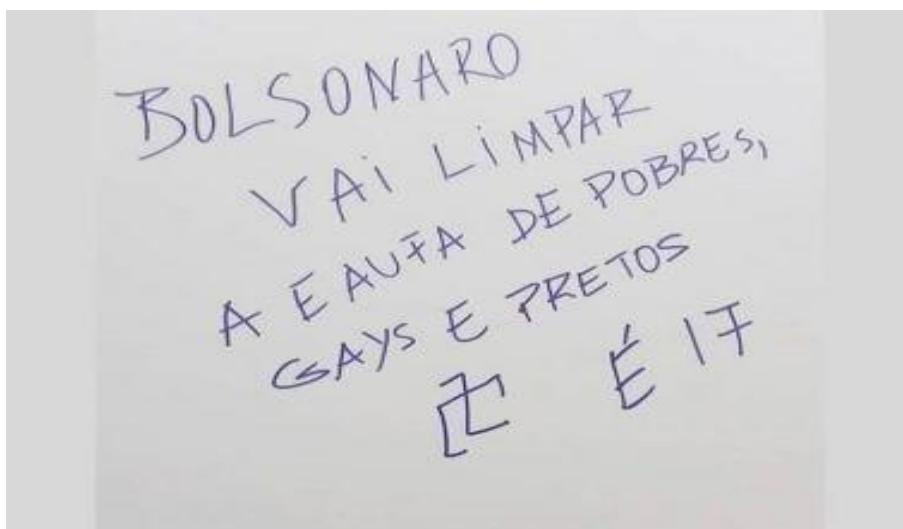


**Fonte:** <https://www.dgabc.com.br/Noticia/2957551/estudantes-da-faculdade-de-direito-denunciam-pichacao-racista-e-homofobica> Acesso em: 15 de novembro de 2022

Em outra figura semelhante, vemos que o grupo dos indesejados aumenta, incluindo também os homossexuais e pobres em geral, englobando outros tipos de preconceitos como homofobia e aporofobia<sup>11</sup>. Vale ressaltar que Aporofobia é um neologismo criado pela escritora e filósofa espanhola Adela Cortina, e designa o sentimento de aversão aos pobres, que leva a rechaçar pessoas, raças e etnias que habitualmente não têm recursos.

<sup>11</sup> Disponível em: <https://www.institutoclaro.org.br/cidadania/nossas-novidades/reportagens/o-que-e-aporofobia-e-como-combate-la/#:~:text=Aporofobia%20%C3%A9%20um%20termo%20criado,e%20suas%20implica%C3%A7%C3%B5es%20na%20democracia>. Acesso em: 23 de abril de 2023.

**Figura 8** – Grafito na UFBA



**Fonte:** <https://www.bahianoticias.com.br/noticia/227982-ameaca-racista-citando-bolsonaro-e-pichada-em-porta-de-banheiro-de-predio-da-ufba.html> Acesso em: 15 de novembro de 2022

Ainda acerca da retomada do símbolo suástico, uma das formas pelas quais as identidades estabelecem suas reivindicações é por meio do apelo a antecedentes históricos. No caso da suástica<sup>12</sup>, por exemplo, pondera-se que o símbolo foi criado há cerca de 7.000 anos na Eurásia. A palavra vem do sânscrito *svtika* que significa “boa sorte” ou “bem-estar”. Alguns dos pesquisadores ligaram o símbolo a uma cultura ariana. O desenho foi apropriado pelo partido político Nazista, por volta de 1920, onde passou a associar-se à ideia de um estado racialmente puro. Por isso, todo o movimento histórico, envolto nesse símbolo, passa a evocar um ideal de supremacia étnica e, a partir disso, também ressignificando e produzindo novos efeitos de sentido. Sendo assim, além do sentido da busca pela supremacia da raça em nome da necessidade de viver, o outro era considerado uma ameaça a ser extinguida, legitimando os massacres em nome da dita “sobrevivência”. Como menciona Foucault, em *A vontade de Saber*:

As guerras já não se travam em nome do soberano a ser definido; travam-se em nome da existência de todos; populações inteiras são levadas à destruição mútua em nome da necessidade de viver. Os massacres se tornam vitais. Foi com gestores de vida e da sobrevivência dos corpos e raça que tantos regimes puderam travar tantas guerras, causando a morte de tantos homens (FOUCAULT, 2019, p. 147).

<sup>12</sup> Disponível em: [https://brasil.elpais.com/icon\\_design/2020-01-24/por-que-teremos-que-nos-acostumar-a-ver-suasticas-na-proximaolimpiada.html#:~:text=A%20origem%20da%20cruz%20de,multiplicaram%20ao%20longo%20da%20hist%C3%B3ria](https://brasil.elpais.com/icon_design/2020-01-24/por-que-teremos-que-nos-acostumar-a-ver-suasticas-na-proximaolimpiada.html#:~:text=A%20origem%20da%20cruz%20de,multiplicaram%20ao%20longo%20da%20hist%C3%B3ria). Acesso em: 20 de julho de 2021.

No Brasil, embora a apologia ao nazismo seja crime<sup>13</sup>, ainda são recorrentes casos em que o símbolo da suástica é utilizado em contexto público, levantando questionamentos acerca da possível presença de grupos neonazistas no Brasil. Essa existência é confirmada pela antropóloga Adriana Dias. Segundo o estudo de Dias (2009), existem, pelo menos, 334 células neonazistas ativas no Brasil. Predominantes na região Sul e Sudeste, essas células são pertencentes a diversos grupos, tais como: hitleristas, supremacistas, separatistas. É importante destacar essa existência para percebermos que, embora ocultos, esses grupos ainda existem e permanecem apregoando noções reversas aos comportamentos éticos e aos princípios morais e de respeito ao próximo. É no mínimo curioso que esses grupos requeiram a “superioridade” do homem branco, mesmo em um país altamente miscigenado como o Brasil e, mais intrigante ainda, é o medo que tais enunciados, mesmo em nossos dias, conseguem instaurar. Assim como os enunciados, o tom de ameaça e o medo também são ressignificados. Há, portanto, a perpetuação de certos domínios e a ressignificação da violência e do medo, conforme observamos, também, na figura a seguir:

---

13 Segundo o site do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e seus Territórios, é proibido fabricar, comercializar, distribuir ou veicular símbolos, emblemas, ornamentos, distintivos ou propaganda que utilizem a cruz suástica ou gamada, para fins de divulgação do nazismo. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/direito-facil/edicao-semanal/discriminacao-ou-preconceito-1> Acesso em: 13 de novembro de 2022.

**Figura 9** – Grafito na UEC



**Fonte:** <https://noticias.r7.com/sao-paulo/unicamp-amanhece-com-pichacoes-racistas-e-ameacas-em-institutos-15082018> Acesso em: 15 de novembro de 2022

No estudo de Dias (2009), vemos que nos últimos anos é nítido que o compartilhamento desses ideais vem aumentando, principalmente por conta do ideário político vigente. É o que também aponta a revista *Cult*<sup>14</sup> que, recentemente, publicou um artigo a respeito do aumento de sites neonazistas nos últimos anos. Os dados foram retirados da organização *Safernet*, uma organização da sociedade civil de direito privado e sem fins lucrativos que, desde 2005, trabalha na promoção dos direitos humanos na internet. A revista afirma que, em apenas um mês, maio de 2020, foram criadas 204 novas páginas de conteúdo neonazista, contra 42 no mesmo mês em 2019 e 28, em maio de 2018.

Portanto, é visível que, em um mesmo signo, vários ideais circulam. Esse tipo de pichação comprova o preconceito, discriminação e tantas outras formas de crime cometidas pela sociedade. No uso desse elemento suástico estão inseridos o racismo, a xenofobia, a homofobia, o consentimento do uso da violência, neste caso, verbal para a segregação e exclusão desses grupos minoritários. É no discurso que

<sup>14</sup> Artigo disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/discurso-de-bolsonaro-estimula-criacao-de-sites-neonazistas-no-brasil-7222> Acesso em: 14 de julho de 2021.

os sujeitos constroem suas identidades; no estudo de Dias (2008), a antropóloga diz que a busca pela identidade e o embate contra outras que, segundo eles, os ameaçaria, é justificativa da criação e permanência desses grupos neonazistas:

A violência expressa pelos grupos neonazistas, em sua paranoia específica, na qual deliram inimigos eternos, movidos por conspirações absurdas, se estrutura a partir da crença numa nova identidade: o novo teutonismo, que abrigaria seus participantes, por meio da crença de pertencer ao que denominam "sangue alemão", mesmo sem qualquer vínculo com a ascendência germânica (DIAS, 2008, p. 69).

Por conseguinte, através do símbolo suástico, as condições de produção em que o discurso ocorre e o compartilhamento dessas realidades históricas possibilitam a compreensão de seu significado na atualidade. Para Agamben (2012), a política de hoje não conhece outro valor (e desvalor) a não ser a vida. Sendo assim, a lógica que operou na época do nazismo e do fascismo permanece atual:

A nossa política não conhece hoje outro valor (e, conseqüentemente, outro desvalor) que a vida, e até que as contradições que isto implica não forem solucionadas, nazismo e fascismo, que haviam feito da decisão sobre a vida nua o critério político supremo, permanecerão desgraçadamente atuais (AGAMBEN, 2012, p. 17).

Em suma, a observação de como a linguagem é expressa em meios de comunicação, que se tornam práticas de subjugaçã e injúria, portanto é importante para o combate a esses pensamentos retrógrados. Isto porque a percepção de que um enunciado não tem fim absoluto em seu processo de construção, mas, ao obter o sentido, o enunciado é transferido ao enunciatário, garante ao outro um papel de notória importância. Da mesma forma, um enunciado racista não tem fim em si, mas urge uma necessidade responsiva, em oposição e combate a esse tipo de dizer. Logo, através das relações discursivas, o encontro entre ideias da mesma forma que possibilita a permanência de ideais reacionários em nossa sociedade, também pode ser espaço e instrumento de mudança e criação de novas realidades.

### 3 CAPÍTULO III – OS ESCRAVOS LETRADOS

Nesse terceiro capítulo nos dedicamos a refletir sobre o sistema da educação, principalmente no que diz respeito à instituição universitária na sociedade brasileira. Iniciamos com algumas considerações de como a educação passa facilmente por um instrumento transformador frente às relações sociais, quando na verdade ela também pode ser um fator contribuinte para que as desigualdades se perpetuem. A pretensão não foi esgotar a temática da desigualdade social ou racial, pois exaurir a discussão sobre esses assuntos complexos, além de ser difícil (ou impossível), excederia os objetivos predispostos para essa pesquisa. Na verdade, o que intuímos foi apenas compreendermos esse aspecto macrossocial, o qual, obviamente, envolve a instituição de ensino, uma vez que ela não opera de forma independente de um todo social.

Abordamos, também, a respeito da instituição universitária, trazendo um sintético percurso de como essa organização veio se desenvolvendo no decorrer dos anos. Destacamos sua importância enquanto instrumento a favor da educação e a sua notória relevância social, todavia, ressaltamos algumas dificuldades enfrentadas e alguns sistemas problemáticos que operam em seu funcionamento. Além disso, salientamos a necessidade de voltarmos nosso olhar para as políticas internas das universidades que visam combater as desigualdades pontuadas, ressaltando-as como um ato de resistência vital para o pleno funcionamento da universidade.

Por conseguinte, discorreremos a respeito da expansão universitária brasileira no governo petista que ocorreu no início do ano de 2003, com a eleição do presidente Lula, até o ano de 2016, com o impeachment de sua sucessora, a presidenta Dilma Rousseff. Nesse tópico, destacamos a relevância dos programas educacionais do ensino superior, que possibilitaram uma expansão universitária sem precedentes na história do Brasil. Na sequência, após termos abordado a respeito dessas políticas de expansão no ensino superior, encerramos o capítulo trazendo uma reflexão sobre a inserção do negro dentro do ambiente universitário e seus impactos, tendo em vista que muitos foram e estão sendo os desafios encontrados após essas recentes conquistas.

Sabemos da importância da universidade enquanto produtora de

conhecimento, um lugar de prestígio que por muitos anos foi destinado a um grupo social privilegiado. Percebemos que a trajetória do negro até alcançar esse espaço foi marcada por inúmeras lutas e conflitos sociais. Principalmente, nos últimos anos, vimos uma expansão universitária que permitiu que os negros, pela primeira vez, estivessem mais presentes na academia. Contudo, ao que vimos, nem sempre o acesso a esse espaço gera uma mudança de ascensão econômica, mas, certamente, uma mudança na ascensão cultural e na habilitação para o exercício profissional de diversas áreas.

Indubitavelmente, o poder que emerge dos muros universitários marca os indivíduos que por eles passam e de forma permanente modifica suas vivências, possibilitando, assim, um crescimento exponencial da capacidade de se prepararem para o pleno exercício de sua função social, enfim desenvolvidos em caráter profissional e humano. Dadas essas considerações, acordamos que a universidade é um lugar que deve possibilitar direitos igualitários de acesso, permanência e subsistência. É um espaço de direito para todos.

### 3.1 “NEGROS, A VIDA NÃO TEM COTAS:” EDUCAÇÃO E DESIGUALDADE

Verificamos que os grafitos selecionados possuem uma temática, no mínimo, ofensiva. Por se acharem protegidos pelo sigilo do anonimato, os autores se sentem livres para disseminarem o ódio e a intolerância. Entretanto, embora dotados de repulsivo preconceito, muitos enunciados encontrados podem também operar como uma forma de conscientização frente algumas realidades sociais, principalmente quando postos como objeto de reflexão. Nesse âmbito, os estudos discursivos têm um papel crucial quando se trata de trabalhar com a temática do racismo, pois eles não se atêm unicamente a classificar ou localizar o racismo, não repudiam de imediato os dizeres e, por conseguinte, não cobram punição.

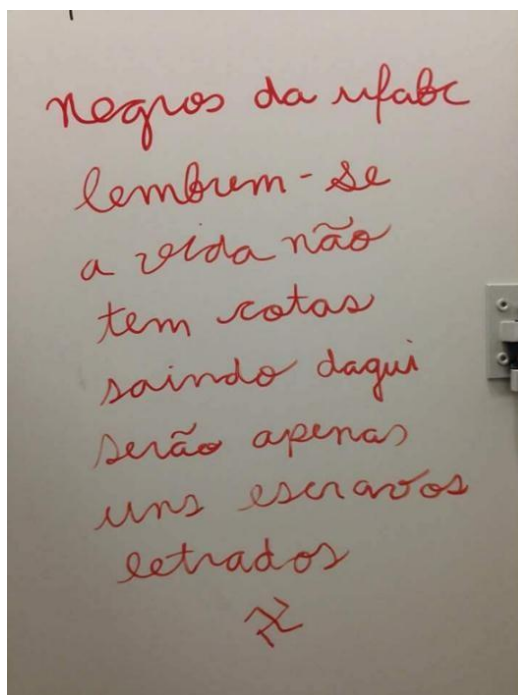
Na verdade, as análises das práticas discursivas nem mesmo procuram um sujeito “dono” do dizer. Como menciona Foucault (2008), a análise discursiva, ou melhor, a arqueologia, define regras para as práticas discursivas que atravessam as obras originais. Portanto, sob essa perspectiva, a concepção de sujeito criador, enquanto princípio de uma unidade, lhe é, no mínimo, estranha.

Não é preciso, pois, conceber o sujeito do enunciado como idêntico ao

autor da formulação, nem substancialmente, nem funcionalmente. Ele não é, na verdade, causa, origem ou ponto de partida do fenômeno da articulação escrita ou oral de uma frase; não é, tampouco, a intenção significativa que, invadindo silenciosamente o terreno das palavras, as ordena como o corpo visível de sua intuição; não é o núcleo constante, imóvel e idêntico a si mesmo de uma série de operações que os enunciados, cada um por sua vez, viriam manifestar na superfície do discurso (FOUCAULT, 2008, p. 115).

Por conseguinte, ao tomarmos posse de um enunciado de cunho racista, cabe-nos, enquanto analistas, determinar quais as articulações que possibilitam a construção desse enunciado, muito mais do que classificar, determinar ou atribuir juízos de valores aos indivíduos, instituições, ou comportamentos de modo geral. Tendo em conta as informações apresentadas, tomemos o enunciado referido na imagem abaixo, encontrada em um dos banheiros da Universidade Federal do ABC, localizada na cidade de São Bernardo do Campo, em São Paulo, no ano de 2015:

**Figura 10** – Grafito na UFABC



**Fonte:** <http://www.justificando.com/2015/11/30/ataques-racistas-voltam-a-acontecer-na-ufabc/> Acesso em: 27 de dezembro de 2021.

Transcrição: “Negros da UFABC lembrem-se a vida não tem cotas saindo daqui serão apenas uns escravos letrados (símbolo suástico)”.

A imagem, embora ofensiva, traz à tona algumas problemáticas no

que diz respeito ao sistema social brasileiro que é extremamente desigual. Dessa forma, como narra o enunciado, ao sair do espaço universitário, resta ao indivíduo negro o enfrentamento desse sistema falho e incongruente. Naturalmente, não sobra a esses indivíduos o trabalho escravo, propriamente dito, mas, se levarmos em conta os baixos índices de negros em cargos de maior poder aquisitivo, sobra sim uma realidade explorativa e desigual. Logo, o enunciado é ofensivo, mas, infelizmente, não totalmente irreal. Assim, levantamos alguns questionamentos sobre o verdadeiro papel da educação frente a essas desigualdades.

Em busca de respondermos tais inquietações, recorreremos, novamente, ao livro *Escritos de educação*, de Pierre Bourdieu. Nesse estudo, Bourdieu tece uma análise sobre as desigualdades escolares pautadas em desigualdades sociais, considerando que nosso estilo de vida está condicionado pelas nossas experiências sociais. Em outras palavras, o repertório de gostos e competências culturais é o resultado das relações entre o indivíduo e o seu meio social. Da mesma forma, podemos pensar que a relação dos indivíduos com a educação, por exemplo, não implica algo aquém de seu envolvimento com a sociedade. Assim sendo, a sociedade direciona, transforma e modifica a relação do indivíduo com a aprendizagem.

Na concepção do sociólogo, os poderes que regem, organizam e mantêm a estrutura da hierarquia social são denominados como capitais<sup>15</sup> (capital econômico, capital social, capital cultural e capital simbólico). Dentro do nosso recorte temático, a reflexão sobre o capital cultural, representado aqui com a educação, embora não limitando-se exclusivamente a ela, nos auxilia a entender como a sociedade pode influenciar na relação do indivíduo com a instituição de ensino.

Recomenda-se que o capital cultural, legitimado, na maioria das vezes, por meio de diplomas, consiste em um princípio de diferenciação quase tão forte quanto o capital econômico, ou seja, aqueles constituídos por valores e bens materiais. Entretanto, esses conhecimentos formais sofrem a influência direta de seu predecessor, o capital econômico. Por isso, as normas que regem seu interior, bem como a valorização ou desvalorização de objetos pertencentes a esse capital,

---

15 Para Bourdieu (2007), o capital econômico seria os bens materiais ou rendas. Já o capital cultural é constituído como o conhecimento formal, normalmente legitimado por meio de diplomas. O capital social, por sua vez, é a rede de relações sociais que propicia algum tipo de ganho aos indivíduos. Já o capital econômico é o que confere o status, o prestígio social. É válido ressaltar que esses elementos não atuam de forma isolada, mas podem se influenciar mutuamente.

estariam submetidas às regras demandadas pelo capital econômico. Dessa forma, o capital cultural está ligado à sua conversibilidade em capital econômico. Nas palavras de Bourdieu:

Produto da conversão de capital econômico em capital cultural, ele [diploma] estabelece o valor, no plano do capital cultural, do detentor de determinado diploma em relação aos outros detentores de diplomas e, inseparavelmente, o valor em dinheiro pelo qual pode ser trocado no mercado de trabalho – o investimento escolar só tem sentido se um mínimo de reversibilidade da conversão que ele implica for objetivamente garantido (BOURDIEU, 2007, p. 79).

Ao se pensar nas problemáticas dessa conversão de capital econômico em capital cultural, vemos que, muitas vezes, essa conversão acaba encontrando limites de raça e de gênero, quando inseridos no mercado de trabalho, isto é, não ocorre de igual maneira a todos os membros da sociedade. Segundo um levantamento realizado pelo Insper<sup>16</sup>, com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre 2016 e 2018, podemos perceber que o diploma do ensino superior ainda não é capaz de garantir uma inserção igualitária de profissionais brasileiros no mercado de trabalho. A pesquisa apurou o salário por raça e gênero no país. As mulheres negras aparecem recebendo menos do que homens - tanto brancos como negros - e, inclusive, menos do que as mulheres brancas. Ou seja, mesmo entre os que estão na mesma profissão, há um diferencial de salário em função da raça e do sexo.

Segundo a pesquisa, no que se refere ao recorte de gênero e raça, as mulheres brancas têm a média salarial mais baixa (4.739,64) do que os homens negros (4.750,58). Já os homens brancos aparecem com a média salarial mais alta (7.891,78), enquanto as mulheres negras com a média salarial mais baixa (3.047,01), isto é, menos da metade, quando em comparação aos homens brancos. Com isso, vemos que a conversão do capital cultural em capital econômico não acontece de maneira igualitária.

As reflexões trazidas por Bourdieu nos auxiliam na compreensão de que o sistema da educação não possui um caráter isento, neutro e que desconsidera

---

<sup>16</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/concursos-e-emprego/noticia/2020/09/15/na-mesma-profissao-homem-branco-chega-a-ganhar-mais-que-o-dobro-da-mulher-negra-diz-estudo.ghtml> Acesso em: 03 de maio de 2022.

as relações sociais, como habitualmente pensado. Depreendemos, a partir dessa afirmação, que o maior ou menor prestígio e relevância, dentro do sistema de ensino, é determinado por certos grupos que detêm o capital econômico. Assim, o sistema escolar realiza sua operação e seleção mantendo a ordem social preexistente. Através dessas seleções, são mantidos os detentores do capital cultural herdado, apartados daqueles que não o possuem. Essas organizações estabelecidas pelo capital cultural também garantem maior ou menor prestígio de determinada instituição, centro ou curso. Um dado que pode ser tomado como exemplo é a desvalorização das ciências humanas. Com isso, torna-se perceptível que somente a contribuição social não garante modificação interna do valor ou prestígio dessas instituições, mas o capital econômico atua e influencia direta ou indiretamente em seu funcionamento e juízo de valores.

Leitura semelhante que pode contribuir com essa reflexão de Bourdieu é a do autor Wanderley (1983). Ele traz significativas reflexões sobre a temática da educação, porém no recorte temático das universidades. Tendo se especializado sobre as universidades e atuado como reitor por muitos anos, o autor exemplifica que os valores da sociedade vigente influenciam diretamente nas instituições, e que a universidade não está isenta dessas influências.

Compreendemos que, apesar do prestígio e notoriedade da universidade, sempre devemos ter em mente que ela não é invulnerável aos domínios externos. Vemos justamente o oposto: ao longo da história, as universidades vêm se adaptando e se modificando de acordo com as exigências sociais. Embora seja um espaço de discussão e mudança, é, igualmente, um ambiente conservador e tradicionalista, principalmente, no que diz respeito a suas funções pragmáticas e estruturas sistêmicas. Sua imagem de autonomia não deve ser confundida com neutralidade. No dizer de Wanderley (1983, p. 31):

As ideias e valores da cultura capitalista, principalmente da ideologia burguesa que é o seu núcleo, permeiam as relações sociais dos indivíduos, grupos e classes, em todas as esferas da vida social. Se esta cultura domina as mentes e as ações da população em geral, ela vai agir também na universidade e nas atividades dos cientistas, negando a tese da ciência neutra.

Assim, entendemos que a educação como forma de mobilidade social é uma ficção propagada e facilmente aceita, na realidade, percebemos tratar-se de

instrumento de reprodução de desigualdades. A própria linguagem, enquanto instrumento, é também reflexo de manifestação cultural e auxilia na percepção/compreensão desses distanciamentos. Em Bourdieu (2007), vemos que a linguagem universitária, por exemplo, é muito distante da linguagem coloquial e, conseqüentemente, distante da linguagem que é efetivamente falada entre os grupos sociais, sobretudo os grupos com menor poder aquisitivo. Sendo assim, não podemos conceber educandos iguais em direitos e deveres, principalmente se o acesso ao conhecimento na simples forma da linguagem já ocorre de forma desigual. A linguagem é um fato que contribui para essa distância. Segundo ele:

Com efeito, como a linguagem é a parte mais inatingível e a mais atuante da herança cultural, porque, enquanto sintaxe, ela fornece um sistema de posturas mentais transferíveis, solidárias com valores que dominam toda a experiência, e como, por outro lado, a linguagem universitária é muito desigualmente distante da língua efetivamente falada pelas diferentes classes sociais, não se pode conceber educando iguais em direitos e deveres frente à língua universitária e frente ao uso universitário da língua, sem se condenar a creditar ao dom um grande número de desigualdades que são, antes de tudo, desigualdades sociais (BOURDIEU, 2007, p. 56).

Com o intuito de complementar essa reflexão sobre a linguagem, trouxemos uma semelhante discussão trazida pelo autor Maurizio Gnerre (1985), no livro *Linguagem, escrita e poder*. Na visão do linguista, para além de uma forma de comunicação, a linguagem é um ato de demonstração e exercício de poder. Portanto, discursos políticos, sermões, aulas seriam exemplos desse poder em funcionamento, criando formas de organizações e modelos, dentro dos contextos sociais e culturais apropriados. Com isso, é explorada a ideia de que os interlocutores devem saber quando devem ou não falar, e sobretudo, qual é o estilo de linguagem apropriado para cada situação. Afinal, nem todos têm acesso a todos os tipos de variações linguísticas, como por exemplo, pessoas não alfabetizadas que não têm acesso à língua padrão, ou culta, gerando uma desvantagem linguística, reflexo das desigualdades sociais.

A linguagem não é usada somente para veicular informações, isto é, a função referencial denotativa da linguagem não é senão uma entre outras; entre estas ocupa uma posição central a função de comunicar ao ouvinte a posição que o falante ocupa na sociedade em que vive. As pessoas falam para serem ouvidas, às vezes para serem respeitadas e também para exercer uma influência no ambiente em que realizam os atos linguísticos (GNERRE, 1985, p. 3).

É importante lembrar que a língua começou a ser associada à escrita justamente em ambientes de poder. Os primeiros registros escritos de fala partiram primeiramente de príncipes, bispos, reis e imperadores. O poder que as falas dessas figuras imprimiam foi o que as fizeram fixar-se na forma escrita, isto é, aqueles discursos que mereciam ser registrados. Com isso, percebemos que já havia uma distinção hierarquizada dentro da própria linguagem. De um modo geral, as mudanças linguísticas operam de acordo com as mudanças históricas e sociais. Com a expansão colonial e com o poder centralizado nos países europeus, por exemplo, foram introduzidos os moldes da gramática greco-latina, ou seja, a língua se adequou aos falares de regiões economicamente mais fortes. Os processos de colonização fizeram com que a língua dos colonizadores fosse imposta aos povos colonizados. Soma-se a isto, que mudanças na língua acompanharam a dominação dos povos, ela transmitia todas as características sociais e culturais de um povo ao outro.

À vista disso, é factual que a linguagem é ainda um importante instrumento de segregação, impedindo a comunicação para grandes setores de informação. A exemplo disto, muitos documentos jurídicos são escritos através de uma linguagem arcaica que não pode ser compreendida por pessoas que não atinjam certo grau de escolaridade. Esse tipo de linguagem acaba por não atingir a população como um todo, sendo restritas a certas camadas sociais que acabam obtendo maior acesso a essas informações. Portanto, as línguas arcaicas (comunicações jurídicas, econômicas, políticas) são derivadas de uma linguagem impenetrável e se caracterizam por sua complexidade e imutabilidade. Para Gnerre (1985, p. 4), as línguas variam de acordo com as relações sociais, “uma variedade linguística ‘vale’ o que ‘valem’ na sociedade os seus falantes, isto é, vale como reflexo do poder e da autoridade que eles têm nas relações econômicas e sociais.”

Lélia Gonzalez contribui para esse pensamento ao trazer o termo “pretoquês” para as discussões sobre a linguagem brasileira. A alcunha é utilizada para designar as marcas da africanização do português falado no Brasil. Segundo ela, o caráter tonal e rítmico das línguas africanas aponta para um aspecto pouco explorado da influência negra, não só na formação linguística, como também na formação histórico-cultural brasileira. Para González (1988), há um véu ideológico do branqueamento que minimiza a importância da contribuição negra para a cultura brasileira. Nesse sentido, o racismo implica também na estratégia de fundamentar a internalização da superioridade do colonizador sobre os colonizados. A autora

constata que a dificuldade dos descendentes africanos de atingir uma consciência efetiva de sua própria identidade é perpassada pela linguagem. González (1988, p. 76) levanta a seguinte questão: “Quanto a nós, negros, como podemos atingir uma consciência efetiva de nós mesmos, enquanto descendentes de africanos, se permanecemos prisioneiros, ‘cativos de uma linguagem racista’?”

Questionamentos como esse são importantes para compreendermos que a distância, estabelecida e refletida nas próprias formas de manifestação da linguagem, é derivativa de um aspecto constituído através dos anos, devido às transformações históricas e culturais, e permanecem refletindo desigualdades do racismo estrutural manifesto na sociedade contemporânea.

Mesmo com essas barreiras, sociais e até mesmo linguísticas, o mito da educação, enquanto instrumento de mobilidade social, sobrevive e é facilmente aceito e vinculado, pois cumpre com um objetivo social. Ela não se dá por acaso, mas é parte integrante de uma estratégia que permite aos indivíduos atribuírem a esperança do sucesso acadêmico como garantia de sucesso social. Já em caso de fracasso social, o único a ser responsabilizado é o próprio sujeito. Entretanto, ao invés da instituição de ensino tornar-se um ambiente de transformação social na vida do aluno, a influência do social na vida do aluno afeta diretamente no seu desempenho e vida escolar, bem como na sua própria relação com a educação, o que, por sua vez, reproduz na vida social, gerando um grande ciclo reprodutor de desigualdades.

É provavelmente por um efeito de inércia cultural que continuamos tomando o sistema escolar como um fator de mobilidade social, segundo a ideologia da “escola libertadora”, quando, ao contrário, tudo tende a mostrar que ele é um dos fatores mais eficazes de conservação social, pois fornece a aparência de legitimidade às desigualdades sociais, e sanciona a herança cultural e o dom social tratado como dom natural (BOURDIEU, 2007, p. 40).

E, da mesma forma que sanciona desigualdades, a escola também pode ser responsável por legitimá-las:

Ao atribuir aos indivíduos esperanças de vida escolar estritamente dimensionadas pela sua posição na hierarquia social, e operando uma seleção que, sob as aparências da equidade, forma, sanciona e consagra as desigualdades reais, a escola contribui para perpetuar as desigualdades, ao mesmo tempo em que as legitima (BOURDIEU, 2007, p. 59).

A propósito, em complemento às informações supramencionadas, na visão de Bourdieu (2007), essa forma de garantir e perpetuar as desigualdades por meio de uma legitimação é garantida e advém do sucesso excepcional de alguns alunos, que escapam do destino que esse sistema reprodutor de desigualdades fornece aos indivíduos por ele eliminados. Cria-se, portanto, uma convicção ilusória de que o alcance do sucesso social se pauta exclusivamente em seu esforço, por intermédio do que Bourdieu denomina como “dons naturais”. Nas palavras do autor:

O sucesso excepcional de alguns indivíduos que escapam ao destino coletivo dá uma aparência de legitimidade à seleção escolar, e dá crédito ao mito da escola libertadora junto àqueles próprios indivíduos que ela eliminou, fazendo crer que o sucesso é uma simples questão de trabalho e de dons (BOURDIEU, 2007, p. 59).

Dessa forma, o sociólogo destaca a importância das condições sociais para os desenvolvimentos de certas competências. Com isso, ele desmistifica a ideia da existência de uma aptidão universal que é uniformemente distribuída a todos os membros da sociedade. Na verdade, essa organização se dá justamente ao contrário, o desenvolvimento de certas competências não depende de uma pura e simples aptidão, mas relaciona-se a um contexto social que permite dispor-se ao risco da derrota ou da vitória. Sendo assim, altos cargos ou cursos de maior prestígio exigem riscos altos que só podem ser bancados por quem é capaz de assumir tais riscos.

O autor ainda ressalta que os menos favorecidos nem mesmo têm acesso a certas opções, e não podem, sequer, descobrir os ramos mais rentáveis e cotados, senão com um atraso, muitas vezes, tão significativo que essas profissões de destaque perdem tais características e o ciclo vicioso da falta de oportunidades vai se consolidando. Soma-se a isso que a descoberta desses ramos por essas pessoas desprivilegiadas pode até mesmo destituí-los de seu valor simbólico. Do ponto de vista de Bourdieu (2007):

Em um domínio no qual, como em outros, a rentabilidade das aplicações depende consideravelmente do momento em que estes são efetuados, os mais desprovidos não são capazes de descobrir os ramos de ensino mais cotados – estabelecimentos, seções, opções, especialidades, etc. – senão com atraso, quando já estariam desvalorizados se, porventura, tal desvalorização não veio a acontecer pelo simples fato de se terem tornado acessíveis aos menos

favorecidos (BOURDIEU, 2007, p. 94).

De um modo geral, depreendemos que Bourdieu (2007) compreende a estrutura social por meio de um sistema hierárquico, garantido por poderes denominados como capitais. Esse sistema, por sua vez, é a garantia do funcionamento dos grupos sociais e direcionam o estilo de vida de seus integrantes. Contudo, o capital econômico pode influenciar no capital cultural, delimitando regras e valores que são seguidos pelos indivíduos. Logo, a educação acaba se tornando reprodutora de desigualdades, entretanto, o mito da educação como um fator de mobilidade social, tendo os casos excepcionais de sucesso como exemplo, ajuda a mascarar essa característica excludente da educação. Assim, o enunciado que afirma que “a vida não tem cotas” revela uma desigualdade existente e, principalmente, a impotência do sistema da educação frente a ela.

Foucault (1987), inclusive, procura abarcar as especificidades do sistema escolar quando traz uma crítica relevante ao sistema de ensino enquanto produtor de corpos dóceis. Por meio de sua reflexão sobre o poder disciplinar em ambientes como prisões, hospícios e escolas, ele estabelece uma crítica sobre os métodos que produzem corpos úteis e disciplinados para a sociedade. Segundo ele, a organização do espaço, do tempo e das capacidades, por meio da distribuição dos indivíduos no espaço, tem como principal objetivo evitar que esses indivíduos formem grupos desordenados. Para o autor, a sociedade "organizou uma nova economia do tempo de aprendizagem. Fez funcionar o espaço escolar como uma máquina de ensinar, mas também de vigiar, de hierarquizar, de recompensar" (FOUCAULT, 1987, p. 173).

Nas escolas, por exemplo, a organização de carteiras que colocam os alunos sob o olhar vigilante do professor, e sua distribuição conforme idade, rendimentos e comportamentos, tais como o regime de níveis e séries, geram um processo de hierarquização para premiar ou punir, de acordo com o desempenho. Outro fator a ser ressaltado é que o aluno não avança de série sem que as exigências da escola sejam atingidas, isto é, sem que o conhecimento proposto seja alcançado, entretanto, isso nem sempre acontece, gerando evasão escolar, bem como graves consequências ao desenvolvimento intelectual e psicológico no decorrer da vida do aluno. Além do espaço, o tempo também é um fator importante. Nas escolas, designa-se um horário para cada uma das atividades, não permitindo o ócio. Com

isso, busca-se uma maior produtividade.

E nesse conjunto de alinhamentos obrigatórios, cada aluno segundo sua idade, seus desempenhos, seu comportamento, ocupa ora uma fila, ora outra; ele se desloca o tempo todo numa série de casas; umas ideais, que marcam uma hierarquia do saber ou das capacidades, outras devendo traduzir materialmente no espaço da classe ou do colégio essa repartição de valores ou dos méritos. Movimento perpétuo onde os indivíduos substituem uns aos outros, num espaço escondido por intervalos alinhados (FOUCAULT, 1967, p. 173).

No ambiente escolar também ocorrem as punições, quando há um desvio do padrão estabelecido. Determina-se a postura que os escolares devem manter, enquanto é repellido o que disso se afasta. Dessa forma, tudo o que está em desacordo com o tipo de sujeito que se quer fabricar é repreendido, eliminando possíveis distorções. É estabelecido, então, um modelo padrão a que todos os alunos devem seguir. Por meio desse modelo, os indivíduos vão sendo subjetivados, tanto os que se adequam em parte a esses moldes, quanto os que não se encaixam nesses padrões.

É importante lembrar que, diferente de Bourdieu, para Foucault, o poder não é exercido unicamente por meio dos capitais, mas é fragmentado e distribuído em várias camadas da sociedade, o que justifica a razão de não ser facilmente repellido pelos dominados. É que cada dominado, em certo nível, também exerce o poder, pois é por ele perpassado. Segundo Foucault (1987), onde está presente o poder, também está a resistência, visto que o poder não é centralizado, mas exercido em sua multiplicidade, isto é, não apenas os professores, diretores, inspetores, como também os alunos exercem poder um sobre os outros, garantindo uma vigilância múltipla entre todos os membros envolvidos.

Diante dessas observações, indagamos que se a educação acaba se tornando uma reprodutora de desigualdades, que incumbência possuem as políticas para uma educação inclusiva, tais como as ações afirmativas, programas internos das próprias instituições de ensino, diretrizes e métodos que, de maneira geral, podem ser criados para modificar as desigualdades existente em nossa sociedade? Que papel possuem as pesquisas, grupos e centros, criados para amenizar desigualdades e propiciar um espaço de inclusão dentro de um sistema de ensino, cujo fluxo é perpetuar os desequilíbrios sociais?

No que diz respeito ao papel das instituições universitárias,

Wanderley (1983, p. 11) contribui com a resposta, mediante as seguintes considerações:

Serve normalmente à manutenção do sistema dominante, mas pode também servir à transformação social. Deve ter ampla autonomia para cumprir as suas finalidades, garantindo o pluralismo de ideias e a liberdade de pensamento. Em alguns países cumpre papel destacado na formulação da política científica e tecnológica, na crítica das teorias que informam o desenvolvimento e no fornecimento de subsídios para a sua implementação e execução. Em todas as sociedades, mas principalmente nas dependentes, cabe-lhe exercer tarefas urgentes de compromisso social.

Ou seja, embora tenham pouca força, esses métodos de resistência contribuem com o desenvolvimento de um espaço para que pensamentos diversificados possam ser debatidos. Por meio desses projetos, as instituições de ensino também podem exercer um papel de transformação social. Esses programas, com o auxílio das políticas públicas, não apenas são necessários como essenciais dentro do ambiente educacional, visto que as instituições tendem a, normalmente, reproduzir as desigualdades. Nesse sentido, reforçamos a importância de se preservar a autonomia da universidade para que assim ela possa cumprir com suas finalidades e garantir o espaço para o pluralismo de ideias e liberdade de pensamento que visem ao bem-estar coletivo.

### 3.2 FACULDADE É COISA SÉRIA, PARA POUCOS: SOBRE A INSTITUIÇÃO UNIVERSITÁRIA

Quando iniciamos a pesquisa sobre o racismo em universidades, um elemento que nos causou inquietação foi o fato de um ambiente tão amplo e múltiplo, que abarca inúmeras diversidades, pudesse, ao mesmo tempo, ainda comportar tal gama de pensamentos retrógrados. De fato, a universidade é composta por diversos sujeitos e possui uma pluralidade em sua constituição, isto é, é organizada em diferentes campos de saberes que possuem múltiplas finalidades. Entretanto, em busca de compreender em quais amarras o discurso racista ainda permanece atrelado, propomos pensar na universidade pelo viés institucional, ou seja, enquanto sujeita a um regime político social. Sob a existência desse regime, no interior da universidade, ocorre uma hierarquização de saberes, que designam valores não só aos campos de conhecimento, como também aos indivíduos neles inseridos. Sendo assim, objetivamos dar enfoque para essa parte mais estrutural, não tão fluida e diversa

quanto o capital humano que a compõe, mas ao qual esse capital humano permanece subjugado, produzindo poderes e resistências.

Essa faceta (regida por normas, políticas internas, sistemas, estruturas, entre outros), embora não esteja tão aparente, é parte crucial de seu funcionamento, pois define as normas do jogo. Ou seja, embora menos flexível, é um sistema que precisa de mudanças, a exemplo da política de cotas que interfere diretamente em seu sistema de seleção, que sem interferências externas permaneceria reproduzindo ainda mais desigualdades. Logo, antes de entender sobre o funcionamento e o impacto da política de cotas, primeiramente é necessário compreender o motivo de ela ter sido necessária. Como a universidade tornou-se uma instituição que necessitou dessas políticas? Mais do que se questionar por que foi necessário abrir espaços para membros que não tinham acesso a esse sistema de ensino, é necessário perguntar-se por que já era naturalizado o não acesso aos negros, em um país que sempre teve por maioria uma população negra.

Embora tratemos de grafitos encontrados em banheiros, o espaço referido neste estudo é, antes de tudo, um espaço acadêmico, ou seja, um ambiente caracterizado por ser um lugar de formação profissional e humana e por ter um papel vital na construção e avanço de qualquer sociedade. Dentro do nosso corpo de pesquisa, essa notória relevância do ambiente universitário é enfatizada de maneira que nos desperta uma atenção especial para um dos enunciados selecionados, por intermédio do dizer: “Faculdade é coisa séria, para poucos!”, conforme vemos na imagem que segue, encontrada em um banheiro do Centro de atividades didáticas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em 2018:

**Figura 11** – Grafito na UFMG



**Fonte:** [https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2018/10/19/interna\\_gerais,998718/pela-quarta-vez-banheiro-universidade-federal-frase-discriminacao.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2018/10/19/interna_gerais,998718/pela-quarta-vez-banheiro-universidade-federal-frase-discriminacao.shtml) Acesso em: 27 de dezembro de 2021.  
 Transcrição: Faculdade é coisa séria, para poucos! Pelo fim do mimimi e dos privilégios. (Desenhada bandeira brasileira) B17 (símbolo suástico).

E, de fato, se olharmos os antecedentes históricos em torno do surgimento e das transformações das universidades, podemos considerar que ela, por muitos anos, veio sendo para poucos, circulando em pequenos grupos que foram se tornando detentores do conhecimento nela produzido. Como caracteriza Souza (1996), surgidas como uma iniciativa da igreja católica, as universidades da Idade Média foram organizadas a fim de propiciar a liberdade para o estudo de temas universais, tal como o nome sugere. Derivadas de colégios cristãos e, portanto, já nas mãos de uma classe privilegiada, essas instituições de ensino superior obtiveram ainda mais destaque e prestígio após o século XII. Anos depois, mesmo desvinculadas da igreja ainda dependiam do aval do clero ou do governo para que pudessem exercer seu pleno funcionamento. No dizer do autor:

As Universidades são instituições medievais que surgiram nos séculos XI e XII. Nos primórdios da Idade Média havia escolas elementares e superiores, geralmente ligadas a uma instituição religiosa, dirigidas por um "Magister Scholarium" submetido à autoridade do bispo ou abade. Seu objetivo principal era a formação do clero para as tarefas litúrgicas (SOUZA, 1996, p. 42).

Já no Brasil, a universidade surgiu para atender às necessidades do Estado que recém transferia a sede do poder e da elite de Portugal para o Rio de Janeiro. De acordo com Souza (1996), o ensino era destinado para a formação de burocratas e especialistas para a produção de bens de consumo das classes dominantes e profissionais liberais. Em suma, buscava-se qualificar a classe dominante para o exercício do poder, aristocratização do saber, instrumentalização intelectual de profissionais liberais, bem como importar e aplicar modelos europeus no país. Apesar disso, segundo o autor, o Brasil, na época, não investiu em educação ou ensino técnico tanto quanto os países da Europa. Ou seja:

O perfil ideológico do Ensino Superior estruturado durante o Império estava bem definido: qualificação da elite para o exercício do poder, aristocratização do saber, profissionalização técnico-operativa e transplante de modelos europeus. A elite brasileira em processo de emancipação não investiu em Educação, muito menos em ensino técnico, como havia ocorrido na Europa; ou seja, a elite brasileira não transplantou as ideias europeias, apenas os seus modelos (SOUZA, 1996, p. 48).

Em outras palavras, a universidade é a instituição que forma, dentro de uma organização sistemática, os profissionais, técnicos e intelectuais de nível superior de que as sociedades necessitam. O termo universidade veio incorporando outras esferas do conhecimento como cultura, ciência, pesquisa, entre outros. Atualmente, esses aspectos compõem o que entendemos por universidade. Tal como outras instituições, a universidade também está sujeita a questionamentos que colocam em xeque se suas finalidades e ideários permanecem pertinentes para a sociedade atual. Como descrito por Wanderley (1983, p. 07):

O termo universidade está ligado a muitos outros – cultura, ciência, ensino superior, pesquisa, autonomia etc. – que devem ser conjuntamente compreendidos. Como inúmeras instituições sociais de nosso mundo, questiona-se se suas finalidades e seus ideais, tradicionalmente aceitos, permanecem válidos nos dias de hoje.

Sendo assim, embora tenha sido criada por uma elite aristocrática e de mérito, a universidade foi sofrendo transformações através dos tempos e buscando adequar-se às novas condições que lhe eram impostas pela realidade de determinada época. Nesse sentido, essas instituições de ensino tiveram que se adequar ao desenvolvimento econômico e social segundo as características peculiares de cada

nação. Entretanto, o autor destaca que a universidade sempre esteve atenta a teorias e métodos adotados no exterior, tendo sido fortemente influenciada por eles: “Em que pese o fato dela ter sido sempre forjadora de grupos críticos, no geral, sofreu e sofre decisiva influência da cultura europeia e a predominância atual da norte-americana” (WANDERLEY, 1983, p. 32).

Com o objetivo de contribuir para essa reflexão, encontramos em Bourdieu (2007) ensinamentos que dizem respeito à influência da cultura americana em algumas concepções adotadas. Segundo o sociólogo, reproduzimos facilmente os padrões sociais americanos, incluindo padrões que, comprovadamente, não obtiveram sucesso. Com esse método de reprodução e sem a devida reflexão podem surgir problemas, tais como reproduzir pesquisas e soluções espelhadas em comportamentos sociais de outros países, sendo que os problemas sociais operam a depender da cultura. Para ele, é necessário analisar as formas admitidas como naturais do que é nobre ou vulgar, pois então descobriremos que são sempre regidas pela legitimidade e pelo prestígio dentro de suas definições, isto é, essas categorizações não são classificadas com neutralidade.

Seria necessário analisar a forma que assume a divisão admitida como natural, em domínios nobres ou vulgares, sérios ou fúteis, interessantes ou triviais nos diferentes campos, em diferentes momentos. Certamente se descobriria que o campo dos objetos de pesquisas possíveis tende sempre a organizar-se de acordo com duas dimensões independentes, isto é, segundo o grau de legitimidade e segundo o grau de prestígio no interior dos limites da definição (BOURDIEU, 2007, p. 36).

Já Wanderley (1985) acrescenta que essa influência dominante é por sua vez também estratégica, na medida em que as áreas de interesse são apoiadas, enquanto as áreas que vão de encontro às suas propostas e objetivos são rejeitadas, gerando áreas mais e menos desvalorizadas. Isso quando a própria educação não vive um colapso se tornando pura e simplesmente mercadoria de troca, realidade frequentemente vista hoje em dia.

Neste processo, os setores dominantes desses países, ao se conscientizarem da significação estratégica – predominantemente da pesquisa teórica e aplicada – na produção e reprodução das relações sociais, na influência que ela tem na manutenção dos sistemas, passaram a apoiar o ensino e a pesquisa convenientes aos seus interesses e a combater os que criticavam e punham em questão a

sua validade. [...] Essa vinculação crescente das universidades com governos, empresas, grupos privados e setores militares aumentou os riscos de perda da autonomia universitária (WANDERLEY, 1985, p. 39).

De acordo com o mesmo autor, principalmente no que se refere aos países subdesenvolvidos, na geração e na má aplicação de recursos, a educação vem recebendo cada vez recursos mais escassos dos orçamentos governamentais. Uma saída defendida por muitos é transferir a responsabilidade do ensino para o setor privado. Para outros, a reivindicação é que a educação seja gratuita e pública para todos os níveis de ensino. Com ênfase no ensino superior, o que vemos é que, com raras exceções, as instituições universitárias de ensino privado apresentam baixa qualidade e custos crescentes para os alunos, quando não se transformam em puro comércio. Soma-se a isso o crescente aumento da valorização das ciências tecnológicas e a desvalorização das ciências humanas e sociais.

Esses campos das ciências têm sofrido muitos ataques da sociedade, por quem são muitas vezes minimizados e até mesmo desconsiderados. Entretanto, para o pesquisador, “o ensino deve balancear as exigências profissionais de caráter mais pragmático e utilitarista com as exigências de uma formação humanista e que propicie valores éticos fundamentais” (WANDERLEY, 1985, p. 41).

Portanto, segundo Wanderley (1985), a universidade tem a função de produzir e difundir conhecimento e de propiciar um contato sistemático com a cultura universal<sup>17</sup>, porém sempre tendo em mente as especificidades da cultura a qual está inserida. É nela, ainda que não exclusivamente, o lugar de estudo das culturas locais e nacionais, das civilizações, dos conceitos, leis, teorias, pensamentos, de autores antigos, dos clássicos e contemporâneos que marcaram de forma significativa os ramos do saber. Além disso, se a universidade em seus primórdios já representava um papel de produzir e difundir elementos dessa cultura universal, atualmente, ela também é um ponto de ancoragem na rede de informações exibidas diariamente e de forma tão ostensiva.

Em outras palavras, a universidade é funcionária do conhecimento, e

---

17 Entendemos por cultura universal um meio de construção de informação com o fim de gerar conhecimento e desenvolvimento para a sociedade. Não pensaremos aqui a questão de cultura universal como a cultura daqueles que detêm os meios de produção e dominam as formas universais que são consideradas padrões de comportamento a serem seguidos e que buscam moldar uma determinada sociedade, mas sim como uma ferramenta com a qual a sociedade pode aprender e construir conhecimento.

tem a missão de colocá-lo a favor da sociedade, de maneira assertiva. Comprometida com o ensino desse conhecimento, a instituição enfrenta muitas dificuldades, não somente em relação à sociedade, como dentro de seu próprio sistema institucional. Isto porque, como qualquer outra instituição, está sujeita a diversos condicionamentos políticos, econômicos e sociais.

Essa reflexão é importante na medida em que nos ajuda a pensar sobre o papel da universidade em relação à sociedade. Sendo assim, podem emergir os seguintes questionamentos: em que medida essa detenção do conhecimento que a universidade possui pode contribuir ou oprimir? Enquanto ela direciona conhecimentos de forma segregacionista e detém não só as próprias informações, como também os instrumentos que legitimam o acesso de determinadas informações para determinados membros, em que momento ela deixa de ser prestadora de serviço para um bem-estar social e passa a ser um ambiente excludente?

Segundo Rezende (1984), qualquer atividade política que se define pela luta do poder, mesmo em forma de saber, deve ser orientada para a promoção do bem comum, para que evite, assim, a cilada da dominação e da opressão dos dominados pelos dominantes. Logo, as políticas internas da universidade são importantes na medida em que elas possibilitam o exame da própria estrutura da instituição, ampliando o que se pode entender por cultura universal. Revisando, criticando e examinando, tudo o que é mascarado como forma de saber, para que não possa ser usado para a dominação. Nisso infere-se uma função social para o saber produzido, de servir e não de dominar, bem ao contrário do que pôde revelar os discursos racistas dos grafitos comentados nesse trabalho, propiciando ao sujeito a liberdade e não a sujeição de qualquer que seja a dominação ou padrão.

No caso específico da comunidade universitária, e da política universitária, trata-se de examinar, criticar e recusar as formas, processos e situações que de fato significam igualmente um esquema de dominação, muito embora escudada no saber. A função social do saber, também ela, é de servir e não de dominar. Um saber para a liberdade e não para a sujeição (REZENDE, 1984, p. 75).

Outra crítica assertiva feita por Rezende (1984) diz respeito às consequências da manipulação das informações e detrimento do conhecimento. Segundo ele, essa forma de monopolizar o saber é um instrumento de dominação e impede uma participação ativa da comunidade. O pior é que esse é um instrumento

conhecido e muito utilizado na ação política, isto é, os detentores do poder político usam essa informação em benefício próprio, o que é revelado e o que é escondido opera de acordo com os interesses políticos.

É de se refletir que na época do governo PT muito se divulgou sobre a expansão universitária, sobre a política de cotas, entretanto, pouco se falou dos problemas enfrentados após essa conquista. Atualmente, quase nada se fala sobre as ações afirmativas e de democratização do saber, volta-se a divulgar o mito da hegemonia racial, da necessidade de focar para um ensino mais técnico, principalmente para as classes menos favorecidas, entre outros. Em suma, mais importante do que observar os saberes que circulam atuando como verdades, é tentar identificar o que está sendo escondido e negligenciado, pois, por trás, há certamente interesses políticos e econômicos operando.

A manipulação das informações, a não democratização do saber (no duplo sentido da palavra: como ciência e como informação) acaba sendo um dos piores instrumentos de dominação, em detrimento de uma participação mais democrática de toda a comunidade. O mais grave é que a arte de ocultar, de monopolizar as informações passou a ser considerada uma característica importante da ação política. Entenda-se: uma maneira de os detentores do poder político utilizarem as informações em proveito próprio, em detrimento de sua socialização (REZENDE, 1984, p. 76).

Rezende (1984) também reflete de maneira assertiva quando discorre sobre os discursos oficiais que operam como verdades em nossa sociedade. Para ele, esse discurso é incompleto, pois não inclui os discursos de minorias, os discursos dos dominados, como ele classifica. Logo, esse discurso tem que operar de forma totalitária, pois ele é incompleto e o sabe que é. Tais discursos impõem seu conhecimento de forma dominante e excludente. A partir dessas afirmações, a tarefa da universidade é de mostrar a falsidade do discurso dominante, expondo suas incompletudes. Podemos intuir que um dos papéis da universidade, diferente de outras instituições, é também se posicionar de maneira crítica frente ao sistema que a rege. Para Rezende (1984, p. 79):

O discurso oficial dominante é sempre um discurso truncado, incompleto, e que só pode ser completado pelo sentido que lhe *falta*, na falta que a vida dos dominados faz ao sistema de dominação. A ação cultural é utópica porque busca precisamente o sentido que falta. Mas levar em conta esse sentido é precisamente negar o sentido incompleto, o sentido parcial, que, no entanto, se apresenta como

total. Por isso, o discurso dominante é necessariamente totalitário, impondo a parte como se fosse o todo. [...] Neste particular, uma das tarefas culturais mais urgentes da universidade, com todas as consequências políticas dela decorrentes, é mostrar a falsidade – epistemológica e ideológica – do discurso oficial dominante.

Vimos que a universidade tem um papel crucial no desenvolvimento da sociedade, não somente enquanto produtora de força operária, visto que ela poderia ser substituída enquanto produtora de mão de obra para o mercado de trabalho por outros setores, como escolas profissionalizantes ou técnicas. Também não somente enquanto instituição de pesquisa, já que as pesquisas especializadas poderiam ser feitas pelas próprias indústrias ou empresas.

O fato é que nenhuma instituição pode assumir o papel da universidade enquanto uma instituição de produção e ação cultural. Sob essa perspectiva, assim como as reflexões propostas por Rezende (1984), acreditamos que se faz necessário um projeto de ação global que, garantindo sua autonomia, insira a universidade num contexto que atue em conjunto com outras instituições e setores da ordem social, uma vez que ela também não poderia se modificar isoladamente, esperando que cada um desses setores atue em benefício uns dos outros.

Concluimos que, no decorrer dos anos, a universidade tem tido a função de transmitir o saber humano, embora sacudida pelas transformações históricas e tendo que acompanhar as inovações e os processos e estruturas sociais da humanidade, ela se manteve persistente nessa missão. Atualmente, enfrenta resistências, principalmente diante de forças que tendem a permanecer conservadoras. Entretanto, é importante lembrar que a universidade é parte de um contexto global e inclusivo que a determina e com o qual ela também pode colaborar na manutenção ou na transformação. Por isso, visto que sua influência social tem sido pequena e de tendência conservadora, insistir nos raros projetos de inovação e nas ações concretas de mudanças faz-se mais que necessário.

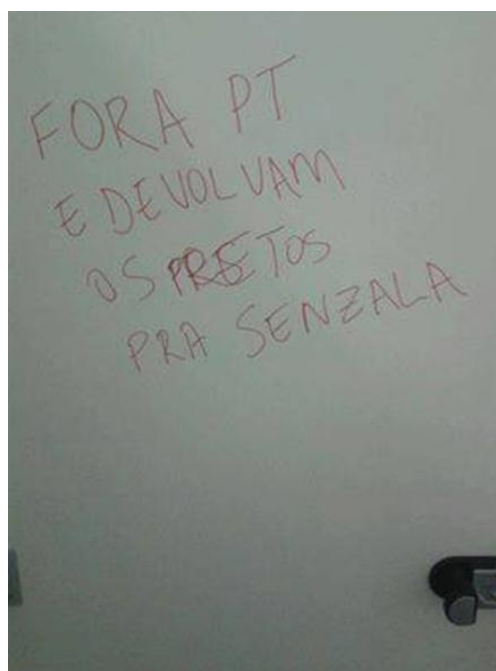
### 3.3 FORA PT E DEVOLVAM OS PRETOS PARA A SENZALA: A EXPANSÃO UNIVERSITÁRIA DE NEGROS NO GOVERNO PETISTA

Em uma sociedade democrática é natural que em períodos eleitorais ocorram debates políticos que visem expor ou esclarecer ideias divergentes, transpondo medidas a serem adotadas em prol do país nos anos que virão. No Brasil,

o período entre 2015 e 2018 foi marcado por uma época de disputas partidárias, fomentado por debates e discussões acaloradas entre os dois candidatos de maior apoio popular. Em um cenário que sucedeu os 14 anos do governo petista no poder, e o impeachment de Dilma Rousseff, que consistiu em um processo iniciado com vistas ao impedimento da continuidade de seu mandato, grandes expectativas se criavam acerca dos rumos que o país tomaria nos próximos anos.

Nesse sentido, o debate reverberou também nos discursos circulados em paredes de banheiros, e os nomes de partidos e políticos que expressassem (ou não) ideais de seus apoiadores foram marcados nas paredes dos banheiros das universidades brasileiras. Elementos como número do candidato, nome e partido político dos candidatos estiveram presentes nesses enunciados, como podemos ver na figura abaixo:

**Figura 12** – Grafito na universidade Mackenzie



**Fonte:** <https://falauniversidades.com.br/caso-de-racismo-no-mackenzie-provoca-manifestacao-de-alunos/> Acesso em: 27 de dezembro de 2021.

Transcrição: Fora PT e devolvam os pretos pra senzala.

O enunciado supracitado pede não só o fim do governo petista, fazendo referência a uma situação política atual, como também o retorno do indivíduo negro a uma posição social anteriormente ocupada na época da escravização. A tentativa de deslocamento do indivíduo negro para uma posição inferiorizada torna o enunciado racista. Neste caso, a senzala não constitui somente uma referência a uma

posição ocupada há séculos, mas pode também representar qualquer posição desfavorecida e desvantajosa ocupada atualmente. Quando diz respeito ao espaço universitário, a senzala representa principalmente a insatisfação da presença do negro naquele espaço. Todavia nos indagamos: qual o motivo de direcionar o enunciado justamente ao Partido dos Trabalhadores (PT)? Quais as relações existentes entre o acesso do negro às universidades e o partido político em questão?

Uma das marcas do sistema governamental que liderou o Brasil por 14 anos foi o investimento na educação. De acordo com Gentili e Oliveira (2012), no livro *Dez anos de governo pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*, Luiz Inácio Lula da Silva, seguido pela presidenta Dilma Rousseff, defendeu e pôs em prática a ampliação de oportunidade e de acesso aos membros mais desprivilegiados da população brasileira. Ainda antes de sua eleição, o principal representante do partidotrabalhista, estabeleceu um projeto que buscou o exercício do direito de todos à educação. Nas palavras do autor:

O presidente Lula destacou sempre que uma das marcas de seu governo devia ser a ampliação das oportunidades de acesso e permanência no sistema educacional dos mais pobres, dos ignorados e postergados pelas políticas de privilégio e exclusão que as elites construíram em boa parte da história brasileira. Uma política educacional de qualidade para os excluídos, que faça do direito de todos à escola seu horizonte e seu desafio. Uma política educacional em busca da igualdade negada ao povo brasileiro (GENTILI; OLIVEIRA, 2013, p. 253).

O programa denominado *Uma escola do tamanho do Brasil* fomentou o desejo de transformações diante dos dez anos de políticas neoliberais do governo de Fernando Henrique Cardoso e dos vinte anos após o fim da ditadura. A educação foi então colocada no cerne do debate político, e os anseios por justiça social e democracia aumentavam cada vez mais. Segundo Gentili e Oliveira (2012), movido pelos ideais da esquerda que consideravam a educação um direito social indispensável, o PT associou a luta pelos direitos educacionais à luta contra as desigualdades. Logo, movimentando a educação para o centro dos movimentos de transformação da injusta distribuição de renda e retomada do crescimento econômico. Talvez, por essa razão, a ideia de educação e de ascensão social estejam ainda hoje tão intrínsecas, principalmente dentro dos debates políticos.

Certamente, não somente na educação básica, mas também na

educação superior, ocorreram significativas mudanças. Segundo informações disponíveis no portal do Ministério da Educação (MEC), as ações incisivas, como o Programa Universidade para Todos (PROUNI), concederam bolsas de estudo integrais e parciais em instituições privadas de ensino superior, tendo como foco um grupo específico de estudantes brasileiros em situação de pobreza. Soma-se a isto, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), que expandiu e interiorizou a educação pública, e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) que possibilitaram o aumento das vagas nas universidades públicas e privadas. Dessa forma, o crescimento da educação superior no Brasil passou de 2 milhões de matrículas, em 1998, para mais de 6,7 milhões em 2012. Essas medidas possibilitaram que, mediante comprovação de renda dos estudantes, os aspirantes a bolsas integrais e parciais, finalmente, alcançassem o ensino superior, até então, restrito a uma camada mais privilegiada da população brasileira (“para poucos”).

Além dos impactos que as políticas públicas contra as desigualdades sociais causaram diretamente nas desigualdades raciais, ainda segundo os estudos de Gentili e Oliveira (2012), outra política que incentivou a promoção da igualdade no ensino superior direcionada à população negra foi a Lei n. 12.711/2012, a qual institui cotas nas universidades públicas federais e nos institutos técnicos federais<sup>18</sup>. A lei, aprovada por unanimidade no Congresso Nacional, destinou 50% das vagas nas universidades aos estudantes de escola pública, levando em conta o recorte de renda e raça. Essa política consolidou o processo de expansão universitária e proporcionou que os governos de Lula e Dilma ficassem reconhecidos como os que mais promoveram a democratização do ensino superior na história do Brasil.

Logo, o percentual de estudantes não brancos ingressantes no ensino superior subiu de forma otimista, o que também possibilitou que, posteriormente a 2018, a população negra fosse, pela primeira vez, a maioria dos matriculados na educação superior. Costa (2012) aponta em um artigo do site "Agência Brasil" o resultado de uma pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)<sup>19</sup>,

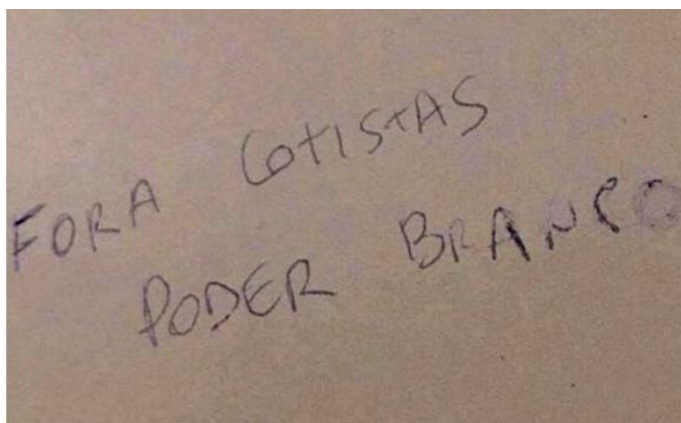
---

18 As cotas raciais são reservas de vagas em vestibulares, provas e concursos públicos destinadas a pessoas declaradas pretas ou pardas. A consolidação das cotas aconteceu com a lei n° 12.711 de agosto de 2012, conhecida como Lei de Cotas. Fonte: <https://www.politize.com.br/cotas-raciais-no-brasil-o-que> Acesso em: 01 de maio de 2021.

19 Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br> Acesso em 09 de fevereiro de 2022.

destacando o crescimento do total de negros em universidades no período apontado. Assim, vemos nos enunciados racistas uma reprovação quanto a essa política, pedindo o fim da medida. Conforme a imagem a seguir.

**Figura 13** – Grafito encontrado na UFPR



**Fonte:** <https://www.brasil247.com/regionais/sul/mensagem-neonazista-e-encontrada-em-banheiro-da-ufpr> Acesso em: 15 de novembro de 2022.

A política de cotas raciais não agradou a todos na época em que foi instaurada. Alguns tendem a crer que a medida seria responsável por promover o preconceito, mais do que saná-lo. Anos antes da aprovação das cotas raciais, o jornalista Ali Kamel, por exemplo, publicou uma série de artigos sobre as cotas no jornal *O Globo*. Movido pela ideia de que os projetos que instituíram as cotas raciais pudessem dividir o Brasil em duas cores, publicou o livro *Não somos racistas*, publicado em 2006, além de desacreditar que o Brasil seja um país racista, pois acreditava que casos isolados de racismo não podem caracterizar o país como tal.

Do ponto de vista do autor, o problema majoritário do país é o preconceito contra pobres em geral (denominado por ele de “classismo”), e isso opera aquém da denominação racial. O livro de Kamel também tece críticas aos movimentos em prol das cotas e às ciências sociais, os quais fomentam a ideia de uma nação bicolor. Para ele, a lei poderia ser ofensiva a um determinado grupo e, com preocupação ao sentimento de preterimento que as cotas raciais poderiam causar em quem não fosse contemplado por elas, o autor argumenta:

Num país em que ninguém sabe ao certo quem é branco e quem é

negro, a medida é de difícil aplicação. Mas o pior é que ela poderá ser um estímulo para o surgimento de rancores em grupos e pessoas que se sintam preteridas, algo que desconhecemos até aqui. [...] O que tenho cada vez mais claro é que, no Brasil, o maior preconceito é contra os pobres em geral, não contra indivíduos dessa ou daquela cor (KAMIL, 2006, p. 112).

Quem nos dera tal pensamento ocorresse de maneira isolada, motivada pelas incertezas do que a Lei n. 12.711/2012 causaram na época, entretanto, mesmo dez anos após o surgimento da lei, esse julgamento permanece em circulação e vem ganhando força nos últimos anos. Em todo o caso, é importante estabelecer que a política de cotas é sim, em sua essência, uma modalidade de discriminação, isto é, uma discriminação positiva. A discriminação pode ser considerada tanto positiva quanto negativa, ocorrendo de maneira positiva quando possibilita a atribuição de tratamentos diferenciados a grupos discriminados com o objetivo de corrigir desvantagens historicamente construídas. Como caracteriza Almeida (2019, p. 34):

Ainda sobre a discriminação, é importante dizer que é possível falar também em discriminação positiva, definida como a possibilidade de atribuição de tratamento diferenciado a grupos historicamente discriminados com o objetivo de corrigir desvantagens causadas pela discriminação negativa – a que causa prejuízos e desvantagens. Políticas de ação afirmativa – que estabelecem tratamento discriminatório a fim de corrigir ou compensar a desigualdade – são exemplos de discriminação positiva.

Portanto, a política de cotas é considerada uma discriminação positiva, pois ela busca correção de uma desigualdade historicamente construída. É comum que em tais medidas o Estado intervenha, criando formas de estabelecer uma situação desigual para equilibrar, futuramente, uma desigualdade atual. É importante também lembrar que, segundo o decreto N° 65.810<sup>20</sup>, de 8 de dezembro de 1969, no que diz respeito à Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial, as medidas temporárias tomadas contra a desigualdade de grupos menos favorecidos não podem ser consideradas como formas de preconceito. Ou seja:

---

<sup>20</sup> Decreto 65.810 disponível no site: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1950-1969/D65810.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D65810.html). Acesso em: 01 de junho de 2021.

Não serão consideradas discriminação racial as medidas especiais tomadas com o único objetivo de assegurar progresso adequado de certos grupos raciais ou étnicos ou de indivíduos que necessitem da proteção que possa ser necessária para proporcionar a tais grupos ou indivíduos, igual gozo ou exercício de direitos humanos e liberdades fundamentais, contanto que, tais medidas não conduzam, em consequência, à manutenção de direitos separados para diferentes grupos raciais e não prossigam após terem sido alcançados os seus objetivos (BRASIL, 1969, Art. 65.810).

Não limitando-se às desigualdades raciais, a discriminação positiva pode ocorrer também em desigualdades de gênero, por exemplo. Em “Discriminação positiva, ações afirmativas: em busca da igualdade” (Ligocki et. al, 1995), encontramos o grupo CFEMEA (Centro Feminista de Estudos e Assessoria), responsável por promover um estudo apontando medidas de ação afirmativa mediante a discriminação positiva, realizadas em instituições de diversos países. Dentre algumas ações trazidas pelo estudo, destacam-se as seguintes: 1. Na França, em 1982, o banco SOFINCO, após negociações com as organizações sindicais, propôs a correção de desigualdade salarial e o desenvolvimento da promoção interna feminina. 2. Na Alemanha, em 1982, a prefeitura de Hamburgo criou um curso de expansão, recrutamento e promoção de mulheres para os postos nos quais os homens estavam representados. 3. Na Dinamarca, em 1988, a empresa Danmarks Radio estabeleceu uma participação de cota de 40% de mulheres como trabalhadoras de sua empresa.

Como complemento, o mesmo estudo que trouxe as reflexões desses exemplos ao redor do mundo, também expressa o seguinte esclarecimento a respeito dessas medidas:

Estes projetos atuam controlando e proibindo discriminações no acesso ao trabalho, na orientação profissional, na formação e no aperfeiçoamento, além das discriminações nas condições de trabalho, na remuneração, no enquadramento profissional, nas atribuições das qualificações, e inibindo aquelas que atuam na saída, no afastamento e na transferência de emprego. Contemplam, também, medidas jurídicas de reequilíbrio de desvantagens, isto é, medidas que possam servir para favorecer quem estava até então discriminado social ou culturalmente. Nestes casos fala-se de desvio justificado frente a igualdade formal (LIGOCKI et. al, 1995, p. 26).

Desse modo, esses projetos consistem em ações provisórias que promovem medidas vantajosas para grupos menos favorecidos, com o intuito de controlar ou proibir discriminações de acesso ao trabalho, à qualificação, à formação

profissional etc. Portanto, entendemos que é insuficiente, frente às diversas realidades sociais, tratar os indivíduos de forma genérica, geral e abstrata. Logo, a falta de ação frente a essa percepção torna-se também uma grande reprodutora de desigualdades.

Entendemos que a década passada foi reconhecida como uma das mais significativas quando diz respeito à educação brasileira, de maneira específica à educação superior. Sobretudo para a população mais carente, composta principalmente por pessoas não brancas, os programas e ações do governo tiveram e ainda têm importantes contribuições para colocar a educação no cerne da questão, como um direito humano fundamental para todas as classes. Ainda assim, apesar dos avanços em termos de direitos, a população negra tem muitos desafios a serem enfrentados. Nesse sentido, o enunciado “poder branco” pode revelar bem mais do que a injúria de uma raça em relação à outra, mas, igualmente, revelar que as posições de poder e privilégio ainda se encontram em mão brancas.

Logo, tanto a falta de representatividade, como problemas mais sociais como a evasão escolar, que impacta diretamente o desenvolvimento da educação, são exemplos que demonstram como a chegada do negro no espaço universitário não aconteceu de maneira fluida e tranquila, como facilmente se possa pensar. O espaço universitário foi e ainda é um lugar que, aos poucos, vem sendo conquistado em meio a uma incessante luta contra as numerosas tentativas de retrocesso.

### 3.4 PRIVILEGIADO? O NEGRO NO ESPAÇO ACADÊMICO

Retomemos o enunciado presente no tópico 2.3: “Faculdade é coisa séria, para poucos. Pelo fim do mimimi e dos privilégios.” Na segunda parte do enunciado, o negro é colocado em posição de privilegiado. Já discorremos a respeito da educação, das universidades e da expansão universitária que ocorreu nas últimas décadas, mas é importante deitarmos um olhar crítico ao que ocorreu depois, isto é, refletir sobre o papel do negro dentro desse espaço recém alcançado. Conforme mencionado, sabemos que em seus primórdios as universidades constituíam-se em espaços destinados a membros da elite cujo objetivo era a produção de profissionais e intelectuais de que a sociedade necessitava.

Tendo em vista como a universidade veio se modificando ao longo dos anos, percebemos que o acesso ao conhecimento sempre foi destinado a um

grupo dominante, elitizado e prestigiado. No que se refere à figura do negro, principalmente, o acesso à educação ainda não é visto, na sua plenitude, como direito, mas sim como um privilégio. Quando refletimos que a abolição da escravidão no Brasil só aconteceu em 1888, ou seja, 80 anos após o surgimento da primeira universidade, percebemos que os negros em termos de direitos sociais já se encontram em certa posição de desvantagem.

Esta desvantagem reverbera nas bases da universidade contemporânea. A autora Marilena Chauí, no livro *Escritos sobre a Universidade*, alerta para algumas reflexões que nos ajudam a compreender e a refletir sobre aspectos políticos do espaço universitário. A autora caracteriza que a universidade “é parte integrante e constitutiva do tecido social oligárquico, autoritário e violento” (CHAUÍ, 2001, p. 37). O texto de Chauí tem um caráter altamente crítico e político, acompanhando o percurso histórico e a influência deste trajeto na construção da universidade contemporânea. Com Chauí, percebemos que a universidade necessita de novas propostas, para que esses antigos moldes que reproduzem um sistema de desigualdade social sejam reformulados, visto que esses modelos são pautados em uma organização que descende de uma sociedade colonial e escravista. Por isso, as propostas sugeridas pela autora para uma reforma alternativa às de caráter neoliberal, mercantilista, e empresarial estão baseadas em práticas democráticas radicais, com envolvimento e discussão de soluções entre os diversos atores (professores, alunos, funcionários e todas as classes sociais). Nas palavras da filósofa:

Conservando as marcas da sociedade colonial escravista, ou da chamada "cultura senhorial", a sociedade brasileira é marcada pelo predomínio do espaço privado sobre o público e, tendo o centro na hierarquia familiar, é fortemente hierarquizada em todos os seus aspectos: nela, as relações sociais e intersubjetivas são sempre realizadas como relação entre um superior, que manda, e um inferior, que obedece (CHAUÍ, 2001, p. 13).

A relação entre a qualidade de ensino público (fundamental e médio) com as exigências de ingresso, adotadas pela universidade pública, reforça as desigualdades sociais e dificulta o acesso dos menos favorecidos ao ensino superior público. Chauí fomenta que essa realidade vem sendo aceita passivamente pelas universidades. Para ela, o sucateamento do ensino público e a privatização da educação acabam reforçando privilégios ao colocar o ensino

superior público a serviço de classes e grupos mais abastados. Isso se deve pela dificuldade de relacionar diretamente a universidade às realidades sociais, fomentando questionamentos sobre essas relações. Segundo os pressupostos da autora:

Frequentemente, ouvimos uma pergunta: “qual é ou qual deve ser a relação da universidade com a sociedade?”. Ou, então, esta outra: “como inserir a universidade na sociedade?”. Essas perguntas são curiosas. De fato, se indagamos pela relação entre universidade e sociedade ou pelo modo de inserção da primeira na segunda, estamos pressupondo que a universidade teria alguma realidade extra-social e política. Em outras palavras, estamos supondo que há duas realidades e que precisamos saber como se relacionam. Ora, a universidade é *uma instituição social*. Isso significa que ela realiza e exprime de modo determinado a sociedade de que é e faz parte. Não é uma realidade separada e sim uma expressão historicamente determinada de uma sociedade determinada (CHAUÍ, 2001, p. 35, grifo do autor).

Retomamos esses pressupostos para enfatizar como o racismo estrutural afeta as instituições, tal como as de ensino básico. Como expresse anteriormente, o racismo institucional também é reflexo de estruturas sociais e econômicas que regem a sociedade contemporânea. Nisso, tem a universidade, tal como todas as outras instituições, um fluxo natural para a reprodução dessas desigualdades. Para Almeida (2019), os conflitos raciais são parte dessas instituições. O racismo institucional, embora menos evidente, não é menos destrutivo. Ele emerge através das relações de força que são estabelecidas e respeitadas pela sociedade e recebem muito menos condenação pública do que o racismo individual, ou seja, daqueles indivíduos que cometem atos discriminatórios.

Todos esses elementos fazem das universidades ambientes próprios para determinados grupos e hostis para outros. O racismo institucional é reflexo de uma sociedade que tem na sua base um racismo enraizado, e a universidade é uma instituição que acaba reproduzindo esse racismo de maneira “natural”. Por isso, é necessário haver políticas públicas que combatam essas desigualdades dentro do sistema e propostas que reflitam sobre as estruturas e as desigualdades sociais no espaço universitário. Tais medidas vêm justamente ao encontro de propostas que buscam repensar também a questão do próprio racismo institucional, uma vez que esses lugares socialmente desfavorecidos ainda são, majoritariamente, ocupados por pessoas não brancas na sociedade brasileira.

Mas, uma vez que as políticas públicas, tais como a de cotas,

continuam em vigor, possibilitando a inserção do negro no espaço universitário, cabe-nos pensar a respeito da permanência desse sujeito universitário dentro deste sistema de ensino. Podemos, inclusive, chegar à conclusão de que, mesmo com a presença dos que urgem por melhorias nas políticas de inclusão, essa colocação não ocorre de maneira fluida. Atualmente, se pensarmos em intelectuais negros, principalmente fora do campo das ciências humanas, dificilmente lembraremos um nome de prontidão. E isso é algo para se refletir.

Na verdade, quando se trata de figuras aclamadas, é mais fácil lembrarmos de negros no campo dos esportes, ou até mesmo, nas artes, do que no da produção intelectual e científica brasileira. O alcance do negro nas universidades não necessariamente passa a validar o saber produzido por ele naquele espaço. Embora, pela primeira vez na história do Brasil, sejam maioria no ensino superior, no mundo do reconhecimento intelectual, a desvantagem ainda é imensurável.

É o que também reflete Lima (2001) ao dizer que, dentro do espaço universitário, tendo a percepção de sua posição social, o negro saberá que essa consciência lhe autoriza a falar das desigualdades raciais, entretanto, entenderá que sua fala é limitada, uma vez que, antes de ser agente reflexivo, é objeto científico. Logo, seu grau de incorporação em tais reflexões espreita seu grau de incorporação da objetividade que é proposta e esperada pela base científica universal. Operando como a autoridade que o protege enquanto intelectual, a figura do negro se atém a essa objetividade, havendo de silenciar os mais profundos desejos de reversão das desigualdades, de inconformidades com seu próprio meio social, diante das injustiças sociais.

Essa voz, abafada entre tantas outras, esse negro busca seu reconhecimento não podendo extrapolar os limites estabelecidos dentro do rígido sistema acadêmico composto por uma branquitude que anos antes lhe impunha as rédeas de um sistema escravocrata que o privava de sua liberdade. Esse percurso faz

com que o espaço do negro dentro da academia seja, ainda hoje, de negação e ausência, muito mais do que de receptividade. As reflexões trazidas por Lima (2001), mediante os seus estudos e experiências sociais, são importantes e extremamente relevantes para observarmos as diferentes óticas de uma mesma problemática. É válido ressaltar que não o tomamos como representante de todos os indivíduos negros, mas como parte integrante desse corpo plural, que compartilha as mesmas realidades impostas em um sistema que o apaga e desvaloriza o seu conhecimento.

Nesse sentido, a universidade torna-se um espaço onde o negro é mais observado do que ouvido, um lugar no qual ele é abafado por outras vozes, tendo sua ancestralidade silenciada, não permitindo exercer suas individualidades devido aos moldes que lhe são impostos. Enfim, a universidade é dos mais significativos espaços em que a voz do negro é silenciada, ou negligenciada. Percebendo nessa reflexão a abertura de um olhar que parte da posição de objeto e assume a posição de agente.

Minha voz subalterna fala então não apenas de uma opressão econômica e racial, mas também de um passado histórico de inacessibilidade a campos de saber e poder legitimados, da contenção de símbolos e valores negro-africanos, da restrição à palavra e da dificuldade do uso de categorias e conceitos que traduzam a minha experiência como intelectual negro na academia brasileira (LIMA, 2001, p. 284.).

Na reportagem do *Canal Futura*<sup>19</sup> em 2019, profissionais da educação discutem sobre o aumento do número de negros no ensino superior. Eles garantem que, embora tenham um motivo para celebrar, ainda há muitas dificuldades que envolvem essas mudanças, principalmente, se levarmos em conta que o país é de maioria negra. Um dos pontos para se pensar é sobre um grande ingresso dos negros em certos espaços e cursos e não em outros. Por exemplo, os negros costumam ser maioria em cursos voltados às ciências sociais e cursos de licenciatura, enquanto cursos como medicina, arquitetura, entre outros, permanecem com pouca representatividade, isto é, as carreiras mais concorridas e com maior remuneração ainda carecem de diversidade.

Essas discrepâncias causam consequências para a sociedade, pois

---

<sup>19</sup> Entrevista disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1VB63VXkSE4> Acesso em: 01 de fevereiro de 2022.

tal representatividade não é alcançada em seu todo. Além do mais, se levarmos em conta que a maioria desses ingressantes vieram de ensino público, mesmo que alcancem esses espaços, acabam já entrando no ensino superior em desvantagem, principalmente quando comparados àqueles que vieram de escolas particulares. Soma-se a isso o fato de que a maioria também precisa conciliar o ensino superior e o mercado de trabalho, tornando inviável o ingresso em cursos de períodos integrais, por exemplo.

Outro fator pontuado na reportagem diz respeito à síndrome do impostor<sup>20</sup> que ocorre principalmente no que diz respeito às relações interpessoais. Nesse caso, os indivíduos se sentem excluídos, mesmo inseridos nesse espaço, visto que eles não têm referências próximas de pessoas que tenham alcançado essas posições, ou ainda, não possuindo representantes dentro dos próprios cursos, tais como colegas e professores. Logo, é importante o aluno sentir-se pertencente à instituição para o seu desenvolvimento acadêmico.

A representatividade garante uma produção de conhecimento pluralizada e tem contribuições significativas que garantem mudanças nos currículos de cursos que têm por predominância o saber hegemônico e acaba não dando lugar a outros conhecimentos. Diante de um mundo globalizado, surge cada vez mais a necessidade de abandonarmos a centralidade desse referencial eurocêntrico e voltarmos o olhar, também, para outros conhecimentos.

É válido lembrar que muitos conhecimentos que saem da África só acabam ganhando força e relevância quando apossados por outros países da Europa. Os conhecimentos são os mesmos, mas há essa hierarquização de saberes diante do espaço no qual são produzidos e compartilhados. Logo, o saber só tem importância mediante a posição social que o corpo que o produz ocupa. Sendo assim, é importante a participação de negros, também, em outros espaços, promovendo, assim, várias formas de pensamento e, conseqüentemente, de saberes.

Concluimos o capítulo ressaltando que a universidade, enquanto instituição inserida em um contexto social, político e econômico, reflete as desigualdades e acaba reproduzindo de forma “natural” o que já se encontra no sistema estrutural da sociedade. Nisso, os dizeres encontrados seguem

---

22 Denomina-se síndrome do impostor o distúrbio psicológico que acomete o indivíduo em diversas áreas da sua vida social. Caracteriza-se pelo sentimento de não conseguir reconhecer suas conquistas profissionais e pessoais como fruto do seu esforço e capacidade.

desmascarando as realidades encobertas. Sendo assim, um discurso racista encontrado em banheiros de universidades não seria um caso excepcional, mas as condições sociais favorecem que esse discurso seja assim produzido. A universidade progressista seria então apenas uma máscara que encobre um sistema que por si só já é um reprodutor de desigualdades. Nesse contexto, pode ser levantada a seguinte questão: se o discurso expresso nas paredes dos banheiros desnuda realidades encobertas, como as ficções de educação libertadora e universidade progressista permanecem circulando como verdades absolutas?

Primeiramente, se pensarmos na universidade enquanto instituição a serviço da educação, compreenderemos que não há como conceber a ideia de universidade progressista se a própria educação perpetua as desigualdades sociais. Logo, embora desempenhe, muitas vezes, a função de resistência, por meio de políticas internas que visam diminuir as discrepâncias que se encontram no meio social, a universidade não consegue isentar-se do papel de instituição social que obedece a uma desigualdade estruturalmente estabelecida.

## CONSIDERAÇÕES

Quando iniciamos essa pesquisa, o intuito era observar as diferentes relações discursivas encontradas nos escritos em banheiros de universidades públicas que continham a temática do racismo. Não visamos encontrar a origem desses discursos, pois não seria possível, mas compreender algumas das relações sociais, históricas, culturais que permitiram a construção de seus efeitos de sentido. Partimos da premissa de compreender o racismo como um problema social de ordem estrutural e não voltado somente à moral do indivíduo. Conseqüentemente, isso fomentou a adoção de um viés discursivo, visto que os discursos ainda possibilitam a propagação do racismo em nossa sociedade.

A escolha do aporte teórico foi motivada por intermédio da construção do *corpus* de pesquisa, denominado como arquivo digital, o que levou ao método arqueológico de Foucault, chegando ao campo dos estudos da linguagem. Aliás, manusear diferentes correntes teóricas que, por vezes, divergem mais do que convergem, apesar de uma árdua tarefa, foi bastante motivadora, pois o desejo de extrair o melhor de cada uma das teorias (A.D. e os estudos sociais) foi ainda maior.

A pesquisa teve como objetivo principal analisar o racismo discursivo expresso em escritos de banheiros de universidades, pelo viés teórico proposto pelo pensamento foucaultiano. Para atingir esse objetivo principal, desdobramos em três objetivos específicos e destinamos um capítulo para cada um deles. De maneira geral, constatou-se que o objetivo foi realizado, visto que os estudos da arqueologia proporcionaram uma visão crítica do processo de pesquisa, sendo assim, a análise não se limitou a observar a pesquisa de maneira interpretativa, mas principalmente também de maneira criativa. Ou seja, o estudo em sua totalidade torna-se não só o material que contém as análises, mas também parte da análise.

Para atingir o objetivo geral, estabeleceu-se também três objetivos específicos. O primeiro foi refletir o processo de produção da pesquisa e da escrita, visando compreender o pesquisador enquanto parte do processo discursivo, tomando-o como um sujeito subjetivado e atravessado e, ao mesmo tempo, norteador do processo de seleção, construção e análise. É sempre importante destacar que, pela

ótica dos estudos discursivos, esses sentidos se desdobram e se deslocam, através das posições-sujeitos, das formações discursivas e das condições de produção, sendo assim, estamos certos de que nem todos os efeitos de sentidos foram alcançados, mesmo porque os discursos são moventes. E se por um lado essa característica do discurso apresenta a limitação proveniente do fato de que nunca se pode alcançar o todo, ou uma origem, por outro lado, essa mesma característica é o que garante a abertura de novas possibilidades, de transformações e mudanças de perspectivas, emergindo novos vieses a serem traçados e pesquisados a cada nova leitura.

O segundo objetivo específico era trabalhar o racismo em seu viés político, não unicamente partidário (embora não o exclua), mas, principalmente, governamental. Ou seja, partimos de uma lógica de política limitada ao partidarismo para uma lógica governamental, que rege e movimenta estruturas societárias. Portanto, tendo em vista que os discursos são derivados de processos históricos e contexto político, utilizamos o conceito de biopolítica (Foucault, 2005) e de necropolítica (Mbembe, 2018), entre outros teóricos, os quais relacionam o racismo aos problemas da desigualdade social e à noção de “limpeza racial” que estão presentes nos discursos racistas das pichações selecionadas.

O último objetivo específico foi propor uma reflexão a respeito do papel da educação como instrumento de mobilidade social, explorando, sobretudo, o espaço universitário. Não nos pareceu correto deixar de fora a discussão sobre a importância de utilizar a educação nas transformações sociais, bem como observar, discutir e refletir igualmente o seu papel na reprodução de desigualdades. Esse objetivo também foi atingido, especificamente no terceiro capítulo, uma vez que os comentários das pichações selecionadas foram relacionados a algumas reflexões de Bourdieu, por exemplo, sobre a educação e as desigualdades, bem como outros estudiosos do campo da educação.

A partir dos objetivos que foram estabelecidos, bem como a organização e seleção metodológica, a pesquisa realizou uma coleta e ordenamento dos materiais encontrados, onde foram coletadas imagens extraídas de jornais eletrônicos que noticiaram esses casos em universidades ao redor do Brasil. Em seguida, fizemos apontamentos relacionados à construção textual, por meio da

retomada de alguns conceitos explorados. Como a pesquisa teve o intento de observar particularidades das relações discursivas, fizemos um breve levantamento de fontes bibliográficas. Essa seleção de teóricos, composta tanto pelos que abordaram a temática de raça e racismo, quanto pelos que nos auxiliaram nas reflexões sobre a língua, a linguagem e o discurso, foi o elemento basilar para a construção de um aporte teórico que pudesse nos fornecer os subsídios necessários para a construção dos comentários relacionados ao *corpus*.

Algumas das limitações e dificuldades encontradas durante o processo de realização dessa pesquisa foram na quantidade de vieses possíveis de serem observados, e seguidos nos enunciados, em que foi possível estabelecermos relações de teor político, social e histórico. Sendo assim, por limitações de tempo, teve-se que optar por recortes tanto no *corpus* de pesquisa, quanto nas abordagens e caminhos que poderiam ter sido seguidos. Outra dificuldade encontrada é com relação às diferentes perspectivas teóricas que se diferem de um estudioso para o outro, ou mesmo teorias repensadas pelo mesmo teórico em diversas fases de seus estudos. Essa dificuldade, por vezes, precisou de ressalvas, notas, escolhas e recortes para, somente assim, ser incorporada ao curso da pesquisa.

Em suma, à margem das narrativas oficiais, por intermédio de práticas subversivas, circulam os discursos de rejeição que revelam essa faceta obscura das universidades. Esses dizeres encontram palco em brincadeiras hostis e comentários pontuais nos corredores, ou ainda, em casos isolados que não ganham a devida repercussão, ou, quando ganham, são logo esquecidos em pilhas de notas de repúdio. Soma-se a isso, a falta de representatividade, a alta taxa de evasão escolar de negros no ensino superior e o epistemicídio, que prioriza certos saberes e negligencia outros. A instituição universitária foi por muitos anos e permanece sendo um ambiente hostil de disputa entre saberes que não são, em sua maioria, compartilhados de modo amplo e igualitário.

Se ainda há alguma dúvida, talvez esses sejam os sinais de que precisamos identificar a existência real de problemas os quais devem ser enfrentados, discutidos e analisados o quanto antes. Todavia, compramos tão prontamente a concepção de universidade progressista, orgulhamo-nos tanto de

nossa eminência que quase nos esquecemos de que ela é também um ambiente de exclusão, e os sinais perdem-se em meio às vozes abafadas de pequenos grupos que clamam por mudanças. Portanto, estabelecer uma análise discursiva em enunciados expressos através de um veículo de comunicação informal, como os grafitos de banheiro, dentro de um mesmo espaço que circula gêneros de prestígio, é desafiador e ao mesmo tempo instigante, na medida em que temos o acesso a discursos produzidos por sujeitos que em sua prática discursiva operaram livre das repressões sociais.

Ou seja, longe dos padrões, normas e imposições, o indivíduo se sente desprendido do rigor da instituição, o que torna os escritos de paredes em banheiros públicos um rejeitado, porém peculiar material de análise. É evidente que os dizeres que circulam no cerne da academia estão distantes dos grafitos, enquanto um é valorizado e prestigiado, o outro é marginalizado e negligenciado. Todavia, seria um equívoco ignorar as suas ligações, os atravessamentos discursivos que são expressos e que podemos observar na materialidade linguística de ambos. Logo, realizar a análise de um gênero com características singulares, uma propaganda ditatorial antidemocrática, mas que opera como veículo de comunicação em massa, é trazer à tona um dizer acessado por muitos, porém realmente visto por poucos.

Por fim, apesar do avanço que as discussões e os estudos sobre as questões étnico-raciais tiveram nos últimos anos, ainda é possível perceber a permanência e reprodução dessas ideologias retrógradas. Espera-se que, da mesma forma que os discursos possibilitam a divulgação e a permanência do racismo em nossa sociedade, ele também propicie a criação de novas realidades. E isso pode ocorrer através da abertura de espaços e convites a um genuíno debate, bem como pelo compartilhamento e divulgação de informações que visem diminuir esses insistentes estigmas e preconceitos frequentemente e infelizmente ainda hoje reproduzidos.

## REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, G. **Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- ALMEIDA, S. L. de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- BARBOSA, G. **Grafitos de banheiro: a literatura proibida**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.
- BARROS, J. R. **O Racismo de Estado em Michel Foucault**. Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis, Florianópolis, V.15, N.1, p.01-16 jan.-abr. 2018. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/download/articulo/6312985.pdf>
- BOURDIEU, Pierre. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: NOGUEIRA, Maria e CATANI, Afrânio (Orgs). In: **Escritos de Educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017
- BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à Análise do Discurso**. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2006.
- BRASIL, Decreto nº 65.810, de 08 de dezembro de 1969. Promulga a Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial. Casa Civil, Brasília, 1969. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1950-1969/D65810.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D65810.html) Acesso em: 28 de julho de 2021.
- CARVALHO, A. P. **Desigualdades de gênero, raça e Etnia**. Curitiba: Intersaberes, 2012.
- CASTRO, E. **Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2004.
- CHAUÍ, M. **Escritos sobre a Universidade**. São Paulo: Editora Unesp, 2001. Disponível em: <https://uspcaf.files.wordpress.com/2011/11/escrito-sobre-auniversidade.pdf>. Acesso em: 22 de julho de 2021.
- COURTINE, J.J. **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. Tradução de Christina de Campos Velho Birck et al. São Carlos: EDUFSCAR, 2009.
- DAMIÃO, N. F.; TEIXEIRA, R. P. Grafitos de banheiro e diferenças de gênero: o que os banheiros têm a dizer? **Arq. bras. psicol. v.61 n.2, Rio de Janeiro, 2009**. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-52672009000200013](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672009000200013). Acesso em: 22 de julho de 2021.
- DIAS, A. **O crime de ódio e o neonazismo na internet: análise de uma experiência etnográfica**. The Third International Conference of Forensic Computer Science, Guarujá, 2008. Disponível em: <http://icofcs.org/2008/ICoFCS2008-fullproceedings.pdf>. Acesso em: 22 de julho de 2021.
- FERREIRA, A. B. de H. **Mini Aurélio: o Minidicionário da língua portuguesa**. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso**. Aula Inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, M. **Em Defesa da Sociedade**. Curso no Collège de France, 1975-1976. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, M. **Nietzsche, Freud e Marx**. São Paulo: Princípio Editora, 1997.

FOUCAULT, M. **O Nascimento da Clínica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1987.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

GENTILI, P.; OLIVEIRA, D. A. Et. Al. **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. Rio de Janeiro: FLACSO, 2013.

GIACOMONI, M. P. VARGAS, A. Z. Foucault, a Arqueologia do Saber e a Formação Discursiva. **Veredas ON LINE – Análise do Discurso**, Juiz de Fora, v.2/2010, 119-129, junho, 2010. Disponível em: <https://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2010/04/artigo-09.pdf> Acesso em: 19 de novembro de 2022.

GNERRE, M. **Linguagem, escrita e poder**. São Paulo: Martins Fontes, 1991, p.5-24.

GONZALEZ, L. **A categoria político-cultural de amefricanidade**. In: Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, Nº. 92/93 (jan./jun.). 1988b, p. 69-82.

HASENBALG, C. **Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil**. Minas Gerais: Editora UFMG, 2005. Disponível em: [https://gruponsepr.files.wordpress.com/2016/10/hasenbalg-discriminac3a7c3a3o-edesigualdades- raciais-no-brasil\\_-\\_carlos-hasenbalg.pdf](https://gruponsepr.files.wordpress.com/2016/10/hasenbalg-discriminac3a7c3a3o-edesigualdades- raciais-no-brasil_-_carlos-hasenbalg.pdf). Acesso em: 22 de julho de 2021.

KAMEL, A. **Não Somos Racistas**: uma reação aos que querem nos transformar numa nação bicolor. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

LÉVI-STRAUSS, C. et. al. Raça e História in LÉVI-STRAUSS et. Al. **Raça e Ciência**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1970. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2844023/mod\\_resource/content/1/L%C3%89VISTRAUSS%2C%20Claude\\_Ra%C3%A7a%20e%20hist%C3%B3ria.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2844023/mod_resource/content/1/L%C3%89VISTRAUSS%2C%20Claude_Ra%C3%A7a%20e%20hist%C3%B3ria.pdf) Acesso em: 22 de julho de 2021.

LIGOCKI, M. S. L. et. al. **Discriminação positiva – ações afirmativas**: em busca da igualdade. Brasília: CFEMEA, 1995. Disponível em: <https://www.cfemea.org.br/index.php/publicacoes/4302-discriminacao-positiva-acoesafirmativas-em-busca-da-igualdade> Acesso em: 02 de julho de 2021.

LIMA, Ari. **A legitimação do intelectual negro no meio acadêmico brasileiro: negação de inferioridade, confronto ou assimilação intelectual.** Afro-Ásia, Salvador, n. 26, p. 281-312. 2001.

MACHADO, R. **Foucault, a ciência e o saber.** Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

MARCONDES, D. **Textos básicos de linguagem: de Platão a Foucault.** Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

MARINGONI, G. **O destino dos negros após a abolição.** História, o destino dos negros após a abolição, Ano 8, Ed. 70, 2011. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&id=2673%3Acatid%3D28&Itemid=2](https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2673%3Acatid%3D28&Itemid=2). Acesso em: 22 de julho de 2021.

MAZIÉRE, F. **A análise do discurso: história e práticas.** São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

MBEMBE, A. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção e política da morte.** São Paulo: n-1 edições, 2018.

MENDES, M. M. **Raça e Racismo: controvérsias e ambiguidades.** VIVÊNCIA: revista de antropologia. V.39, N.39, 2012. (p. 103-123) Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br> Acesso em: 22 de julho de 2021.

NIETZSCHE, F. **Sobre Verdade e Mentira no Sentido Extramoral.** São Paulo: Editora Hedra, 2019.

RAGUSA, P. Arqueologia do Saber e a História. *In: V Congresso Internacional de História.* Anais. Maringá: Eduem, 2011. p. 2731-2744.

RESENDE, A. M. de. **O saber e o poder na universidade: dominação ou serviço?** São Paulo: Cortez, 1983.

RIBEIRO, D. **Pequeno Manual Antirracista.** Companhia das Letras, 2019.

ROCHA, J A da C. **Michel Foucault: crítico-esteta-cínico mitigado.** 2013. 204f.

SANTOS, B. de S. **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SANTOS, J. R. dos. **O que é racismo.** São Paulo: Brasiliense, 1984. Disponível em: <https://docero.com.br/doc/es5x18>. Acesso em: 22 de julho de 2021.

SILVA, K. V., & SILVA, M. H. **Dicionário de Conceitos Históricos.** São Paulo: Editora Contexto, 2015.

SOUZA, D. R. M. de. **A Bipolítica em Giorgio Agamben: Estado de exceção, poder soberano, vida nua e campo.** Dissertação, Natal, 106 p., 2017. Disponível em: <https://cchla.ufrn.br/ppgfil/paginas/doutorado/tese/PDF/sessao21.pdf> Acesso em: 10 de maio de 2023.

SOUZA, J. G. de. **Evolução histórica da universidade brasileira: abordagens preliminares.** *Revista De Educação PUC-Campinas.* Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/reeducacao/article/view/461>. Acesso em: 2023.

TEIXEIRA; R. P. **Sob a proteção da Vênus Cloacina: diferenças sexuais e interculturais em grafitos de banheiro.** Tese (doutorado em psicologia) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 316. 2004. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47132/tde-09022018-102536/pt-br.php>. Acesso em: 22 de julho de 2021.

WANDERLEY, L. E. W. **O Que é Universidade.** São Paulo: Editora Brasiliense, 2017.